



LEI Nº 2.667/2015

Readequa e Atualiza o Plano Municipal de Educação do Município de Chapada, em conformidade com o Plano Nacional de Educação.

O Prefeito do Município de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 55-III da Lei Orgânica, sanciona a seguinte:

LEI

Artigo 1º. Esta Lei municipal estabelece a readequação e atualização do Plano Municipal de Educação do Município de Chapada, com duração de 10 anos, em consonância ao Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

Artigo 2º. O Plano Municipal de Educação foi readequado e atualizado com participação de professores, pais e demais representantes do segmento, sob a Coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, subsidiado pelo Conselho Municipal de Educação em conformidade com o Plano Nacional de Educação.

Artigo 3º. O Plano Municipal de Educação, apresentado em conformidade do que dispõe o Plano Nacional de Educação, reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República e a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, como também a Lei Orgânica do município.

Artigo 4º. O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do município, através de Eixos Temáticos, com suas respectivas diretrizes, metas e estratégias, conforme anexo único, que passa a integrar a presente lei para todos os efeitos.

Artigo 5º. A partir da vigência desta lei, o Município instituirá o Sistema de Avaliação e estabelecerá os mecanismos e procedimentos necessários ao acompanhamento das diretrizes, metas e estratégias constantes neste Plano.

§ 1º. Compete ao Fórum Permanente e ao Conselho Municipal de Educação proceder ao acompanhamento e as avaliações periódicas deste Plano para sua implantação e operacionalização.



§ 2º. A avaliação do Plano realizar-se-á a cada dois anos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas e no quarto ano de vigência deste Plano serão avaliadas as metas referentes aos investimentos públicos, cabendo à Câmara Municipal de Vereadores aprovar as medidas decorrentes visando à correção de deficiências e distorções.

Artigo 6º. O Município fará divulgação deste Plano para a comunidade escolar, buscando sua participação no acompanhamento, execução e avaliação.

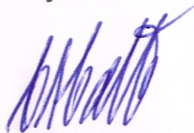
Artigo 7º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias e de outros recursos captados no decorrer da execução do Plano.

Artigo 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada - RS, em 10 de junho de 2015.

Registre-se e Publique-se
Data Supra


Noely Maria de Castro
Secretária da Administração


Carlos Alzenir Catto
Prefeito Municipal



CHAPADA/RS

**PLANO MUNICIPAL
DE
EDUCAÇÃO**

2015 a 2025

PLANO
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO

CHAPADA-RS

**PLANO
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO**

Chapada, RS
2015

Plano Municipal de Educação

2015 a 2025

Prefeitura Municipal de Chapada

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Prefeito Municipal: Carlos Alzenir Catto

Vice-Prefeito: Loiva Mirna Gauer

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto: Carlos Alzenir Catto

Presidente do Conselho Municipal de Educação: Elanice da Silva

Comissões do PME

Comissão Técnica do PME:

Carlos Alzenir Catto

Cristiane Luiza Justen Walker

Dr. Paulo Roberto Ihme

Elanice da Silva

Elisiane Fátima Vinciguerra Schnur

Equipe Delegação das Prefeituras Municipais

Geovane Cristina Wagner

Michele Chagas

Revisão e Atualização do Histórico:

Sandra Bays Sturmer

Comissão Educação Infantil

Coordenador: Cristiane Birck

Redatora: Ana Paula Corvalão de Moura

Angélica Suélen Rech

Barbara Cristina Wenning

Clarisse Hendges Stürmer

Cristina Knob Plentz

Denise Wagner

Elisangela Ecker Defante
Everlani Ecker
Geovane Cristina Wagner
Inamara de Sousa Fuchs Adam
Judite Finck Roiter
Lidiane Kunrath
Lisiane Helena Laux
Mara Regina Rafaelli
Maria Salete Johann
Mariele Santos Moura Schuh
Nára Andreia Piaia Werberich
RosangelaStürmer
Salete Inês Rockenbach Stürmer
Sandra Bays Sturmer
Tânia Maria Herbert

Comissão Ensino Fundamental

Coordenador: Veranice Teresinha Neuvald
Redatora: Simone Ângela Hermes Panzenhagen
Ana Cristina Rohr Dupont
Cristiane Luiza Justen Walker
Geovane Cristina Wagner
Janice Maria Kumpfer
Loreni Paula Gross
Neiva Marines Seltenreich
Rosane Salete Palaoro Kintschner
Sirlei Ely
Michele Chagas
Eliane Muhl

Comissão de Ensino Médio Politécnico e Normal

Coordenadora: Ester Rohr
Redatora: Rosane Taube da Silva
Cíntia Foschera Hofer
Maria Raquel Zimmer

Adriane M. R. Foschera

Sarita Kopper

Marisa Kurmann

Geovane Weber

Márcia Surkamp

Susana Bernardon

Comissão Educação de Jovens e Adultos

Coordenadora: Solange Barth

Redatora: Odete Finck

Geisa F. Maccari Nogueira

Fábia Puhl Binsfeld

Dulce Josefina Ott

Eloísa Thiel

Gabriela de Vargas

Rosicler Giacomelli

Vera May

Comissão de Ensino Pós-Médio

Coordenadora: Rosane Seitenfuss

Redatora: Luciane Vogt

Joice Walker Smaniotto

Sandra M. A. Mattjie

Ineide Rosani Spies

Claudia R. Schaeffer

Édina R. Schaeffer

Comissão Educação Especial

Coordenadora: Eni do Nascimento

Redatora: Franciele Ângela Schaeffer Signori

Ana Mariza HenzTaglietti

Eleni LuccaVian

Irani Bernadete Thalheimer

Leila da Silva

Márcia Sauthier

Milena Valduga
Nestor Inácio Thalheimer
Silvana Cristina Zardo
Suélen Cristina Zanetti
Sumara Evanice Schmaedecke
Sandra Bays Sturmer

Comissão de Aperfeiçoamento e Valorização do Magistério

Coordenador: Nádia Bays Rambo
Redatora: Marisa de Oliveira Bruchez
Ana Paula Corvalão de Moura
Cristiane Luiza Justen Walker
Daniela Plentz
Eleandra Beatriz Bozetti Schneider
Franciele Ângela Schaeffer Signori
Geovane Cristina Wagner
Ivânia Dirce Rigatti Steffen
Izaura Catto Berwig
Maria Raquel Zimmer
Rafael Gustavo Richter

Comissão de Ensino Superior

Coordenador: Daniela Thiel do Amaral
Redatora: Inês Wenning Gnoatto
Dariano Guth
Rosana Hahn

Comissão de Financiamento e Gestão

Coordenador: Cátia Boeni Martins
Redatora: Elisiane Fátima Vinciguerra Schnur
Cristiane Luiza Justen Walker
Geovane Cristina Wagner
Maria Cristina de Quadros
Rafael Richter

“A educação é um processo social, é desenvolvimento.

Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”

John Dewey

SUMÁRIO

ÍNDICE DE SIGLAS.....	11
ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS.....	13
1. HISTÓRICO.....	19
2. OBJETIVOS E PRIORIDADES.....	59
EIXOS TEMÁTICOS	61
3-EIXO I	61
3.1. EDUCAÇÃO INFANTIL.....	61
3.1.1. Diagnóstico.....	61
3.1.2. Diretrizes	68
3.2. ENSINO FUNDAMENTAL	70
3.2.1.Diagnóstico	70
3.2.2.Diretrizes	82
3.3. ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO E NORMAL.....	84
3.3.1. Diagnóstico	84
3.3.2. Diretrizes	86
3.4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA.....	87
3.4.1.Diagnóstico	87
3.4.2.Diretrizes	100
3.5. ENSINO PÓS-MÉDIO.....	103
3.5.1.Diagnóstico	103
3.5.2.Diretrizes	105
3.2. Metas e Estratégias.....	105

4 – EIXO II.....	121
4.1. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	121
4.1.1. Diagnóstico.....	121
4.1.2. Diretrizes	128
4.1.3. Metas e Estratégias.....	130
5 – EIXO III.....	135
5.1. MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	135
5.1.1. Diagnóstico.....	135
5.1.2. Diretrizes	147
5.1.3. Metas e Estratégias.....	148
6–EIXO IV.....	151
6.1. ENSINO SUPERIOR	151
6.1.1. Diagnóstico.....	151
6.1.2. Diretrizes	159
6.1.3. Metas e Estratégias.....	159
7–EIXO V.....	162
7.1. FINANCIAMENTO E GESTÃO.....	162
7.1.1. Diagnóstico.....	162
7.1.2. Diretrizes	171
7.1.3. Metas e Estratégias.....	175
8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO	179
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	181

ÍNDICE DE SIGLAS

AABB	Associação Atlética Banco do Brasil
Acic	Associação Comercial, Industrial e Cultural de chapada
Apae	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BRF	Brasil Foods
Cais	Centro de Atenção Integral a Saúde
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
Celer	Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas
Ciee	Centro de Integração Empresa Escola
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
Comdica	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Corsan	Companhia Riograndense de Saneamento
COM	Círculo de Pais e Mestres
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DPA	DairyPartiners Américas
DRH	Departamento de Recursos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EAD	Educação a Distância
EEEF	Escola Estadual de Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Eletrocar	Centrais Elétricas de Carazinho
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEE	Escola Municipal de Educação Especial
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
EPSF	Estratégia do Programa de Saúde da Família
Facipal	Faculdades Integradas de Palmas
Famurs	Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEAU	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai
IEE	Instituto Estadual de Educação
IES	Instituições de Ensino Superior
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IMED	Faculdade Meridional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação e Cultura
Mobral	Movimento Brasileiro de Alfabetização
Mova	Movimento de Alfabetização
Nuap	Núcleo de Apoio Pedagógico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ParFor	Plano Nacional de Formação de Professores
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEE	Plano Estadual de Educação
PME	Plano Municipal de Educação
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PronaTec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Proinfo	Programa Nacional de Informática na Educação
Prouni	Programa Universidade para Todos
PPA	Plano Plurianual
Saeb	Sistema de Avaliação do Ensino Médio
Samu	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEE	Secretaria Estadual de Educação
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senat	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
Sesi	Serviço Social da Indústria
Siope	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação

Simpex	Serviços e Transporte de Resíduos
Smec	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCU	Tribunal de Contas da União
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
Ulbra	Universidade Luterana do Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unesco	Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNOPAR	Universidade do Norte do Paraná
PNAIC	Programa de alfabetização na Idade Certa
UPF	Universidade de Passo Fundo

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

FIGURAS

Figura nº. 01: Mapa do município de Chapada.

GRÁFICOS

Gráfico nº. 01: Valores correspondentes aos investimentos na Educação Infantil/ 2004,2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 02: Dados referentes à EMEF Érico Veríssimo/ 2004,2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 03: Dados referentes à EMEF São Luiz Gonzaga/ 2004,2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 04: Dados referentes à EMEF Vicente José Weber/ 2004,2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 05: Dados referentes à EMEF Emílio Carlos Linck/ 2004,2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 06: Dados referentes à EMEF Presidente Vargas/ 2004,2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 07: Dados referentes à EEEF Israelina Martins Silveira/ 2004,2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 08: Dados referentes à EEEF Aloysio Hofer/ 2004,2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 09: Dados referentes à EEEF Arnildo Carlos Mattge/ 2004,2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 10: Dados referentes à IEE Júlia Billiard/ 2004,2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 11: Dados referentes ao Ideb(4ª série/5º ano) EMEF Érico Veríssimo/2007, 2009, 2011, 2013.

Gráfico nº. 12: Dados referentes ao Ideb(8ª série/9º ano) EMEF Érico Veríssimo /2007, 2009, 2011, 2013.

Gráfico nº. 13: Dados referentes ao Ideb(4ª série/5º ano) IEE Júlia Billiard /2007, 2009, 2011, 2013.

Gráfico nº. 14: Dados referentes ao Ideb(8ª série/9º ano) IEE Júlia Billiard /2007, 2009, 2011, 2013.

Gráfico nº. 15: Grau de escolaridade da população entrevistada na faixa etária dos 15 aos 21 anos.

Gráfico nº. 16: Índice de interessados em continuar seus estudos na faixa etária dos 15 aos 21 anos.

Gráfico nº. 17: Índice de interessados em continuar seus estudos na faixa etária dos 15 aos 21 anos, por grau de escolaridade.

Gráfico nº. 18: Grau de escolaridade da população entrevistada na faixa etária dos 22 aos 35 anos.

Gráfico nº. 19: Índice de interessados em continuar seus estudos na faixa etária dos 22 aos 35 anos.

Gráfico nº. 20: Índice de interessados em continuar seus estudos na faixa etária dos 22 aos 35 anos, por grau de escolaridade.

Gráfico nº. 21: Grau de escolaridade da população entrevistada na faixa etária dos 36 aos 50 anos.

Gráfico nº. 22: Índice de interessados em continuar seus estudos na faixa etária dos 36 aos 50 anos.

Gráfico nº. 23: Índice de interessados em continuar seus estudos na faixa etária dos 36 aos 50 anos, por grau de escolaridade.

Gráfico nº. 24: Grau de escolaridade da população entrevistada na faixa etária acima dos 50 anos.

Gráfico nº. 25: Índice de interessados em continuar seus estudos na faixa etária acima dos 50 anos.

Gráfico nº. 26: Índice de interessados em continuar seus estudos na faixa etária dos 36 aos 50 anos, por grau de escolaridade.

Gráfico nº. 27: Índice da população entrevistada com interesse em estudar, por área de localização.

Gráfico nº. 28: Índice da população feminina entrevistada com interesse em continuar seus estudos.

Gráfico nº. 29: Índice da população masculina entrevistada com interesse em continuar seus estudos.

Gráfico nº. 30: Índice do grau de escolaridade dos entrevistados.

Gráfico nº. 31: Índice da amostragem das pessoas com deficiência no município de Chapada/2014.

Gráfico nº. 32: Índice de docentes com licenciatura no Brasil/ 1996, 2002, 2014.

Gráfico nº. 33: Número de alunos por rede de ensino/2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 34: Número de professores por rede de ensino/2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 35: Média aluno/professor por rede de ensino/2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 36: Número de alunos e professores da rede municipal/2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 37: Índice de aplicação dos recursos do Fundeb/2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 38: Rendimentos médios entre profissionais da educação e demais profissionais com mesmo tempo de formação/2014.

Gráfico nº. 39: Evolução do número de matrículas do Ensino Superior/1980-2013.

Gráfico nº.40: Índice da evolução das matrículas do Ensino Superior por Grau Acadêmico/2003-2013.

Gráfico nº. 41: Índice da evolução das matrículas do Ensino Superior por Modalidade de Ensino /2003-2013.

Gráfico nº. 42: Dados referentes às cidades onde os universitários estudam/2014.

Gráfico nº. 43: Dados referentes às instituições de ensino onde os universitários estudam/2014.

Gráfico nº. 44: Índice de formandos (2013) e ingressos em Curso Superior(2014).

Gráfico nº. 45: Índices dos recursos investidos na educação municipal/ 2000,2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 46: Valores totais investidos na educação municipal/2004,2007, 2010, 2014.

Gráfico nº. 47: Valores aplicados por nível e/ou modalidade de ensino/2004.

Gráfico nº. 48: Valores aplicados por nível e/ou modalidade de ensino/2007.

Gráfico nº. 49: Valores aplicados por nível e/ou modalidade de ensino/2010..

Gráfico nº. 50: Valores aplicados por nível e/ou modalidade de ensino/2014

Gráfico nº. 51: Valores aplicados por setor e/ou serviço/2000.

Gráfico nº. 52: Valores aplicados por setor e/ou serviço/2007.

Gráfico nº. 53: Valores aplicados por setor e/ou serviço/2010.

Gráfico nº. 54: Valores aplicados por setor e/ou serviço/2014.

TABELAS

Tabela nº. 01: Macrorregiões de produção do Município.

Tabela nº. 02: Censo demográfico/2000.

Tabela nº. 03: Censo demográfico, por faixa etária/2000.

Tabela nº. 04: Contagem populacional do ano de 2007.

Tabela nº. 05: Discriminação da contagem populacional do ano de 2007.

Tabela nº. 06: Discriminação da contagem populacional do ano de 2007.

Tabela nº. 07: Discriminação da contagem populacional do ano de 2010.

Tabela nº. 08: Energia elétrica consumida em Chapada, por setores/2007.

Tabela nº. 09: Número de matrículas na Educação Infantil por escola/2004,2007, 2010, 2014.

Tabela nº. 10: Número geral de matrículas da Educação Infantil/2004,2007, 2010, 2014.

Tabela nº. 11. Número geral de matrículas do Ensino Fundamental no Município/2004,2007, 2010, 2014.

Tabela nº. 12. Matrículas do Ensino Fundamental por escola/2004,2007, 2010, 2014.

Tabela nº. 13: Número de matrículas da EJA 1º semestre/2013.

Tabela nº. 14: Número de matrículas da EJA 2º semestre/2013.

Tabela nº. 15: Número de matrículas da EJA 1º semestre/2014.

Tabela nº. 16: Número de matrículas da EJA 2º semestre/2014.

Tabela nº. 17: Matrículas iniciais e concluintes do Curso Pós-Médio.

Tabela nº. 18: Progressão nos Níveis da Carreira do Magistério Público Municipal/2001 – 2007, 2014.

Tabela nº. 19: Número de Professores por nível/modalidade de atuação/2007 e 2014.

Tabela nº. 20: Histórico das leis municipais com especificação de valores repassados à Acheu/2001 -2014.

1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

1.1 Origem do nome

Não se tem provas concretas sobre a origem do nome Chapada, porém levantam-se, preponderantemente, duas hipóteses:

- a) A localização da cidade (sede do município) num topo plano e elevado com declividades para todos os lados;
- b) A existência de uma fazenda, num ponto elevado, com características reais de uma chapada, na localidade de São Miguel, pertencente a uruguaaios, de sobrenome Garcia, esta fazenda denominava-se Chapada, da qual, usaram-se as terras para a colonização do incipiente município.

Considerando que dificilmente uma pequena elevação, por mais que tivesse algumas características de uma chapada, pudesse dar nome a um município, credita-se na segunda hipótese, até porque consta na memória das pessoas a expressão “comprei terra na Chapada”, significando que haviam comprado terras da Fazenda Chapada.

1.2 Ocupação do território

Em Chapada, assim como em muitos outros municípios gaúchos, sabe-se que o índio foi o primeiro habitante, havendo, porém, uma imprecisão sobre qual grupo indígena habitou o território que hoje é denominado Chapada.

Os grupos indígenas que povoaram o Rio Grande do Sul, antes da ocupação europeia, foram Jê, Pampeano e Tupi Guarani.

Segundo Machado (apud Vian, 1991, p. 32): “*As populações indígenas devem ter-se movimentado dentro do território que exploravam, como o fazem hoje, e o território de nenhuma dessas culturas era exclusivamente riograndense*”.¹

Na realidade eram populações nômades, cada qual com suas características e peculiaridades. Acredita-se que o grupo que mais se assemelha às características da região seria o Jê, atual Kaingang (Kaa = mato, Ingang = morador), cujos integrantes habitavam o planalto, região na qual está localizado o município de Chapada. Alimentavam-se do pinhão (a presença de araucárias era bastante grande em todo o município) e moravam em casas subterrâneas, cujos vestígios, ainda são encontrados no município.

¹ VIAN, Angelita. *Monografia de Conclusão do Curso de Artes*. Chapada, 1991, p. 32.

Ao estudar a história do indígena no Rio Grande do Sul, precisamos considerar o papel dos religiosos jesuítas, que davam entrada nestas vastidões de terras habitadas unicamente por animais e índios, para civilizar os nativos habitantes e transformar suas tabas em pequenos aldeamentos que chegaram até nossos dias sob o nome de Reduções.

Supõe-se que, uma destas Reduções denominada Santa Tereza estaria localizada nas proximidades do arroio Góes, em torno dos idos de 1630 sob a chefia do Padre Francisco Ximenes.

Infelizmente esta obra, que viria a ser o ponto de partida desta gleba terrestre, estava destinada ao fracasso. É improvável a existência de marcos de pedra e inscrições litográficas a serem encontradas nestas paragens, principalmente na Bacia do arroio Góes, afluente do rio da Várzea e que, segundo a crença popular, seriam indicativos da existência de tesouros enterrados pelos jesuítas quando da sua fuga, decorrente da aproximação dos invasores mamelucos. Então, em 1637, as Reduções foram assediadas pelos mamelucos paulistas que as destruíram completamente, antes de sua própria fuga, levando consigo todos os que podiam aprisionar e servindo-se deles como escravos.

Destruída e reduzida a escombros, a nascente povoação jesuíta, deportada em massa sua população, encerrou-se a primeira tentativa de povoamento da terra hoje denominada Chapada, na qual se encontraram alguns achados de martelos indígenas e armas estranhas.

Passaram-se muitos anos. Aproximadamente entre 1913-1915 começaram a chegar os primeiros colonos, migrantes de descendência europeia, alemã especialmente. Quando os colonos chegavam às terras, essas, porém, não eram tão livres como se poderia imaginar:havia centenas de caboclos que, aos poucos, foram também, tal qual os índios, encurralados em áreas distantes e inóspitas, ou submetidos ao assalariamento precário nas mais diversas funções.

“Um exemplo notável da existência de uma população despossuída consta num relatório oficial de 1913. Diz o redator que: “... A cinco léguas e a NE da villa da Palmeira há um núcleo colonial de cerca de duzentas famílias, no lugar... Fortaleza, à margem esquerda do rio da Várzea... São em sua maior parte intrusos aí estabelecidos durante o último período revolucionário...” O relator que se refere à Revolução de 1893-95 que assolou a região, envolvendo fazendeiros com posturas políticas diferentes e que arrastavam em suas fileiras todos os homens possíveis, sugere que o Estado legitime as terras dos ditos intrusos”.²

² ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho: 1850-1920*, Ijuí: Ed. Unijuí, 1996, p. 90-91.

Para entender como de fato se deu a colonização do município de Chapada, precisamos compreender o processo migratório ocorrido no estado do Rio Grande do Sul. Assim, podemos dividir o processo migratório em duas etapas:

- a) Na primeira, em que se processou a ocupação da mata da região centro-nordeste do Estado, com núcleos formados por imigrantes de uma única nacionalidade. São as chamadas “*Colônias Velhas*”.
- b) Na segunda etapa, procedeu-se a ocupação das terras cobertas de mata no norte do Estado – vale do rio Ijuí e região do Alto Uruguai. Teve início em 1890, com a fundação da “*Colônia Ijuhy*”, e avançou rapidamente: Guarani das Missões (também em 1890), Panambi (1899), Erechim (1908), Santa Rosa (1915), para mencionar apenas alguns núcleos mais expressivos. São as “*colônias novas*”. Formadas por migrantes de diversas nacionalidades, com o objetivo de acelerar a integração e garantir a ocupação de terras até então consideradas devolutas. Nessa etapa, embora continuassem a chegar imigrantes vindos diretamente da Europa, predominou a colonização por antigos imigrantes procedentes das “*Colônias Velhas*”, ou descendentes destes, à medida que nelas se agravava a escassez de terras e aumentavam os excedentes populacionais.

O processo de ocupação do Rio Grande do Sul apresentou algumas características comuns muito importantes: a) a pequena propriedade que, com as partilhas por herança, deu origem ao minifúndio; b) a prática da policultura, com o cultivo de relativa variedade de produtos e a criação de animais destinada à subsistência da família e à produção de excedentes para a comercialização; c) a utilização dos recursos naturais, ou seja, da fertilidade natural do solo e o emprego da mão-de-obra direta dos membros da família.

Essas áreas experimentaram relativo dinamismo e expansão econômica que explica os numerosos desdobramentos ocorridos e a consequente criação de muitos municípios na antiga área de mata, enquanto a situação administrativa municipal pouco evoluiu na primitiva área de campo.

1.3 Colonização em Chapada

A colonização do atual município de Chapada, pelo fluxo migratório alemão, pode ser compreendida dentro do processo de ocupação das áreas devolutas internas, em sua maioria, composta por áreas de matas.

Na época do fluxo migratório alemão, Chapada constituía juntamente com os atuais municípios de Iraí, Três Passos, Frederico Westphalen, Seberi, Tenente Portela, Campo

Novo, Humaitá, Crissiumal, Santo Augusto e também Palmeira das Missões, num total de 13.324 Km², o terceiro Distrito de Cruz Alta que, por sua vez, integrava, até 1830, a comuna de São Francisco de Borja.

Em seis de maio de 1874, por decreto do governo da então Província de São Pedro do Sul, Palmeira das Missões desmembrou-se de Cruz Alta. Desta forma Chapada, ou seja, Tesouras, que antigamente era sede do território chapadense, passou a ser o Primeiro Distrito de Palmeira das Missões.

Sobre a colonização de Chapada, Steffen afirma:

A primeira referência documental sobre a colonização de Chapada está no “Relatório ao Dr. A. A. Borges de Medeiros pela Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas em 13 de Agosto de 1918” dizendo textualmente: “Município Palmeira... Nome da colônia Tesouros... Data de fundação 1915... Fundada por particular... Área (hectares) 3.700... Nacionalidade preponderante: Braz e All.”³

Chapada teve sua origem no atual distrito de Tesouras. Por testemunho da tradição oral dos descendentes dos primeiros personagens da História de Chapada, sabe-se que a região de Tesouras foi colonizada por Miguel Matt, em 1915, que adquiriu as terras dos senhores José e Antônio Sampaio. O intermediário-vendedor entre o colonizador e os colonos foi Pedro Sefrin, mais tarde morto em escaramuças revolucionárias. Tesouras, em 1920, tinha 300 habitantes conforme Steffen (1984) em: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros pela secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas em 1920*.⁴

Mais ou menos, ao tempo em que Tesouras passou a Distrito de Palmeira (passou a se chamar Palmeira das Missões a partir de 1944) por Ato Municipal nº. 41 de 01 de dezembro de 1921 teve início outra colonização, ao norte de Tesouras, mais ou menos na região hoje denominada Linha Modelo, na época Linha Kaudebach. O colonizador chamava-se Guilherme Sudbrack e seu intermediário-vendedor Nicolau Kasper, hoje homenageado com nome de rua em Chapada. Sudbrack adquiriu as terras de Maceno Martins. O interesse pela colonização aumentou e Sudbrack, tendo agora como sócio o Eduardo Graeff, que iniciou a colonização de nova gleba, ainda mais ao norte de Tesouras, área hoje ocupada pela cidade de Chapada e arredores, cujos donos anteriores eram uruguaia, residente em Montevidéu, Júlio e Firmino Garcia. Novamente, Nicolau Kasper foi intermediário-vendedor e o primeiro

³Steffen, Nelson(org). *Histórico do município de Chapada*. Passo Fundo: EDIUPF, 1984. p. 11.

⁴ Ibid., p. 12.

morador de Chapada. O agrimensor era Alfredo Closs. Ambos eram também responsáveis pela abertura de estradas e picadas.

A colonização de Tesouras/Chapada deu-se de forma particular. A de Boi Preto, hoje distrito de Chapada, foi semi-oficial, isto é, realizada sob certo controle do Estado mediante a então “Comissão de Terras” de Palmeira, subordinada à Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas.

Quanto à forma de aquisição da terra, sabe-se que normalmente eram vendidas, e às vezes, apenas arrendadas levando-se em conta os recursos financeiros dos interessados, principalmente na colonização particular. Posteriormente a colonização de Chapada, que se deu nas proximidades da margem esquerda do rio da Várzea, outras áreas foram sendo adquiridas de outros proprietários e por diferentes compradores, sempre à margem esquerda do rio da Várzea, porém, já não nas proximidades desta.

Mesmo com a existência de habitantes nestas paragens, especialmente o caboclo, considerado intruso e de pouca valia, considera-se oficialmente a chegada dos colonos de origem germânica como o marco da colonização da terra de Chapada. Estes eram oriundos das “*Colônias Velhas*”, especialmente de Montenegro, São Sebastião do Caí, São Leopoldo e Lajeado.

As primeiras levas de migrantes chegavam aqui carregando suas mudanças em carroças. Vinha toda a família, alguns nas carroças, outros montados a cavalo. A viagem era árdua e penosa, pois levavam semanas, até meses, para vencer o trajeto das “*Colônias Velhas*” até o objetivo final, devido às condições de tempo, posto que, muitas vezes, o caminho era ruim sendo necessário fazer grandes desvios, pois o número de pontes sobre os rios e riachos era pequeno, tornando-se um grande empecilho na época das chuvas.

A distribuição das terras era feita por meio de lotes, não especificando diretamente a quantidade de hectares, diferenciando-se de família para família. Porém, por meio de títulos, alguns também conseguiram lotes do governo. Havia ainda a preocupação com os posseiros que demarcavam grandes extensões de terra, próximos à região de Palmeira das Missões e empregavam caboclos da região para manter guarda de suas terras.

Aos poucos mais e mais famílias foram chegando atraídas pela propaganda de terras férteis e incultivadas a bons preços. Quem se encarregava desta propaganda eram os próprios negociadores que iam até as regiões das “*Colônias Velha*” procurar e agenciar as famílias interessadas, além da publicidade que se fazia pelos periódicos da época, dos quais pode-se citar o *Die Serra Post* e sua versão em português, *Correio Serrano*, que era largamente lido nas colônias alemãs do sul. Os alemães ou seus descendentes eram os principais compradores de terras, por serem os mais antigos no Estado. Sua população havia crescido além da

capacidade de absorção dos lotes coloniais, levando em consideração o modelo de agricultura praticada (pequena propriedade com mão-de-obra familiar, partilhada nas heranças).

Ainda quanto à colonização de Chapada, deve-se ter presente que sua ocupação seguiu os mesmos moldes da ocupação de outras áreas de matas do Estado e da região, terras estas que pertenciam a estancieiros e pecuaristas, (no caso de Chapada: Maceno Martins, José e Antônio Sampaio, Júlio e Firmino Garcia entre outros) as quais valiam pouco para os seus interesses. Desta forma, a vinda de colonos era uma reivindicação das autoridades locais e dos estancieiros como forma de ocupação das áreas por colonos de descendência europeia, que viam a terra como forma de prosperidade econômica. Estes eram capazes de produzir e abastecer o mercado interno com produtos não cultivados pelos pecuaristas, ao contrário dos caboclos aqui fixados que tinham a terra apenas como uma forma de subsistência, não se importando com o acúmulo e, portanto, não servindo aos interesses econômicos da oligarquia rural da época.

1.4 A formação histórico-cultural do município de Chapada

Em Chapada, a organização da colonização, bem como das atividades obedeceu a alguns critérios relacionados basicamente ao credo religioso, ao parentesco e ao espírito comunitário. Este último foi de fundamental importância para a superação das dificuldades, tendo em vista a realidade inóspita. A formação cultural das *Colônias Velhas*, marcada por festas religiosas, atividades de lazer e diversão, foi se mesclando com as influências dos lusos e dos caboclos que já habitavam a região. Algumas destas atividades foram se perdendo no tempo e substituídas, enquanto que outras ainda resistem até a contemporaneidade.

O empenho dos colonos, principalmente os de origem germânica, pelo fato de ser maioria, foi de tal forma significativa que estes se tornaram os responsáveis pelo impulso no desenvolvimento econômico e social de Chapada. Na condição de pioneiros no roçar das matas, criaram alternativas para viabilizar a vida, representadas nas construções dos engenhos, moinhos, fábricas, entre outros.

A economia primária do município baseava-se fundamentalmente na agricultura, sendo cultivados milho, mandioca, feijão e fumo. Na pecuária, destacava-se a produção de suínos para a engorda, de vacas para a produção de leite e seus derivados (queijo, manteiga e coalhada) e de bois para o trabalho na lavoura. Desta forma, o uso de técnicas era rudimentar e consistia em atividades simples, cujos serviços eram feitos de forma manual.

O espírito comunitário também permitiu a ampliação de vilarejos nos quais se desenvolveram diferentes atividades, como serraria, ferraria, olaria, fábrica de telhas, sapataria, carpintaria, queijaria, alambique, frigorífico, para citar algumas.

A influência religiosa sempre esteve presente nos vilarejos do município. Organizavam-se festas para a arrecadação de fundos e, inicialmente, para a construção da capela. As escolas presentes, de uma ou de outra forma, nas comunidades foi um importante elemento de formação e de unidade nessas localidades.

1.5 Emancipação político-administrativa do município de Chapada

Considerando todo o desenvolvimento conquistado no decorrer dos anos, um grupo de pessoas resolveu unir esforços para trabalhar em prol da emancipação político-administrativa de Chapada. Assim, em 1953, houve a manifestação de toda coletividade, quando a comissão emancipacionista, alicerçada na Lei Nº. 2.116, de quatro de setembro de 1953, movimentou a população para o plebiscito pró-emancipação.

Em 1957, fortaleceu-se o movimento emancipacionista e foi constituída uma comissão emancipadora, que foi composta pelos seguintes moradores: Félix Antônio Porciúncula Sampaio, Dr. Sérgio Lângaro, Artur Arnildo Binz, José Adelmo Ledur, Pe. Waldemar Engster, Ricardo Henrique Begrow e Annildo Becker, juntamente com as comissões de cada localidade.

Oficialmente, credita-se a ata nº. 01/1957, o marco inicial do processo de emancipação do município, pertencente, até então, a Palmeira das Missões.

Ata nº 1. – Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, às quatorze horas, no povoado de Chapada, distrito de Cairé, município de Palmeira das Missões, no salão do prédio do senhor Osvaldo Vicente Hoff, com a presença do padre Waldemar Engster, vigário da paróquia do Distrito, que presidiu a sessão assim como elevado número de pessoas grado representativo não só deste distrito como dos representantes das localidades de Barreiro e Gambá, pertencentes ao primeiro distrito do município vizinho de Sarandi, procedeu-se a realização da solenidade relativa à instalação da comissão emancipadora de Cairé, de acordo com a lei 2.116 de vinte e quatro de setembro de 1953. Após discurso proferido pelo presidente e demais oradores, sendo todos muito aplaudidos, foi constituída a referida comissão da seguinte

maneira: Félix P. Sampaio, Dr. Sérgio Lângaro, Arthur Armildo Binz, José Adelmo Ledur, Padre Waldemar Engster, Ricardo H. Begrow e Annildo Becker. Chapada distrito de Cairé, município de Palmeira das Missões, 29 de setembro de 1957.⁵

Em outubro de 1957, a comissão emancipadora encaminhou um ofício ao então Governador do Estado, Ildo Meneghetti, para que se propusesse a fornecer credenciais legais para agir, conforme estabelecia a lei que tratava sobre a alteração da divisa territorial do Estado, nas seguintes localidades: Tesouras distrito de Palmeiras das Missões, Barreiro e Gambá, pertencentes ao primeiro distrito de Palmeira das Missões e Vila Rica, Cachoeirinha e Boa Vista, todos pertencentes ao primeiro distrito de Sarandi, fornecendo um relatório completo de tudo o que a área, a ser emancipada, possuía.

Em 12 de fevereiro de 1959, pelo decreto do Governo do Estado nº. 3.712, era criado o município de Chapada, desmembrando-se de Palmeira das Missões.

Dessa data até 24 de maio do mesmo ano, travava-se a primeira campanha política para a escolha de prefeito e vereadores.

No dia 03 de junho, foi dada a posse ao primeiro prefeito eleito, Félix Antônio Porciúncula Sampaio e aos vereadores: Annildo Becker, Arnildo Carlos Mattge, José Adelmo Ledur, Olímpio Oscar Schuh, Osvaldo Vicente Hoff, Relindo Muxfeldt e Willibaldo Ihme.

A partir de então, Chapada assumiu as rédeas de sua história, tendo a frente nesses 49 anos de emancipação político-administrativa os seguintes mandatários:

De 03 de junho de 1959 a 30 de janeiro de 1964

Prefeito: Félix Antônio Porciúncula Sampaio

Vice-prefeito: Edgar Adão Luft

Câmara Municipal de Vereadores:

De 03 de junho de 1959 a 31 de dezembro de 1959—Annildo Becker, Arnildo Carlos Mattge, José Adelmo Ledur, Olímpio Oscar Schuh, Osvaldo Vicente Hoff, Relindo Muxfeldt e Willibaldo Ihme.

De 01 de janeiro de 1960 a 30 de janeiro de 1964 — Alberto Wickert, Arnildo Carlos Mattge, José Adelmo Ledur, Olímpio Oscar Schuh, Osvaldo Vicente Hoff, Reinaldo Erno Hermes, Vilson Martins Sampaio. *Suplentes que assumiram:* Jesus Mariano Medeiros.

⁵Ibid.,p. 31

De 31 de dezembro de 1963 a 30 de janeiro de 1969

Prefeito: José Adelmo Ledur

Vice-prefeito: Arthur Franke

Câmara Municipal de Vereadores: Annildo Becker, Arnaldo Luiz Taube, Arnildo Carlos Mattge, Emílio Carlos Linck, Ernesto Grethe, Hélio Henrique Martins, Liberato Portes de Oliveira. *Suplentes que assumiram:* Armando Zuanazzi, José Arno Ledur, Lauro Scheibe e Olímpio Oscar Schuh

De 31 de janeiro de 1969 a 30 de janeiro de 1973

Prefeito: Osvaldo Vicente Hoff

Vice-prefeito: Ermino Kunrath

Câmara Municipal de Vereadores: Annildo Becker, Divo Luiz Scholz, José Pegoraro, Olavo Orth, Silas Kaiper Paz, Willibaldo Ihme e Zeny Felipe Gabriel. *Suplentes que assumiram:* Egon Walter Scheuermann, José de Ávila Machado e Mercílio Azevedo Stürmer

De 31 de janeiro de 1973 a 30 de janeiro de 1977

Prefeito: Ermino Kunrath

Vice-prefeito: Olímpio Oscar Schuh

Câmara Municipal de Vereadores: Anildo Barzotto, Arcildo Henrique Begrow, Dalmiro Prompt, Egon Afonso Schneider, Ilizeu Hermes, Jorge Hofer e Waldomiro Steffen. *Suplentes que assumiram:* Nelson Adam e Nelson Silveira

De 31 de janeiro de 1977 a 30 de janeiro de 1983

Prefeito: Jorge Hofer

Vice-prefeito: Waldomiro Steffen

Câmara Municipal de Vereadores: Darci Wilson Auler, Delmir Antônio Lotice, Egon Afonso Schneider, Pedro Batista Ferreira Neto, Pedro Katzer, Mário José Richter e Waldemar Schuh. *Suplentes que assumiram:* Antônio David Ebert, Orlando Scheuermann e Vendelino Blau

De 31 de janeiro de 1983 a 31 de dezembro de 1988

Prefeito: Milton Kissmann Kamphorst

Vice-prefeito: Zemiro Barzotto

Câmara Municipal de Vereadores: Alcides Martins Assis, Antônio David Ebert, Arminho Mühl, Delmir Antônio Lotice, Eloy Milton Scheibe, Guerdon Antônio Zimmer, Ivo René Catto, Olívio Frederico Strack e Mário José Richter. *Suplentes que assumiram:* Abílio Trentini e Darci Wilson Auler.

De 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1992

Prefeito: Agenor Finck

Vice- prefeito: Ilson Alfredo Koch

Câmara Municipal de Vereadores: Adelino Kintschner, Anselmo Medim, Delmir Antônio Lotice, Eloy Milton Scheibe, João Carlos Werle, Jorge Zimmer, Max Plentz, Olívio Frederico Strack e Waldemar Schuh. *Suplentes que assumiram:* Bruno Grethe, Darci Wilson Auler, Garibaldi Irineu Melhorini, Guerdon Antônio Zimmer, Lício Otto Schons, Liverino Taglietti e Marlene Petry.

De 1º de janeiro de 1993 a 31 de dezembro de 1996

Prefeito: Jorge Hofer

Vice-prefeito: Eloy Arty Auler

Câmara Municipal de Vereadores: Anselmo Medim, Clari Röhrig, Flávio José Zwirtes, Guerdon Antônio Zimmer, Orlei Ademar Bilhar da Silva, Paulo Jair Costa Campana, Marlene Petry, Valdemar Irineu Pilger e Valdir José Dupont. *Suplentes que assumiram:* Adelino Kintschner, Lício Otto Schons, Oscar Egídio Dill e Paulo Roberto Scherer.

De 1º de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2000

Prefeito: Agenor Finck

Vice-prefeito: Carlos Alzenir Catto

Câmara Municipal de Vereadores: Alcino Rui Kohlrausch, Elmo Klein, Eloy Arty Auler, Izabela Maria Ledur Finck, Leomar Uebel, Lício Otto Schons, Paulo Jair Costa Campana, Marlene Soares e Noeli Maria de Castro. *Suplentes que assumiram:* Flávio José Zwirtes, José Carlos Ribeiro Amado, José Ribeiro, Marlene Petry e Valdir José Dupont.

De 1º de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2004

Prefeito: Carlos Alzenir Catto

Vice-prefeito: Ilson Alfredo Koch

Câmara Municipal de Vereadores: Bruno Grethe, Eloy Arty Auler, Evandro Sampaio de Oliveira, Flávio José Zwirtes, Izabela Maria Ledur Finck, Lírío Rissi, Luiz Carlos Vargas, Paulo Jair Costa Campana e Noely Maria de Castro. *Suplentes que assumiram:* Anaelto Rosa de Moura, Ângela Inês Schneider, Cristina Vogt, Deoclides Maggioni, Elmo Klein, José Altair de Ávila Machado, Leomar Uebel, Lírío Otto Schons, Nilvo Colognese e Seloni Rambo.

De 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2008

Prefeito: Carlos Alzenir Catto

Vice-prefeito: João Carlos Werle

Câmara Municipal de Vereadores: Bruno Grethe, Elmo Klein, Eloy ArtyAuler, Evandro Carlos Mattjie, Evandro Sampaio de Oliveira de 01/01/2005 a 03/04/2008, Jorge Hofer, José Ribeiro a contar de 07/04/2008, Luiz Carlos Vargas, Nilva Nilvi Zimmer e Noely Maria de Castro. *Suplentes que assumiram:* Adélio Alves de Oliveira, Ademir Renner, Anaelto Rosa de Moura, Benedito Américo Ferreira, Claiton Mendes Soares, Clênio Martins Garcia, Leontino Milton Seibert, Lúcia Schneider, Marlei Riterbuch, Marlene Petry, Paulo Ribas, Raul de Almeida, Roger Pablo Dupont e Uwe Reinke.

De 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012

Prefeito: Gelson Scherer – de 01/01/2009 a 06/04/2010

Prefeito: Paulo Jair Costa Campana – de 07/04/2010 a 04/06/2010

Prefeito: LarriLui –de 05/06/2010 a 31/12/2012

Vice-prefeito: Bruno Grethe – de 01/01/2009 a 06/04/2010

Vice-prefeito: Egon Schneider –de 05/06/2010 a 31/12/2012

Câmara Municipal de Vereadores: Adélio Alves de Oliveira, Clari Rörig, Eloy Arty Auler, João Carlos Werle, Jorge Hofer, Ledi Seibel Barufi, Nilton Mühl, Paulo César Ribas, Paulo Jair Costa Campana. *Suplentes que assumiram:* Ademir Renner, Anselmo Medim, Claiton Soares, Claudio Wagner, Lírío Schons, Marcos Ott, Marilena Sturmer, Marilei Riterbuch, Nely Walker, Noely de Castro, João Ledur, José Ribeiro.

A atual administração executiva e legislativa (de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2016) está assim constituída:

Prefeito: Carlos Alzenir Catto

Vice-prefeita: Loiva Mirna Gauer

Câmara Municipal de Vereadores: Adélio Alves de Oliveira, Benedito Américo Ferreira, Gilmar Castanho, Ledi Seibel Baruffi, Maico Roberto Hermes, Marcos Ott, Nilton Mühl, Odacir Roque Grethe, Paulo Jair Costa Campana. *Suplentes que assumiram até o mês de maio:* Simone Ângela Hermes Panzenhagen, Paulo Ribas, Marlene Petry, Vilmar Rambo, Izabel de Vargas, Gilson Vidal, Silfredo Forster, Leontino Seibert, Nair Dupont.

1.6 Caracterização física

Chapada situa-se na Região Fisiográfica do Planalto Médio, micro região de Passo Fundo, com uma área de 684,04 Km² (IBGE) ⁶, sua altitude média é de 560 metros acima do nível do mar (Sema/RS) ⁷. Encontra-se a 28° 18' de latitude (Sul) e a 53° 18' de longitude (Oeste).

O município de Chapada está localizado geograficamente em ponto estratégico, próximo a grandes centros consumidores, como é o caso de Carazinho (40 km), Sarandi (40 km), Palmeira das Missões (36 km), Passo Fundo (90 km), Três Passos, Cruz Alta e Ijuí (150 km) e Frederico Westphalen (120 km). A distância em relação à capital é de 320 km, sendo a sua principal via de acesso, a BR 386 através da via RS 330.

Além da sede do município, Chapada conta com cinco distritos, e cada um deles é formado por várias comunidades:

- a) *Distrito de Tesouras* – ao qual pertencem: Santo Antônio, Linha São Paulo e Fazendinha. Situa-se a 6 km da sede.
- b) *Distrito de São Miguel* – Linha Formosa e parte de São João. O distrito fica a 10 km da sede.
- c) *Distrito de Santana* – comunidades de São Roque, Volta do Rio da Várzea, Esquina Machado, Bom Pastor e São Francisco. Distância da sede de 9 km.
- d) *Distrito de Vila Rica*. É composto apenas por essa vila, pois as demais localidades que dela faziam parte passaram a pertencer ao município de Nova Boa Vista, desde a sua emancipação.
- e) *Distrito de Boi Preto* – distante 18 km da sede é formado por parte de São João, Três Mártires e Vista Alegre.

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – <www.ibge.gov.br>.

⁷ Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul – <www.sema.rs.gov.br>.

f) À sede pertencem: Linha Borges de Medeiros, Linha Westphalen, Linha Diogo, Linha Bonita, Linha Modelo e Linha Góes.

Chapada limita-se ao norte e noroeste com os municípios de Palmeira das Missões e Novo Barreiro, ao sul com Santa Bárbara do Sul, a sudeste com Carazinho e Almirante Tamandaré do Sul e a nordeste com Nova Boa Vista e Barra Funda.

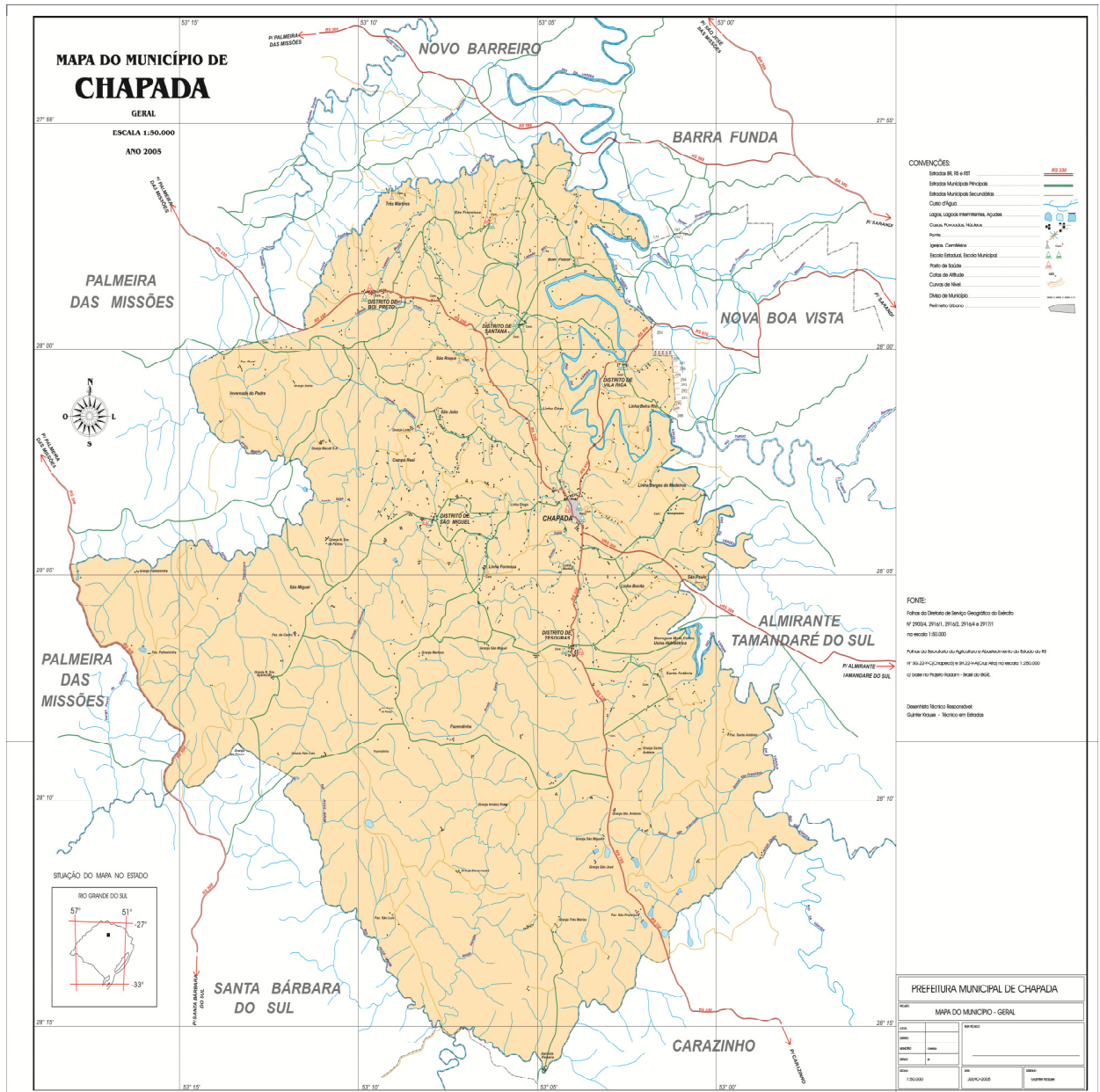


Figura nº. 01: Mapa do município de Chapada.

Fonte: Exército Brasileiro.

Apresenta clima temperado com estações bem definidas, principalmente o inverno e o verão. A temperatura média é de 19°C, tendo sido registradas a máxima de 40°C e a mínima

de -3°C. O número de geadas oscila em torno de 10 por ano. As nevascas acontecem raramente, embora consideradas normais para a região geográfica em que o município se localiza. A mais recente, de grandes proporções de que se tem conhecimento e documentado, é a de 20 de agosto de 1965. Durou dois dias e atingiu, segundo relatos, até 18 cm de espessura na cidade. Muitos, porém, afirmam que em certas baixadas dos arredores, cujos campos ficaram totalmente brancos, a altura da neve teria chegado aproximadamente a 40cm.

A precipitação média anual é de 2.424mm, com o período de maiores chuvas ocorrendo em julho, agosto e setembro. Os ventos dominantes são os do quadrante leste, sendo os do quadrante oeste de curta duração. O *vento minuano* é naturalmente conhecido em Chapada. É um vento frio e seco, de quadrante oeste, com rajadas fortes, característico dos meses de inverno.

O município está assentado sob a Província Geomorfológica do Planalto Rio-grandense, conforme classificação de Müller Filho (1970), apud Sulzbacher:

O Planalto basáltico, que se estende por mais de 1 milhão de quilômetros quadrados desde o Sul de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais até o Rio Grande do Sul, consiste numa extensa série de capas efusivas que se sobrepuseram aos paleorelevos sedimentares paleozóicos e mesozóicos da Bacia do Paraná. [...] originavam-se de um vulcanismo de fissura, que prolongada, mas intermitentemente lançou corridas de lavas em extensos lençóis que se acomodavam às estruturas pré-existentes (p.26).

[...] É uma superfície estrutural, modelada em colinas pela alteração subárea das efusivas e por sua erosão, que a entalha em vales por vezes muito profundos com a feição de “canyons”, ou em vales amplos de fundo plano, dependendo em especial do sentido predominante das diaclases (p.27).⁸

Dessa forma, as características geomorfológicas condicionam um relevo com predominância de colinas, sendo mais acidentado na porção norte e, paulatinamente tornando-se mais suave na porção sul. Esta diferenciação interfere diretamente na organização do espaço rural: enquanto na porção norte (relevo mais acidentado) tem-se a predominância de uma agricultura baseada na exploração familiar, na porção sul aparece uma exploração

⁸Sulzbacher, Aline Weber. *Trabalho de Graduação de Licenciatura II*. Santa Maria, RS, 2007.

agrícola pautada numa agricultura de larga escala, completamente mecanizada e com mão-de-obra assalariada.

Em relação aos solos, o município de Chapada apresenta as seguintes características (Sema/RS):

- a) 80% da área das terras são agricultáveis, a maior parte passível de mecanização;
- b) Ocorrem no município as seguintes unidades de mapeamento de solos:
 - Unidade de Mapeamento Erechim: latossolo distrófico álico, textura argilosa, de origem basáltica: requer adubação e tende à erosão;
 - Unidade de Mapeamento Passo Fundo: latossolo vermelho escuro distrófico, textura argilosa, mas com maior influência do arenito;
 - Unidade de Mapeamento associação Ciríaco-Charrua: encontra-se nas posições mais íngremes e nas partes inferiores dos declives; apresenta ligeira fertilidade, mas com necessidade de correção de acidez e outras complementações de difícil mecanização e muito susceptíveis à erosão, por isso necessitam práticas conservacionistas intensivas.

O território do município pertence a duas regiões hidrográficas:

- a) Bacia do rio Uruguai, situado ao norte do município, através da Bacia do rio da Várzea que atinge 98% do município;
- b) Bacia do rio Guaíba, através do afluente Jacuí-Mirim, que deságua no rio Jacuí.

O principal rio do município é o rio da Várzea, que nasce em Passo Fundo, corre para Carazinho e Chapada para desaguar no rio Uruguai. O rio da Várzea corta o município numa extensão de 40 km. Como todos os rios do Planalto e Alto Uruguai, são encachoeirados de cursos variáveis, apresentando as conhecidas corredeiras, deslizando sobre um leito rochoso. Em seu curso, encontra-se uma queda d'água na região do Bom Pastor que atrai a atenção de todos pela sua beleza e que, certamente tem seus dias contados, diante do projeto de construção de uma usina hidrelétrica na região. Os principais afluentes do rio da Várzea são:

- I. Arroio Góes, com suas nascentes no município, apresentando uma extensão aproximada de 40 km. Encontra-se com o rio da Várzea no distrito de Santana. O arroio Góes possui duas importantes quedas de água conhecidas pela sua beleza e apontadas como pontos turísticos do município. Seus principais afluentes são: arroio Goizinho, que desemboca a direita do arroio Góes; arroio Atafona é outro afluente à direita; à esquerda recebe o arroio Mandú, Lajeado Campinas, Lajeado Boi Preto e o arroio Gambá.
- II. Arroio Zaina, que nasce em pleno campo da Fazendinha, a sudeste do município. Tem como afluentes à esquerda os arroios Diogo, Kaudebach e Sutil.

Nas águas subterrâneas ocorrem dois tipos de aquíferos (Sema/RS): o primário ou termal por poros, em grandes profundidades, conhecido como Aquífero Guarani e o secundário ou frio por fraturas, presente em todo o território do município e apto suprir precariamente o abastecimento humano e as necessidades produtivas.

Em relação à flora, Chapada está situada na região fitogeográfica denominada floresta ombrófila mista e se caracteriza pela ocorrência de florestas dominadas por araucárias (hoje em extinção) e elementos da floresta do Alto Uruguai. Suas matas sofreram grandes alterações devido à ocupação agrícola desordenada. O desmatamento atingiu fortemente a região, de modo que a cobertura vegetal atende a padrões legais em apenas 5% das áreas e, em 15% não há qualquer vegetação ciliar. A floresta nativa (araucárias, cedros, angicos, guajuvira, grápia, cabriúva, entre outros) cobre apenas 4% do território, sendo somado a apenas mais 1% de floresta exótica plantada, prevalecendo as culturas do eucalipto e pinheiro americano.

A exemplo da vegetação e em decorrência da sua devastação, a fauna também sofreu perdas irremediáveis e irrecuperáveis de um número expressivo de espécies terrestres e aquáticas que habitavam a região do atual município de Chapada.

1.7 Aspectos socioeconômicos

A base da economia do município é a agricultura, a pecuária, a indústria e o comércio, com predomínio da primeira. Na agricultura destaca-se especialmente a produção de soja, seguida pelo cultivo de milho e das culturas de inverno: trigo, cevada, canola, entre outras. As culturas de inverno cada vez mais estão cedendo espaço para as pastagens que alimentam o gado leiteiro, este em ascensão gradativa no município. Isso ocorre em função das dificuldades encontradas no plantio de inverno como a fragilidade da cultura, preços baixos e falta de incentivo agrícola. Ainda na agricultura merece destaque a produção de frutas especialmente do pêssego, laranja, uva, entre outras.

Na pecuária merece destaque a produção leiteira que hoje é uma alternativa de renda e de produção, tanto para pequenas propriedades rurais, quanto grandes propriedades. É importante salientar que o impulso inicial para formação dessa bacia leiteira, hoje com proporções consideráveis, foi dado pelo governo municipal a partir do ano de 1989, quando com a criação da Secretaria Municipal da Agricultura, passou a implementar-se uma política leiteira através do melhoramento genético e de incentivo a instalação de um posto de recepção de leite, na época a Lacesa. Para se ter ideia da importância da economia leiteira do município, basta citar alguns números:

- produção de aproximadamente 94.000 litros de leite/dia;
- aproximadamente 900 propriedades agrícolas envolvidas na produção leiteira;
- várias empresas recolhem o leite diariamente, dentre as quais citamos: Dairy Parteners Americas – DPA Nestlé, Italac, Tirol, Friolack, Deale, Brasil Foods –BRF, Goiás Minas e Cotrisal.

Ainda, em relação à pecuária, merecem destaques a suinocultura e, em menor escala, a piscicultura.

É importante salientar que a forma de organização do espaço rural e de suas cultivares dentro do espaço geográfico, apresenta subdivisões co-relacionadas com sua estrutura e com suas características geomorfológicas, o que se pode perceber claramente na tabela abaixo, organizada pela Emater/Ascar:

Tabela nº. 01: Macrorregiões de produção do Município.

Macrorregião	Comunidades/localidades que fazem parte	Características/Tamanho/ Cultivos (predominantes)
01	Santo Antônio, Tesouras, São Miguel, Fazendinha, Boi Preto, São Francisco (porção sul)	Mecanizado soja/milho/trigo Propriedades maiores Área de campo/coxilhas
02	Linha Borges de Medeiros, Linha Modelo, Linha Westhpalen, Linha Diogo, Linha Góes, Vista Alegre, Três Mártires, Santana, São Francisco (parte), Bom Pastor, Linha Formosa, Linha São Paulo, Vila Rica, Nova Colônia e Linha Beira Rio (porção norte)	Mecanizado ou parcialmente mecanizado Soja/milho/trigo/leite/suínos Pequenas propriedades Áreas onduladas e acidentadas
2.1	Microrregião homogênea São João e São Roque	Fruticultura
A atividade leiteira e a exploração do gado de corte estão presentes (com maior ou menor intensidade) em todas as regiões		

Fonte: Diagnóstico da Realidade Municipal 2002 (Sulzbacher, 2007).⁹

Ainda em relação à agricultura, merece ser referida a importância das agroindústrias presentes no município e que, superando adversidades de toda ordem, vêm se mantendo e ganhando destaque em âmbito regional e estadual, dentre elas podemos citar os abatedouros de aves, suínos e bovinos, a produção de açúcar mascavo, erva mate, produção de cachaça, melado, bolachas, mandioca e embutidos.

No setor industrial, o município conta com uma filial da indústria de calçados de grande porte a Kello calçados, com matriz em São Paulo, uma filial de produção de calçados Andrema, que terceiriza a produção para a marca Pegada, bem como pequenas outras

⁹ Ibid., p. 22.

empresas de menor porte, especialmente no setor moveleiro, mas bem estruturadas e que conseguem ofertar uma boa quantia de empregos diretos e indiretos, com significativa diversidade de produtos oferecidos à população. O comércio local é estruturado, diversificado e atende praticamente todas as demandas da população.

Considerando essa diversidade econômica, cada um dos setores abaixo tem a seguinte representação na arrecadação econômica do município:

- Agropecuária 72,73%;
- Comércio 15,64%
- Serviços 7,27%
- Indústria 4,36%

1.8 Aspectos populacionais

O município de Chapada, mesmo com sua extensa área geográfica, nunca chegou a apresentar uma grande densidade demográfica. Fato que se explica pela área de campo, em que predominam as grandes propriedades e também por não estar situada num pólo industrial que agregue população ao seu entorno.

Mesmo com uma população relativamente pequena, esta se caracteriza por ter um nível econômico considerável, ser um povo hospitaleiro e principalmente por ter uma qualidade de vida invejável.

As características presentes, ainda hoje na população, são herança de seu passado colonizador. Estima-se que 65% da população seja de origem germânica; 28% origem italiana; e 7% outras origens (Sema/RS). Essa herança genética reflete-se nos usos, costumes e tradições que, certamente, contribuem para a qualidade de vida de grande parte da população, bem como, influenciam diretamente em alguns indicadores de acordo com os dados obtidos junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, tais como: o Índice de Longevidade é de 0,849; o Índice de Educação é de 0,679; o Índice de Desenvolvimento; o Índice de Renda é de 0,752, índices estes que somados levam ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Idhm de 0,757. Este índice leva Chapada a ocupar o 80º no ranking estadual de 496 municípios e no ranking nacional, entre os 5.562 municípios, Chapada ocupa o 420º lugar.

Em relação ao total da população, o primeiro dado oficial de que se tem notícia é dos anos de 1919/1920, segundo Relatórios da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, no qual se “*registram o número total de 300 habitantes para Tesouras.*”¹⁰

Depois disso, os dados oficiais referentes à população do município, são os seguintes:

1970–Censo Demográfico do IBGE

Homens – 5.460

Mulheres – 5.113

População Rural – 8.649 habitantes, ou seja, 81,8%

População Urbana – 1.924 habitantes, ou seja, 18,2%

Total – 10. 573 habitantes

1980–Censo Demográfico do IBGE

Homens – 5264

Mulheres – 4953

População Rural – 7.586 habitantes, ou seja, 74,2%

População Urbana – 2. 631 habitantes, ou seja, 25,8%

Total – 10.217 habitantes

1991 – Censo Demográfico do IBGE

População Rural – 6.357 habitantes, ou seja, 60,33% da população

População Urbana – 4.181 habitantes, ou seja, 39,67% da população

Total – 10.538 habitantes

1996 – Censo Demográfico do IBGE

Homens – 4.977

Mulheres – 5.089

Total – 10.066 habitantes

¹⁰ Ibid., p. 27.

2000 – Censo Demográfico do IBGE

Tabela nº02: Censo demográfico/2000.

	População			
	URBANA	RURAL	MASCULINA	FEMININA
CHAPADA	4736 (48,59%)	5010 (51,41%)	4784	4962
TOTAL	9746		9746	

Fonte: IBGE, 2000.

Tabela nº03: Censo demográfico por faixa etária/2000.

Chapada	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	TOTAL
Total	619	789	1765	1320	1641	1377	1008	1231	9746
Homens	309	360	870	652	818	673	494	608	4784
Mulheres	310	425	895	668	823	704	514	623	4962

Fonte: IBGE, 2000.

2007 – Censo Demográfico do IBGE.

Tabela nº. 04: Contagem populacional/ 2007.



Censos 2007

Contagem da população
Município de Chapada-RS

Tabela 1.1.23 - População recenseada e estimada, segundo os municípios - Rio Grande do Sul - 2007	
Municípios	População recenseada e estimada (1)
Rio Grande do Sul	10 582 840
Chapada	9 440

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

Tabela 1.5.23 - População recenseada, por situação do domicílio e sexo, segundo os municípios - Rio Grande do Sul - 2007			
Municípios	População recenseada, por situação do domicílio e sexo		
	Total		
	Total(1)	Homens	Mulheres
Rio Grande do Sul	6 273 345	3 095 615	3 150 909
Chapada	9 440	4 656	4 784
	Urbana		
	Total(1)	Homens	Mulheres
Rio Grande do Sul	4 676 312	2 260 692	2 395 806
Chapada	5 173	2 469	2 704
	Rural		
	Total(1)	Homens	Mulheres
Rio Grande do Sul	1 597 033	834 923	755 103
Chapada	4 267	2 187	2 080

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

Tabela 2.2.23 - Domicílios particulares ocupados, por sexo da pessoa responsável pelo domicílio, segundo os municípios e a situação do domicílio - Rio Grande do Sul - 2007			
Municípios e situação do domicílio	Domicílios particulares ocupados, por sexo da pessoa responsável pelo domicílio		
	Total(1)	Sexo da pessoa responsável pelo domicílio	
		Homens	Mulheres
Rio Grande do Sul	2 018 847	1 376 024	633 057
Chapada	3 160	2 395	765
Urbana	1 839	1 228	611
Rural	1 321	1 167	154

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

Fonte: IBGE.

Tabela nº. 05: Discriminação da contagem populacional / 2007.



Censos 2007

Contagem da população
Município de Chapada-RS

Tabela 2.4.23 - Domicílios particulares permanentes, população recenseada nos domicílios particulares permanentes e média de moradores em domicílios particulares permanentes, segundo os municípios e o sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Rio Grande do Sul - 2007

Municípios e sexo da pessoa responsável pelo domicílio	Domicílios particulares permanentes	População recenseada nos domicílios particulares permanentes	Média de moradores em domicílios particulares permanentes
Rio Grande do Sul	2 013 737	6 229 873	3,09
Chapada	3 158	9 423	2,98
Homens	2 393	7 681	3,21
Mulheres	765	1 742	2,28

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

Tabela 2.3.23 - Domicílios particulares permanentes, população recenseada nos domicílios particulares permanentes e média de moradores em domicílios particulares permanentes, segundo os municípios e a situação do domicílio - Rio Grande do Sul - 2007

Municípios e situação do domicílio	Domicílios particulares permanentes	População recenseada nos domicílios particulares permanentes	Média de moradores em domicílios particulares permanentes
Rio Grande do Sul	2 013 737	6 229 873	3,09
Chapada	3 158	9 423	2,98
Urbana	1 839	5 170	2,81
Rural	1 319	4 253	3,22

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

Tabela 2.1.23 - Domicílios recenseados, por espécie, segundo os municípios - Rio Grande do Sul - 2007				
Total				
			Rio Grande do Sul	Chapada
Particulares	Ocupados		2 009 081	3 160
	Não-ocupados	Fechado	9 766	-
		Uso ocasional	200 069	78
		Vago	169 747	251
Coletivos	Sem morador		1 529	3
	Com morador		1 726	2
Total			2 391 918	3 494

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

Fonte: IBGE.

Tabela nº. 06: Discriminação da contagem populacional por gênero e faixa etária/2007.



Censos 2007

Contagem da população
Município de Chapada-RS

População recenseada, por sexo e grupos de idade				
		Homens	Mulheres	Total
Menos de 1 ano	Rio Grande do Sul	38 081	36 456	74 537
	Chapada	43	37	80
1 a 4 anos	Rio Grande do Sul	166 865	159 887	326 752
	Chapada	202	174	376
5 a 9 anos	Rio Grande do Sul	248 803	238 557	487 360
	Chapada	293	286	584
10 a 14 anos	Rio Grande do Sul	271 980	261 779	533 759
	Chapada	335	350	685
15 a 19 anos	Rio Grande do Sul	269 851	260 745	530 596
	Chapada	408	392	798
20 a 24 anos	Rio Grande do Sul	261 172	262 800	523 972
	Chapada	397	378	773
25 a 29 anos	Rio Grande do Sul	238 599	236 631	475 230
	Chapada	303	319	627
30 a 34 anos	Rio Grande do Sul	217 022	219 744	436 766
	Chapada	307	293	600
35 a 39 anos	Rio Grande do Sul	223 860	229 453	453 313
	Chapada	342	370	712
40 a 44 anos	Rio Grande do Sul	230 681	213 262	443 943
	Chapada	303	423	726
45 a 49 anos	Rio Grande do Sul	215 785	218 101	433 886
	Chapada	370	350	720
50 a 54 anos	Rio Grande do Sul	189 004	191 090	380 094
	Chapada	324	334	658
55 a 59 anos	Rio Grande do Sul	155 467	160 513	315 980
	Chapada	272	253	525
60 a 64 anos	Rio Grande do Sul	119 638	127 806	247 444
	Chapada	217	200	417
65 a 69 anos	Rio Grande do Sul	91 585	102 501	194 086
	Chapada	167	187	354
70 a 74 anos	Rio Grande do Sul	66 399	82 574	148 973
	Chapada	134	163	297
75 a 79 anos	Rio Grande do Sul	44 244	62 212	106 456
	Chapada	83	141	224
80 anos ou mais	Rio Grande do Sul	36 661	66 018	102 679
	Chapada	53	97	150
Idade ignorada	Rio Grande do Sul	627	691	1 318
	Chapada	-	-	-
Total	Rio Grande do Sul	3 095 615	3 150 909	6 246 524
	Chapada	4 656	4 784	9 440

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

Fonte: IBGE, 2007.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

Tabela nº. 07: Discriminação da contagem populacional por área/2010.
Censo 2010.

População Total	9.377	100%
População Rural	3.804	46,56%
População Urbana	5.573	59,44%
População estimada em 2014	9.622	-

Fonte: IBGE/2014.

Ao analisarmos os dados demográficos dos últimos anos, podemos fazer algumas análises importantes:

- a. Até o censo demográfico 2014 realizado pelo IBGE a população rural sempre foi maior do que a urbana. Essa mudança estrutural deve-se principalmente a questão do êxodo rural, o qual é estimulado pelas oportunidades de emprego oferecidas na cidade, especialmente da população mais jovem, e de outra tendência atual que é a do deslocamento das famílias de idade mais avançada que estão abandonando o interior para morar na cidade.
- b. Outro dado significativo é a diminuição gradativa da população, fenômeno relacionado, principalmente, a dois fatores:
 1. O fluxo migratório para outros centros urbanos em busca de diferentes alternativas.
 2. A mudança nos padrões familiares, seguindo uma tendência em que as famílias optam por terem menos filhos e, também, por não se seguir mais a regra de ter uma família constituída de pai, mãe e filhos.

É importante salientar que a redução da população interfere diretamente na administração municipal, ao diminuir gradativamente o coeficiente de repasse do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

- a. A questão da expectativa de vida ser alta também é outro fator significativo, pois demonstra a qualidade de vida desfrutada no município.

1.9 Saneamento básico

A Companhia Riograndense de Saneamento –Corsan é responsável pela captação, tratamento e distribuição da água potável para a área urbana do município. São quatro os poços artesianos que abastecem a cidade, com um gasto em torno de 900 m³ de água por dia. A distribuição e controle de qualidade da água em todo o município, de acordo com o IBGE/2000, é feita da seguinte forma:

- a. 50% é de responsabilidade da Corsan, especialmente no perímetro urbano;
- b. 10% é obtida através das fontes de água naturais particulares;
- c. 40% é de responsabilidade da prefeitura através de poços artesianos.

A Secretaria Municipal da Saúde realiza análise mensal dos poços localizados na área rural para controlar a qualidade da água extraída.

Cabe destacar que o destino dos resíduos fecais são basicamente fossas sépticas e sumidouros, não existindo estação de tratamento para o esgoto.

1.10 Energia elétrica

As Centrais Elétricas de Carazinho S/A – Eletrocar é responsável pela distribuição de toda a energia elétrica consumida no município, além de fornecer todo o suporte de rede e da sua manutenção.

Atualmente, no município, temos o seguinte quadro de consumo em relação à energia elétrica:

Tabela nº. 08: Energia elétrica consumida em Chapada por setores.

Classe de consumo	Unidades consumidoras em 30/04/2008	Média de kWh vendido por mês por classe	Média de consumo e kWh por unidade
Residencial	1.902	266.245	140
Rural	1.449	485.855	335
Comercial	342	262.994	769
Industrial	34	82.483	1.250
Poder Público	65	62.390	960
Outros	9	104.163	11.574
Total	3.801	1.264.130	332,5

Fonte: Centrais Elétricas de Carazinho

A Eletrocar, em suas duas Pequenas Centrais Elétricas – PCHs produz aproximadamente 15% da energia consumida em sua área de concessão, tendo seu sistema elétrico interligado ao sistema nacional.

A energia fornecida em Chapada é na tensão de 13.800 Volts para os consumidores atendidos em média tensão e de 220/380 Volts, para os de baixa tensão.

No município de Chapada, incluindo a área urbana e rural, estão instalados 614 transformadores de energia, 10.008 postes, com 472 quilômetros de rede de média tensão e 288 quilômetros de rede de baixa tensão.

Segundo levantamento efetivado para o Programa Luz Para Todos, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo programa, não há nenhuma unidade consumidora que não tenha fornecimento de energia elétrica em Chapada.

1.11 Lixo

A coleta de resíduos da área urbana é efetuada de segunda a sexta-feira pela empresa Simpex da cidade de Palmeira das Missões. Perfazem em média 135 km por dia de coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos. A coleta, nos distritos de Santana, Boi Preto e Tesouras, é realizada uma vez por semana, perfazendo um total de 625 km mensais.

Segundo a Simpex, o município de Chapada mostra um grande avanço na educação ambiental de seus munícipes, ou seja:

- a) Em torno de 80% da população utilizam lixeiras, galões, tambores para o descarte de resíduos sólidos urbanos.
- b) Em sua maior parte, a população separa lixo seco e lixo orgânico, principalmente o vidro, o qual é embalado separadamente com identificação.
- c) A limpeza das vias públicas é de responsabilidade da prefeitura, além disso, há os catadores autônomos.
- d) A prefeitura é responsável pela coleta de entulhos da construção civil.

As proporções do lixo coletado mensalmente seguem a seguinte classificação, conforme dados da Simpex:

- 1. Lixo seco reciclável: 46%
- 2. Origem orgânica: 43,3%
- 3. Dejetos destinados ao aterro sanitário: 6%
- 4. Entulhos de construção civil: 4,7%

Em média, são produzidos 700g de lixo por habitante/dia.

1.12 Saúde

A Secretaria Municipal da Saúde, visando uma melhor qualidade de vida da população, desenvolve os seguintes programas:

- a) vigilância em saúde;
- b) saúde familiar;
- c) atenção básica;
- d) atenção especializada na área da Cardiologia;
- e) grupos de saúde;
- f) agentes comunitários de saúde (vinculados aos EPSF);
- g) EPSF (Estratégia do Programa de Saúde da Família);
- h) Atendimento médico;
- i) Saúde bucal.

Chapada conta com cobertura total do EPSF, ou seja, 100% da população do município é atendida pelo Programa Estratégia do Programa de Saúde da Família. Estes programas estão divididos em quatro equipes formadas por: 01 médico clínico geral, 01 enfermeira, 01 técnico de enfermagem, 01 cirurgião dentista e 01 auxiliar de consultório dentário.

Estas equipes de EPSF estão assim divididas:

- a. Uma equipe com sede no distrito de Tesouras que atende as localidades de: Linha Bonita, Linha São Paulo, Fazendinha, Santo Antônio e Distrito de São Miguel.
- b. Outra equipe com sede no distrito de Boi Preto que atende as localidades de: São João, São Roque, distrito de Santana, Três Mártires, Vista Alegre, Bom Pastor e São Francisco.
- c. Duas equipes EPSF que atuam na cidade junto ao Centro de Atenção Integral à Saúde - CAIS e atendem as demais localidades do município. Além das equipes do EPSF, o CAIS atende outras demandas da área da saúde preventiva, inclusive em determinadas especialidades médicas: Cardiologia, Pediatria, Gastroenterologia. Além disso, oferece convênios com as demais especialidades médicas em outros municípios para consultas, exames e procedimentos.

Existem também serviços particulares de atendimento à população, tais como:

1. Laboratórios de análises clínicas.
2. Consultórios médicos.
3. Clínicas de fisioterapia.
4. Consultórios odontológicos

O município conta ainda com a Sociedade Beneficente Hospital São José, que presta os mais variados serviços à população, tais como: internações hospitalares, intervenções cirúrgicas de pequeno porte, curativos, atendimentos de emergência, serviço de RaioX, plantão médico 24 horas, inclusive nos finais de semana (plantão esse pago pela Secretaria Municipal de Saúde), entre outros. O Hospital é uma referência para a cidade e para os municípios da região.

Ainda merece ser destacada a presença de uma equipe móvel do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu, que é um serviço de saúde desenvolvido pela Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul em parceria com o Ministério da Saúde e as Secretarias Municipais de Saúde.

1.13 Aspectos culturais do município de Chapada

O município de Chapada, tendo em vista sua forte influência germânica, possui características culturais marcantes, especialmente no que diz respeito à música, canto, hábitos alimentares e religiosidade. A propósito, cabe salientar que o canto sempre foi considerado uma marca característica dos imigrantes de origem europeia. Assim, simultaneamente à construção da capela, organizavam-se corais para participar das celebrações litúrgicas, fossem elas festivas ou não. Além disso, o canto fazia parte das reuniões familiares, especialmente do Kerb, do Natal e das brincadeiras infantis.

Esta característica ainda se encontra na comunidade chapadense, que mesmo contando com poucas pessoas que fazem parte destes grupos, mantém vários corais que tal qual os tempos idos, organizam encontros de integração em que são recebidos festivamente acompanhados pelo som de uma banda e pelo coral da casa. Esses corais mantêm-se graças à tenacidade de seus componentes, que, ao menos uma vez por semana, largam seus afazeres para sede discarem a esta atividade que, além de prazerosa, mantém viva uma das tradições dos colonizadores chapadenses. Os corais, grupos de dança e outras entidades hoje em atividade no município são os seguintes:

1.13.1 Corais

1.13.1.1 Coral Mundo Jovem de Chapada

O Coral Mundo Jovem com sede no município, foi fundado em 1974. Iniciou com 11 componentes, tendo como primeira regente a irmã Cyria Strehl. Atualmente, sua regente é Adelaide Maria Rambo Staudt. Caracteriza-se pelo acompanhamento do violão e tem por objetivo levar o canto, a alegria, o entusiasmo pela vida, a fé, a paz e o amor a todos os que admiram e valorizam as coisas boas da vida.

O Coral Mundo Jovem apresentou-se em vários eventos do município de Chapada e cidades vizinhas, destacando-se pela sua participação nas celebrações litúrgicas e festas da comunidade. Seu lema: “Caminhar sempre, cair talvez e desistir nunca”.

1.13.1.2 Coral Sempre Unidos de Vila Rica

O Coral Sempre Unidos tem sua sede no distrito de Vila Rica. Foi fundado em 10 de fevereiro de 1979 e conta atualmente com um quadro social de 140 sócios e 24 coralistas, sendo regido pelo maestro Sérgio Sulzbacher.

1.13.1.3 Coral Misto Santanense

O Coral Misto Santanense, com sede no Distrito de Santana, foi fundado em 13 de agosto de 1989 e tem como objetivo difundir o canto coral, expandir novos laços de amizade e servir associados em momentos de festa ou de dor, levando alegria e conforto por meio do canto. O coral é composto por 31 cantores e regido por Sérgio Sulzbacher.

1.13.1.4 Coral Sempre Unidos do Grupo de Idosos Unidos

O Coral Sempre Unidos foi fundado em 1996, contando com 15 componentes, membros do Grupo de Idosos Unidos de Chapada. Seu primeiro maestro foi César Luiz Scheurmann, assumindo depois Haidy Trentini e atualmente é regido pela maestrina Nádia Bays Rambo.

O Coral apresenta-se em festivais, na Rádio Simpatia, em cultos e missas quando solicitado e, especialmente, em falecimentos de associados do grupo. Atualmente, conta com 30 coralistas.

1.13.2 Grupos de Danças

Além da tradição do canto coral, o município também conta com vários grupos de dança, que se reúnem semanalmente para ensaiar e vem representando o município nos diversos recantos do nosso estado e dos estados vizinhos. São eles:

1.13.2.1 Grupo Municipal de Danças Folclóricas Alemãs

O Grupo Municipal de Danças Folclóricas Alemãs, com sede na cidade, foi fundado em 18 de maio de 1999. Tem na sua composição as categorias: adulto, juvenil e infantil. Tem como objetivo resgatar as tradições dos migrantes alemães que cultivaram essa terra, levando alegria e lazer por meio da dança, divulgando as tradições germânicas aos municípios de toda a região.

1.13.2.2 Invernada Artística do CTG Galpão Crioulo

A Invernada Artística iniciou suas atividades concomitantemente à fundação do Centro de Tradições Gaúchas – CTG. Hoje, há três invernadas constituídas: mirim, juvenil e adulta. Todas têm o objetivo de divulgar as danças e a indumentária gaúcha, sempre representando o município de Chapada e o CTG Galpão Crioulo. Trazem como lema: “Defender sempre, em qualquer chão, a Pátria e a tradição.”

1.13.2.3 Invernada Campeira do CTG Galpão Crioulo

Tem por objetivo cultuar as tradições da lida campeira do gaúcho, participando de rodeios, tiros de laço e outras diversas programações como forma de manter vivas as tradições do povo gaúcho.

1.13.2.4 Grupo Recreando a Vida

Com sede na cidade, foi fundado em 2003, tendo como objetivo aumentar a auto-estima dos idosos e conscientizá-los da importância de adotar hábitos saudáveis de alimentação e de práticas regulares de exercícios físicos. Promove encontros semanais nos

quais são realizadas atividades físicas e culturais monitoradas por um profissional contratado pela municipalidade.

A importância cultural desses grupos artísticos, tanto dos corais quanto dos grupos de dança é relevante para o município. Consciente dessa importância, a municipalidade tem ajudado sistematicamente os corais e os grupos de danças com o repasse mensal de recursos para auxiliar nas principais despesas.

Afora isso, temos espaços públicos de incentivo à cultura, destacando-se especialmente:

1.13.3 Biblioteca Pública Municipal Tereza Albina Maggioni

A Biblioteca Pública Tereza Albina Maggioni foi criada em 19 de setembro de 1960, na administração do Prefeito Félix A. Porciúncula Sampaio, com a denominação de Biblioteca Pública Municipal, iniciando suas atividades no prédio onde hoje está localizado o Museu Municipal. Neste local permaneceu até o ano de 1982, quando foi transferida para a sede própria da prefeitura.

Em 1993 a Biblioteca Pública Municipal recebe a denominação de Biblioteca Pública Municipal Tereza Albina Maggioni, em homenagem a uma cidadã chapadense que amou os livros de forma especial, deixando como legado para todos nós, seus dois livros: *Cadeira ao Vento e a Árvore de Lucas*.

A Biblioteca Pública Municipal Tereza Albina Maggioni conta, atualmente, com um acervo de 11.175 livros, conquistado mediante aquisições e doações e que vem sendo atualizado regularmente. Seu objetivo é fornecer informação à sociedade em geral, prestando serviços públicos e gratuitos de livre acesso à leitura e à informatização, desenvolvendo atividades de caráter cultural e educacional.

A Biblioteca, que desde a sua fundação esteve localizada em vários locais, funciona, atualmente, junto a Praça Central do Município, num prédio de arquitetura germânica que, além do acervo literário, conta com computadores acoplados à Internet de acesso livre a qualquer cidadão.

1.13.4 Museu Histórico Municipal de Chapada

O Museu Histórico Municipal de Chapada foi inaugurado em 03 de junho de 1982 e localiza-se no prédio que foi sede da primeira prefeitura de Chapada. Neste prédio, após a

transferência da sede administrativa para outro local, no ano de 1960, passou a funcionar a Biblioteca Pública Municipal até 1982. Neste mesmo ano foi inaugurada a sede administrativa própria, para onde também se mudou a Biblioteca Pública Municipal. Com a criação do Museu Histórico Municipal, passou-se a se usar o espaço como local de exposição e visitação da população ao acervo do Museu.

O Museu Histórico de Chapada tenta resgatar e preservar um pouco da cultura dos colonizadores do município, predominantemente de origem alemã. Conta em seu acervo com peças de trabalho, utensílios de uso doméstico e de lazer usados outrora.

1.14 Esportes e lazer

Na parte esportiva predomina o futebol, nas modalidades de campo, sete e de salão. São realizados anualmente torneios nas mais diversas categorias e modalidades, quando se percebe um apoio e prestígio muito grande da população, que vê o esporte como propulsor de qualidade de vida, agregação de valores comunitários e sociais e fonte de lazer. Existem times organizados nas comunidades do interior e da cidade que participam dos campeonatos e de jogos amistosos em que o fator predominante é a integração.

Na parte esportiva, merecem destaque também os quartetos de bocha, modalidade esportiva de herança cultural dos italianos, mas amplamente aceita e difundida por todo o município. Não há no município comunidade, localidade ou associação que não possua seu quarteto. Estes quartetos participam anualmente do campeonato municipal e dos mais variados torneios que acontecem pelo município e região afora.

Os grupos de bolão, que outrora foram muitos e atuantes, estão funcionando em número reduzido em nosso município. Essa herança cultural germânica aos poucos vai cedendo espaço para outras formas de lazer. São poucas as canchas de bolão que ainda estão em funcionamento, o que resulta numa diminuição gradativa de grupos que praticam este esporte. Apesar das dificuldades encontradas, alguns grupos resistem e continuam se encontrando e participando de torneios e de encontros, especialmente fora do município.

Em relação ao lazer, como os bailes de Kerb, anualmente, no mês de janeiro, acontece a maior festa do nosso município: a Chapadafest. É um grande evento que se prolonga por uma semana e que reúne milhares de pessoas, tendo como características principais a música de bandinha, o chopp e pratos típicos.

Apesar de toda uma infraestrutura oferecida culturalmente e do apoio dado a entidades culturais e esportivas, o município não conta administrativamente com uma secretaria específica de atendimento à cultura e ao esporte. Existe a Secretaria Municipal de Educação,

Cultura e Desporto que atende, juntamente com as escolas, as demandas destes setores. Desta forma também, o Conselho Municipal de Educação delibera, quando necessário, sobre questões culturais. As deliberações acerca do esporte são tomadas pela Liga Chapadense de Futebol, que congrega representantes dos times constituídos e em funcionamento no município, com a participação da coordenação do Conselho Municipal de Desporto – CMD.

1.15 Religiosidade

A religiosidade, tal qual a educação, sempre foi um aspecto marcante na vida dos colonizadores chapadenses. Ao chegarem a um novo lugar, preocupavam-se, assim que se estabeleciam em arrumar um lugar para a edificação da igreja. Os moradores não mediam esforços para ajudar, tanto com trabalho, quanto com a doação do terreno e de material para a construção.

Essa interação entre comunidade e religião ainda se faz presente significativamente em todo o município, seja nas comunidades do interior ou da cidade. As festas anuais das comunidades religiosas são muito prestigiadas e fazem parte das tradições da cultura chapadense. A presença da religião católica sempre foi mais acentuada, mas muitos credos religiosos são professados em nosso município acompanhando uma tendência mundial, manifestações religiosas variadas vão se estabelecendo e conquistando os fiéis.

Como herança da cultura religiosa católica, instituiu-se no município o feriado municipal do padroeiro São José, no dia 19 de março. Além disso, o município tem como feriado municipal o dia 03 de junho, data que marca oficialmente a sua instalação, já que, haja vista que, neste dia, tomaram posse o primeiro prefeito e os primeiros Vereadores, instituindo de fato o município de Chapada.

1.16 Aspectos educacionais

A questão escolar entre os imigrantes germânicos no Rio Grande do Sul é um tema que desperta interesse pelo fato de ter algumas características peculiares. Nas décadas de 20 e 30 do século XX, os imigrantes alemães haviam organizado, na região rural do Estado, uma rede de 1.041 escolas comunitárias contando com 1.200 professores. Praticamente não havia analfabetos nessas comunidades teuto-brasileiras quando a média nacional, nas áreas rurais, ultrapassava 80% ¹¹. O currículo dessas escolas estava organizado de forma que as crianças

¹¹ Paiva, 1973, p. 83, apud Kreutz, Lúcio. *Os alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Editora da Ulbra, 1994. p. 149.

aprendessem o essencial para o bom entrosamento na vida das comunidades rurais, tanto sob o aspecto religioso e social, quanto do trabalho.

Tratava-se de escolas comunitárias, porque foram criadas e mantidas pelas comunidades teuto-brasileiras. Na maior parte dos casos, porém, eram consideradas também escolas confessionais porque estavam diretamente vinculadas a uma confissão religiosa, o que é perfeitamente perceptível ao se analisar as primeiras escolas chapadenses, que por longo tempo funcionaram na igreja do novo povoado.

Tal qual os demais teuto-brasileiros do Estado, os chapadenses não fugiram as estimativas da época. Ao chegarem os primeiros colonos, entre as maiores preocupações, estava a de construir uma escola ou encontrar um professor para os filhos, que se dispusesse a lecionar em algum lugar. O primeiro professor de que se tem registro está datada de 1917, conforme Steffen e tal (1984):

“Em 1917 Adolfo Hosler começou a lecionar na casa dos imigrantes sendo que neste período a escola era particular, os pais patrocinavam o professor. Inicialmente falava-se o alemão inclusive na escola, mais tarde, duas vezes por semana, era ensinado o português.”¹²

Depois disso, os próprios negociadores de terras foram até São Sebastião do Caí, em busca de um professor, foi então que o Sr. Aloysio Hofer transferiu-se para cá e ministrou aulas de 1927 a 1939, quando então as Irmãs do Notre Dame vieram estabelecer-se aqui e assumiram a tarefa de ensinar.

Todas as famílias esmeravam-se em propiciar o mínimo de escolaridade para seus filhos, mesmo que para isso fossem necessários sacrifícios financeiros e físicos.

Ainda referente à questão da educação, assim como as famílias tinham a preocupação de levar seus filhos à escola, preocupavam-se também em fornecer material de leitura condizente com seus valores, sabe-se que muitas das famílias chapadenses tinham assinaturas de semanários, anuários e revistas mensais, destacando-se: Voksblatt, Voksverein, Familie Kalender, St. Paulusblath (em circulação desde 1912 até os dias atuais), Ignacius Kalender, Michels Kalender, Livro da Família, Revista Rainha, Revista Família Cristã, entre tantos outros.

Gradativamente o Estado e o município foram assumindo a tarefa de instalar e suprir as escolas com professores e materiais necessários ao seu bom funcionamento. Mais uma vez, as comunidades tiveram papel preponderante na manutenção dessas escolas. Os recursos eram escassos e nem sempre chegavam especialmente nas escolas mantidas pelo governo do

¹² Ibid., p. 25.

Estado. Assim tornava-se fundamental a presença constante dos pais na escola para construção, reparos, compra de material didático e inclusive para pagamento dos professores.

Todo o processo de desenvolvimento do município interferiu no processo educacional. Sempre houve uma preocupação com gestores municipais em melhorar e possibilitar o acesso de todos à educação. Escolas foram sendo construídas em praticamente todas as localidades. Nelas, os professores atendiam turmas multisseriadas (várias séries numa mesma sala) e eram responsáveis pela merenda, limpeza e documentação da escola.

Em 1984, existiam os seguintes estabelecimentos de ensino no município, conforme estudo de Steffen e tal:¹³

- Escola Municipal Fagundes Varela, no distrito de Boi Preto. Fundada em 1944.
- Escola Estadual de 1º Grau São Luiz Gonzaga, no distrito de Tesouras. Fundada em 1954.
- Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Arnildo Carlos Mattge, no distrito de Vila Rica. Fundada em 1961.
- Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Israelina Martins Silveira, no distrito de Boi Preto. Fundada em 1961.
- Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Leopoldo Martins, localizada na Cachoeirinha (localidade hoje pertencente ao atual município da Nova Boa Vista). Fundada em 1963.
- Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Vicente José Weber, no distrito de Santana. Fundada em 1967.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Amizade, localizada em Santo Antônio. Fundada em 1974.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Borges de Medeiros de Vista Alegre, distrito de Boi Preto. Fundada em 1961.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Casemiro de Abreu, localizada na Volta do Rio da Várzea do distrito de Santana. Fundada em 1961.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Gonçalves Dias de Linha São Paulo, distrito de Tesouras. Fundada em 1970.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Humberto de Alencar Castelo Branco, da Esquina Machado/São Francisco. Fundada em 1979.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto John Kennedy, situada na estrada Chapada/Carazinho. Fundada em 1966.

¹³ Ibid., p. 56.

- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto José Garibaldi, situada em Bom Pastor, distrito de Santana. Fundada em 1964.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Liberato Salzano, localizada em Linha Diogo. Fundada em 1961.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Maceno Pinto Martins, situada em Fazendinha. Fundada em 1970.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Machado de Assis, localizada em Três Mártires. Fundada em 1959.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Nossa Senhora Aparecida de Linha Beira Rio, do distrito de Vila Rica. Fundada em 1973.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Nossa Senhora de Fátima, de Linha Borges de Medeiros. Fundada em 1969.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Nossa Senhora do Rosário, de Linha Westhpalen. Fundada em 1959.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Patrono La Salle, de Linha Modelo. Fundada em 1961.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Presidente Vargas, localizada em São Roque. Fundada em 1961.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Roberto Silveira, de Linha Bonita. Fundada em 1961.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Salgado Filho, de Santo Antônio, distrito de Tesouras. Fundada em 1965.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Santa Cecília, da localidade de Bom Pastor. Fundada em 1964.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Santa Lúcia, localizada em São João. Fundada em 1962.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Santo Antônio, situada na localidade de Santo Antônio. Fundada em 1961.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Tiradentes, de Linha Formosa. Fundada em 1962.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Vinte de Setembro, da localidade de São João. Fundada em 1963.
- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Alberto Pasqualini, da localidade de São João. Fundada em 1963.

- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Alvarenga Peixoto, da localidade de Linha São Paulo. Fundada em 1959.

- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Carlos Schreiner, da Linha Góes. Fundada em 1959.

- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Daltro Filho, da Linha São Roque. Fundada em 1959.

- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Duque de Caxias de Nova Colônia. Fundada em 1963.

- Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Rudi Hans Sacks, localizada no distrito de São Miguel. Fundada em 1971.

- Escola Rural de São Francisco, da localidade de São Francisco. Fundada em 1961.

- Escola Rural São Miguel, do distrito de São Miguel. Fundada em 1961.

- Escola Estadual de 1º e 2º Graus Júlia Billiart. Organizada como escola estadual de 1º e 2º graus em 1980. Porém, ela já existia há muitos anos com outras denominações.

No que se refere às escolas supracitadas, é importante lembrar que os anos referentes à sua fundação constantes na relação são da organização legal e efetiva. Muitas dessas escolas já funcionavam de forma precária e não legalizada, mas cumprindo efetivamente com o seu papel e atendendo ato da demanda.

Os tempos foram passando e os processos educacionais tiveram que se adequar aos novos tempos. Em 1990, iniciou-se no município o processo de centralização das escolas, que consistia em fechar as pequenas escolas com turmas multisseriadas para levar os alunos mediante transporte escolar até uma escola de maior porte. Foi um processo árduo, inicialmente incompreendido, mas necessário, a fim de melhorar a qualidade na educação, resultado de uma mudança nos padrões de vida da população: o êxodo rural vinha se acentuando e levando a saída de muitas famílias da área rural em direção a cidade ou a outros grandes centros urbanos.

Em 1996/1997, teve início o processo de municipalização de algumas escolas estaduais, ou seja, o Estado ofereceu alguns estabelecimentos de ensino ao município. Inicialmente, seriam repassados a administração pedagógica e de recursos humanos para o município e, posteriormente, toda a estrutura de bens e materiais. Todo o processo de municipalização também teve percalços, especialmente de aceitação pela comunidade docente que não via com bons olhos essa mudança. Hoje, no entanto, as escolas municipalizadas são referência educacional e aceitas em sua totalidade pelas comunidades.

Neste processo de adequação do atendimento escolar a realidade local, outro momento marcante foi o fechamento de algumas escolas do interior, considerando o alto custo de

manutenção das escolas devido ao número reduzido de alunos. Desta forma, mesmo com a não aceitação das comunidades foram fechadas as seguintes escolas:

- 2008 – Escola Estadual de Ensino Fundamental Incompleto Arnildo Carlos Mattge do distrito de Vila Rica;

- 2010 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Vicente José Weber de Santana e Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Vargas de São Roque.

Outra mudança significativa no contexto escolar foi a vinda dos alunos das Séries Finais do Ensino Fundamental da EMEF São Luiz Gonzaga para a EMEF Érico Veríssimo, considerando o pequeno número de alunos atendidos, possibilitando assim, a potencialização dos recursos humanos da Secretaria.

E, finalmente, seguindo uma tendência na educação, o município, em 2014 implantou o turno integral para os alunos das séries iniciais de duas escolas: EMEF Érico Veríssimo e EMEF São Luiz Gonzaga. Dessa forma, os alunos das referidas escolas tem o atendimento pedagógico no turno da manhã, recebem o almoço ao meio dia e, à tarde, possuem atendimento em oficinas pedagógicas das mais variadas: natação, arte, recreação, complementos educacionais, dança, música, entre outras, numa preocupação constante com o desenvolvimento integral da criança.

As atividades do Turno Integral funcionam junto às dependências da EMEF São Luiz Gonzaga, escola com amplo espaço físico e capaz de comportar as mais de duzentas crianças que são atendidas diariamente.

Atualmente, o município conta com seis estabelecimentos de ensino sob responsabilidade do município, três mantidos pelo Governo do Estado e 1 escola da rede privada. São eles:

Estabelecimentos Municipais:

- a. Escola Municipal de Ensino Fundamental Érico Veríssimo, localizada na sede do município, atende 438 alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, oriundos do centro da cidade e de suas imediações: Linha Borges de Medeiros, Linha Góes, Linha Westphalen, Distrito de Vila Rica e Distrito de Tesouras.
- b. Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga, localizada no distrito de Tesouras, atende 80 alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental-séries iniciais, oriundos das áreas urbana e rural do distrito: Linha Bonita, Linha São Paulo, Fazendinha, Santo Antônio e Passo da Palmeira.
- c. Escola Municipal de Ensino Fundamental Emílio Carlos Linck, localizada no distrito de São Miguel, atende 107 alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental

oriundos das cercanias do distrito: Linha Diogo, Linha São João, Linha Formosa e localidade de Bom Sossego.

- d. Escola Municipal de Educação Especial Espaço Criador, localizada no centro da cidade, atende 33 alunos com deficiência mental, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos do município de Chapada e do município de Almirante Tamandaré do Sul. Por ser uma escola de Educação Especial, conta em seu quadro com profissionais de diversas especialidades: psicólogo, fisioterapeuta e fonoaudiólogo que atendem os alunos em suas necessidades e fazem atendimento aos estudantes encaminhados por escolas do município, quando necessário e houver disponibilidade de tempo. Outra peculiaridade da EMEE Espaço Criador é a sua parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Efetivada na cedência do prédio para a Escola Municipal e na cooperação para a sua manutenção.
- e. Escola Municipal de Educação Infantil Riscos e Rabiscos, localizada no Bairro Progresso do centro urbano, atende 47 alunos de 4 meses a 1 ano e 6 meses de idade de forma integral, oferecendo educação infantil e suprimindo todas as necessidade das crianças atendidas, buscando oferecer uma educação que promova o ato de educar, cuidar e assistir.
- f. Escola Municipal de Educação Infantil Arco Íris, localizada no Bairro Progresso, numa construção nova possibilitada através do Programa Pro-infância do Governo Federal. Atende 153 alunos de 1 ano e seis meses a 5 anos de idade de forma integral, buscando oferecer uma educação que promova o ato de educar, cuidar e assistir.

Estabelecimentos Estaduais:

- a. Instituto Estadual de Educação Júlia Billiart, localizado no centro da cidade, atende 675 alunos do Ensino Fundamental, Ensino Médio Politécnico e Normal, Educação de Jovens e Adultos e Pós-Médio, alunos estes vindos de todas as localidades do município, inclusive de municípios vizinhos.
- b. Escola Estadual de Ensino Fundamental Aloysio Hofer, localizada na comunidade de São Francisco, atende 75 alunos do Ensino Fundamental, oriundos da própria localidade, de Linha Bom Pastor, de Três Mártires e Vista Alegre.
- c. Escola Estadual de Ensino Fundamental Israelina Martins Silveira do distrito de Boi Preto, atende 52 alunos do Ensino Fundamental, oriundos da própria localidade, de Linha Vista Alegre e de Três Mártires.

Estabelecimentos Privados:

- a. Escola Embalando Sonhos, localizada no centro da cidade, atende 40 alunos da Educação Infantil, oriundos tanto da cidade quanto da área rural.

Seguindo a lógica do desenvolvimento e das mudanças pelas quais a sociedade passa, a educação mais uma vez vem sendo testada e precisando se adequar a novos moldes. Em decorrência da redução gradativa da população, efeito dos novos padrões culturais e também dos movimentos migratórios que levam para fora do nosso município muitas famílias, algumas escolas da área rural mais uma vez estão se defrontando com turmas multisseriadas, mesmo acolhendo alunos de uma grande área geográfica. Essa realidade não tende a melhorar, ao contrário, estima-se que a cada ano as referidas turmas irão diminuir gerando novos desafios a serem enfrentados.

O município possui Sistema Municipal de Ensino, com um Conselho Municipal de Educação atuante, que possui delegação de atribuição e acompanha, analisa e julga as questões pertinentes a educação que necessitem de aprovação.

2 OBJETIVOS E PRIORIDADES

Em consonância com os objetivos gerais do Plano Nacional de Educação e considerando as especificidades locais, identificadas no diagnóstico da educação do município de Chapada, foram traçadas as diretrizes gerais do Plano Municipal de Educação, orientadas para o alcance dos seus objetivos básicos.

Assim, este Plano Municipal de Educação tem como objetivos:

1. A elevação global do nível de escolaridade da população;
2. A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
3. A redução das desigualdades sociais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública;
4. Democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e o envolvimento das comunidades escolares e Conselhos Escolares ou equivalentes.

Considerando que os recursos financeiros são limitados e que a capacidade para responder ao desafio de oferecer uma educação compatível na extensão e na qualidade à dos países desenvolvidos, são estabelecidas as seguintes prioridades neste plano, atendendo as do Plano Nacional de Educação:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Este Plano Municipal de Educação define ainda, por conseguinte:

- As diretrizes para a gestão e o financiamento da educação;
- As diretrizes, metas e estratégias para cada nível e modalidade de ensino; e
- As diretrizes, metas e estratégias para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação, nos próximos dez anos.

EIXOS TEMÁTICOS

3 Eixo I – Garantia do direito à Educação Básica

3.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.1 Diagnóstico

A educação é elemento constitutivo do ser humano e, portanto, deve estar presente desde o seu nascimento, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal.

O atendimento à criança da Educação Infantil existe a mais de um século no Brasil, mas recebeu atenção especial a partir dos anos 70 e, mais recentemente, vem tendo reconhecimento legal no que se refere ao seu caráter educacional, o que configura grande avanço.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 208, inciso IV, estabelece que é dever do Estado assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis¹⁴ anos de idade, o que em 1990 é ratificado no artigo 54, inciso IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Já em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 29 define a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade. A mesma lei também define os papéis das três esferas do Poder Público na gestão da Educação Infantil: à União e aos Estados cabe estabelecer em colaboração com os Municípios, competências e diretrizes curriculares, mas é da esfera municipal a incumbência de garantir este atendimento.

Em abril de 1999, a Câmara de Educação Básica institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil tendo como finalidade orientar a elaboração da proposta pedagógica, a fim de assegurar a formação comum mediante uma educação de qualidade.

Em âmbito estadual, o Rio Grande do Sul vem adotando uma política de redução de gastos. Nesse objetivo, teve-se a iniciativa de repassar e exigir dos municípios a absorção das demandas da Educação Infantil, fazendo-se cumprir a legislação vigente.

¹⁴ A partir da Lei 11.274/2006, a Educação Infantil passa a atender crianças de 0 a 5 anos; já que o Ensino Fundamental torna-se obrigatório a partir dos 6 anos.

Conforme previsto no artigo nº 11 da LDB, é de incumbência dos municípios o atendimento em creches e pré-escolas, portanto, a partir do ano de 2009 o município de Chapada passou a atender a Educação Infantil da rede estadual, previsto no convênio nº 344/09 onde o Estado apenas sede o espaço físico para este atendimento, sendo assim, a Educação Infantil é de total responsabilidade do município.

Atualmente, o município de Chapada conta com 10 escolas, 4 na área rural e 6 na área urbana. Dessas, três fazem parte da rede estadual, seis da rede municipal e uma da rede particular. Todas autorizadas e organizadas para oferecer o atendimento à Educação Infantil, porém, cada uma com suas especificidades, as quais norteiam as ações de cada instituição escolar. Dentre estas, destacam-se: infraestrutura, espaço externo, brinquedos, mobiliários, materiais pedagógicos, oferta em turno único, oferta em turno integral e a formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil.

Na área urbana as escolas ofertam turmas de acordo com a faixa etária. Em algumas o atendimento acontece desde o berçário, maternal e pré-escola e, em outras, o atendimento é realizado somente no nível pré-escolar, sendo que, devido à redução do número de alunos, podem ocorrer casos de turmas multisseriadas – turmas de níveis diferentes, em uma mesma sala de aula, com o mesmo professor, mas com atendimento diferenciado.

No primeiro ano de vigência do PME (2009), a administração municipal viabilizou a contratação de atendentes conforme meta nº 12 do referido Plano, através de convênio com Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Nesse período, a contratação desse profissional vinha ao encontro do assessoramento ao professor para com atividades de cuidado e assistência às crianças.

Após este período, houve uma ressignificação no papel do atendente que passou a ser nomeado monitor, devido à nova proposta do município referente ao turno integral, buscando uma maior permanência dos educandos nas instituições de ensino com atendimento de qualidade. Os monitores¹⁵ são profissionais responsáveis por cuidar e educar, aplicando práticas educativas e sociais que propiciem e estimulem o desenvolvimento da criança.

Devido à necessidade, objetivando maior autonomia e atendendo ao disposto na Lei nº 9.394/96, no ano de 2010, o município criou o Sistema Municipal de Educação, através da Lei nº 2.116/2010. O Conselho Municipal de Educação – CME, órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador na área da educação, regido pelo Sistema Municipal de Ensino.

¹⁵Os monitores são profissionais responsáveis por cuidar e educar, aplicando práticas educativas e sociais que propiciem e estimulem o desenvolvimento da criança.

A partir do ano de 2013 a proposta do turno integral do nosso município segue duas linhas de trabalho que se diferem. Nas escolas municipais de Educação Infantil os alunos são atendidos por professores e por monitores numa jornada de trabalho que perpassa às sete horas previstas na legislação vigente. Nesta modalidade os educandos têm garantidas quatro horas de atividades pedagógicas regidas por professor e quatro horas de atividades diversas regidas por monitor. O quadro de monitores é orientado e supervisionado por um coordenador pedagógico.

Em 2014 foi expandido o atendimento ao turno integral, implantado na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga do distrito de Tesouras atendendo educandos da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental. Nesta modalidade, num turno os mesmos frequentam a escola com atividades pedagógicas, conforme grade curricular anexada à documentação legal da escola; no outro, o atendimento acontece em forma de oficinas diversas com o intuito de desenvolver e potencializar várias habilidades: música, dança, esporte, marcenaria, recreação, taekwondô, língua estrangeira, mídias, agroecologia, apoio pedagógico no que tange raciocínio lógico, comunicação e expressão e a realização do tema de casa.

O município também conta com a escola de Educação Infantil Embalando Sonhos, de iniciativa privada, localizada na área urbana e credenciada pelo parecer nº 104/2010 do Conselho Estadual de Educação. Os investimentos são oriundos de mantenedora própria, sem auxílio financeiro do poder público.

Essa escola atende crianças de 1 ano e 3 meses até 6 anos incompletos, com atendimento turno único. São oferecidas 5 horas de acompanhamento exclusivo dos alunos com seus professores, desde a entrada da criança até sua saída ao final da tarde. Têm-se quatro turmas caracterizadas por fases, atendendo cada faixa etária específica. O número de crianças por turma atende o previsto na legislação vigente, pois as crianças precisam de atenção bastante individualizada em muitas circunstâncias e requerem mais cuidados do que nos níveis subsequentes da escolarização. Cabe salientar que este nível de ensino vem conquistando seu espaço no cenário educacional brasileiro, constatando-se considerável aumento da consciência social sobre sua importância e sua necessidade na formação da personalidade e desenvolvimento da criança.

Atualmente, a escola de Educação Infantil Embalando Sonhos tem 40 crianças matriculadas. A caracterização das famílias que integram a escola dá-se em sua maioria de pais que possuem empresa própria e/ou são professores e, em sua minoria, são funcionários de empresas locais e agricultores. Com base nos dados do censo escolar, percebe-se o crescimento no número de suas matrículas.

Os atos legais da escola Embalando Sonhos (Projeto Pedagógico, Plano Global, Planos de Estudos e Regimento Escolar) estão em consonância com as necessidades contextualizadas no grupo de crianças atendidas e com a legislação vigente.

Com o avanço das políticas públicas iniciou-se em 2010 a construção de uma creche – Pró-Infância, através do auxílio financeiro de programas federais. Com essa conquista, pensou-se que o município abrangeria toda a demanda de vagas contemplando todas as famílias, entretanto, como a creche só foi concluída no ano de 2013, funcionando somente no início de 2014, configurou-se um novo cenário para realidade atual. Em nosso município as escolas de Educação Infantil, modalidade creche, apresentam demanda maior do que o número de vagas existentes em todas as etapas escolares, fazendo dessa maneira, com que se ocupem espaços alternativos dentro do prédio escolar para o atendimento das turmas. Isso ocorre devido à necessidade dos pais que recorrem a esse atendimento e, por vezes, buscam seus direitos através da Promotoria da Infância e Juventude. Portanto, faz-se necessário a ampliação das escolas de Educação Infantil, com a construção de mais salas de aula e aquisição de mobiliário adequado.

Cabe salientar que o município reestruturou as etapas escolares da Educação Infantil, devido a fatores como infraestrutura e manutenção na qualidade do atendimento, desativando a sede da antiga escola de Educação Infantil Arco-Íris, realizando a mudança dessa para o prédio da Pró-Infância, de acordo com o Parecer CME/Chapada nº 001/2014.

Portanto, pode-se afirmar que, todas as crianças do município compreendidas entre a faixa etária de 4 a 5 anos estão sendo atendidas pelas escolas municipais e/ou particular. Já na faixa etária de 0 a 3 anos, em 2014, todas as famílias que solicitaram vaga para seus filhos, os mesmos foram matriculados.

Na tabela a seguir, pode-se acompanhar gradualmente o aumento do número de alunos por escolas de acordo com sua localização.

Tabela nº 09: Número de matrículas por escola na Educação Infantil.

NOMENCLATURA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR	LOCALIZAÇÃO	PERÍODO	TOTAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
EMEF Érico Veríssimo	Área Urbana	2004	43
		2007	38
		2010	57
		2014	71
EMEI Arco-Íris	Área Urbana	2004	76
		2007	61
		2010	65
		2014	153
EMEI Riscos e Rabiscos	Área Urbana	2004	67
		2007	50
		2010	76
		2014	47
IEE Júlia Billiart	Área Urbana	2004	57
		2007	36
		2010	-
		2014	-
EEEF Aloysio Hofer	Área Rural	2004	18
		2007	15
		2010	-
		2014	-
EEEF Arnildo Carlos Mattje ¹⁶	Área Rural	2004	08
		2007	05
		2010	-
		2014	-
EEEF Israelina Martins Silveira	Área Rural	2004	18
		2007	06
		2010	-
		2014	-
EMEF Emílio Carlos Linck ¹⁷	Área Rural	2004	13
		2007	15
		2010	09
		2014	22
EMEF Presidente Vargas ¹⁸	Área Rural	2004	10
		2007	8
		2010	-
		2014	-
EMEF São Luiz Gonzaga ¹⁹	Área Rural	2004	13
		2007	10
		2010	11
		2014	16
EMEF Vicente José Weber ²⁰	Área Rural	2004	15
		2007	06
		2010	-
		2014	-
Escola Embalando Sonhos	Área Urbana	2010	15
		2014	40

¹⁶ Escola desativada no início de 2008, em virtude da diminuição do número de alunos.

¹⁷ Escola municipalizada em 2006.

¹⁸ Escola desativada em 2011.

¹⁹ Escola municipalizada em 2007.

²⁰ Escola municipalizada em 2006 e desativada em 2010.

Na tabela a seguir, pode-se constatar o aumento de matrículas na Educação Infantil.

Tabela nº 10: Número geral de matrículas da Educação Infantil.

REDE ANO LETIVO	2004	2007	2010	2014
ESTADUAL	116	62	-	-
MUNICIPAL	222	188	218	309
PARTICULAR	-	-	15	40
TOTAL	338	250	233	346

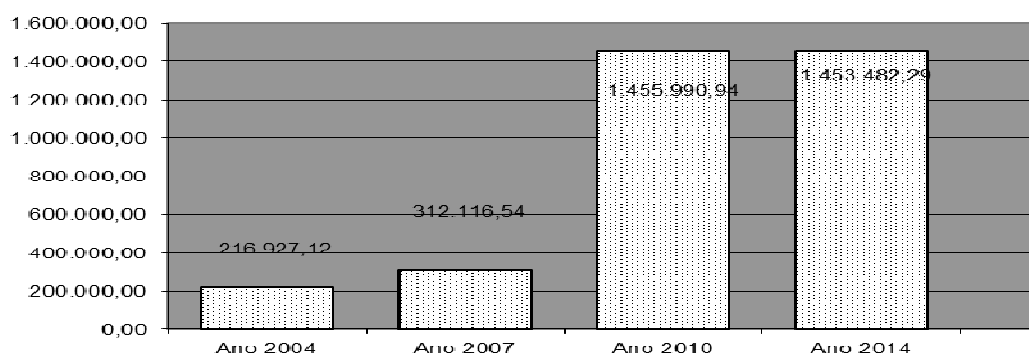
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Ao analisar a tabela acima, percebe-se que de 2004 a 2007 houve uma redução de 88 alunos neste nível de ensino, correspondente a 26%. Este contexto deve-se ao planejamento familiar, o qual prevê uma redução no número de filhos, como também ao fato de muitos chapadenses estarem migrando para grandes centros urbanos em busca de emprego.

Já de 2010 a 2014 houve um gradativo aumento de matrículas na Educação Infantil, com um acréscimo de 113 alunos, correspondente a 49% devido ao surgimento de novas empresas no município, novas propostas que vêm ao encontro das melhorias no atendimento educacional e famílias que buscam melhor qualidade de vida em cidades menores. Outro fator importante e considerável é que as escolas públicas vêm atendendo crianças oriundas de famílias de diferentes níveis sociais e culturais.

Com o aumento do número de matrículas na Educação Infantil, constata-se que os investimentos municipais neste nível de ensino também vêm aumentando gradativamente na última década, dentro do percentual mínimo a ser investido anualmente em educação, a mesma tem recebido recursos consideráveis, como podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico nº 01 - Valores correspondentes aos investimentos na Educação Infantil / 2004, 2007, 2010 e 2014.



Fonte: Dados obtidos junto à Secretaria Municipal da Fazenda.

Observando os dados obtidos na Secretaria Municipal da Fazenda, conclui-se que os investimentos na Educação Infantil envolvem transporte escolar (alunos da área rural), merenda, pagamento dos profissionais de educação, material didático e pedagógico, bibliotecas, eventos culturais, desportivos e de lazer diversificados.

O município também incentiva à formação acadêmica mediante o repasse de 80% do pagamento do transporte para a Associação Chapadense dos Estudantes Universitários – Acheu, como auxílio aos munícipes que buscam formação e qualificação profissional. O governo federal, através de ações em melhoria da qualidade da educação, possui o programa de formação Plataforma Freire de forma gratuita e o incentivo através do Passe Livre. O município ainda auxilia financeiramente a formação continuada em cursos de aperfeiçoamento fora do município e ainda proporciona formação pedagógica durante o ano letivo.

Podemos salientar ainda na Educação Infantil, investimentos provenientes de outras áreas como Secretarias da Saúde e da Assistência Social, através de programas e atendimentos de profissionais específicos: nutricionista, pediatras, odontólogos, fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas e serviço social. Há também programas como Brasil Carinhoso, que destina recursos financeiros exclusivos para a Educação Infantil, o Programa Saúde na Escola – PSE, que além de manter parceria com a Secretaria da Saúde quanto ao atendimento com os profissionais acima citados, também repassa, conforme execução de metas, recursos financeiros.

Ainda no ano de 2009 o município instituiu o Núcleo de Apoio Pedagógico – Nuap, através do Decreto nº 22/2011 de 1º de março, formado por uma equipe multidisciplinar atuando nas escolas comuns, envolvendo os setores psicológico, serviço social e pedagógico em articulação com demais profissionais da educação, tendo como sede a EMEF Érico

Veríssimo. São encaminhados e atendidos todos os alunos da rede municipal que necessitarem desse atendimento.

A importância da instituição do NUAP é a promoção da interação discente-docente-família-comunidade, pois no cotidiano escolar enfrentam-se complexas questões, enfatizando o trabalho de rede, especialmente educação-saúde-ação social.

De acordo com a necessidade dos alunos o município oferece atendimento especializado através de sala de recursos multifuncional. A rede municipal conta com duas salas onde o atendimento é realizado por professores com formação específica.

No município, os alunos da Educação Infantil com necessidades especiais estão incluídos na rede regular de ensino e recebem todo o apoio necessário a fim de desenvolver as suas habilidades, seja em sala de aula e/ou em Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Cabe destacar que em 2001, por meio de encontros de estudos diversificados e periódicos, objetivando melhorar a qualidade de ensino ofertada nas escolas do município de Chapada, as mesmas elaboraram seus atos legais (Projeto Político Pedagógico, Regimento e Planos de Estudos) contemplando também a Educação Infantil. Neste mesmo ano, o município realizou o primeiro concurso para professores deste nível de ensino, fato que comprova a preocupação e a valorização desta etapa da Educação Básica.

Já em 2006, em virtude da implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos, em consonância com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, fez-se uma reestruturação nos atos legais das instituições escolares, objetivando ressignificar a proposta pedagógica da etapa que antecede o nível do Ensino Fundamental, ou seja, Educação Infantil. Esse fato ocorreu em respeito e valorização a sua especificidade, primando por uma metodologia lúdica e um sistema de avaliação que considere a criança como um indivíduo em formação, sem deixar de estabelecer habilidades e competências mínimas a serem desenvolvidas em cada faixa etária.

Assim, discorrer sobre a Educação Infantil exige reconhecimento da criança como sendo o principal agente da atividade educativa e a escola precisa oferecer condições adequadas para que possa ocorrer o desenvolvimento da identidade e da autonomia, respeitando seu processo de crescimento e aprendizagem.

3.1.2 Diretrizes

Grandes avanços em relação à valorização e qualificação da Educação Infantil já foram atingidos, mas muito ainda precisa ser feito, uma vez que este nível de ensino é a base

de toda a educação, tornando-se fundamental à sociedade atual, que passa por constantes mudanças.

Pesquisas sobre desenvolvimento humano, formação da personalidade, construção da inteligência e aprendizagem nos primeiros anos de vida apontam para a importância e a necessidade do trabalho educacional desenvolvido pela Educação Infantil, em razão de que esta complementa o papel da família e da sociedade.

É importante salientar que a prática pedagógica na Educação Infantil deve respeitar as etapas do desenvolvimento da criança, o que só se concretiza quando sua metodologia tem como base a ludicidade, o faz-de-conta e o brincar, visando a um processo espontâneo de aprendizagem. Nesse sentido, a criança tem direito a brincar, estabelecer vínculos afetivos e de se relacionar com outras crianças e com adultos, utilizando-se de diferentes linguagens, expressando sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades, tornando-se o centro do processo educativo, no qual o educador assume uma postura de mediador, investigador e facilitador da aprendizagem.

Hoje, o que se busca é uma ressignificação do espaço escolar infantil, uma vez que a qualidade da educação neste nível de ensino, além de oferecer padrões mínimos de infraestrutura, materiais de apoio pedagógicos inovadores, respeito e cumprimento ao número de alunos em sala de aula por professor, aperfeiçoamento constante dos profissionais e demais serviços qualificados, também exige a criação de processos de integração da sociedade com a escola e desta com a sociedade. Essas articulações visam o mútuo conhecimento de processos de aprendizagem, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar venham se complementar e se enriquecer, produzindo aprendizagens significativas e coerentes, mais amplas e profundas.

Dessa forma, salienta-se a importância da articulação de medidas pedagógicas e administrativas condizentes com a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos e medidas econômicas relativas aos recursos financeiros necessários para cumprir as metas de abrangência e ampliação do atendimento na Educação Infantil, inclusive às crianças com necessidades educativas especiais.

Por meio de ações eficazes, busca-se definir uma política educacional que prime por uma educação de qualidade, mediante parcerias dentro do poder público, envolvendo as secretaria e órgãos ligados à educação, saúde, assistência, justiça, trabalho, entre outros, em regime de cooperação com o Estado e demais órgãos, com aportes técnicos e financeiros, levando em conta que a Educação Infantil é um direito de toda a criança e uma opção da família.

3.2 ENSINO FUNDAMENTAL

3.2.1 Diagnóstico

A Constituição Federal de 1988 prevê que o Estado deve oportunizar o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurando, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Também preconiza, em seu artigo 208, inciso VII, que o atendimento ao educando do Ensino Fundamental deve acontecer mediante programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

De acordo com o artigo 208, §1º, desta mesma Lei, *“o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. Dessa forma, o não cumprimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.”*

Em 1990 o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela Unesco,²¹ Unicef,²² PNUD²³ e Banco Mundial e assinada pelos nove países em desenvolvimento de maior contingente populacional do mundo. Dessa Conferência resultaram posições consensuais na luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos, capazes de tornar universal a Educação Fundamental e de ampliar as oportunidades de aprendizagens para crianças, jovens e adultos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu artigo 53 estabelece que a criança e o adolescente tenham direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

²¹ Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

²² Fundo das Nações Unidas para a Infância.

²³ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Para a efetivação da educação, faz-se necessária a aplicação de recursos financeiros, conforme legislação vigente prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB em seu artigo 69, que preconiza:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento (18%), e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento (25%), ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Até dezembro de 1996 o Ensino Fundamental esteve estruturado nos termos previstos pela Lei Federal nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Após, instituiu-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tem como objetivo geral proporcionar aos educandos a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

De acordo com a referida Lei, a educação escolar tem uma tarefa clara em relação à diversidade humana, ou seja, trabalhá-la como fator de crescimento de todos no processo educativo, o que significa mudanças, pois se impõe aos sistemas de ensino e para as escolas o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos.

Conforme o artigo 59 da LDB:

O sistema de ensino regular deverá assegurar aos educandos com necessidades especiais:

I- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às necessidades;

II- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV- educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante

articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;

V- acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

A Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, LDB, em seu artigo 32 prevê:

O Ensino Fundamental²⁴ obrigatório, com duração de 8 (oito) anos, gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O município de Chapada conta, atualmente, com 959 alunos no Ensino Fundamental, nas redes municipal e estadual. A rede municipal com 3 escolas, 1 situada na área urbana e 2 na área rural. A rede estadual com 3 escolas, 1 situada na área urbana e 2 na área rural.

Ao analisar a Tabela nº. 10 percebe-se uma redução significativa no número de alunos matriculados nas escolas de Ensino Fundamental, constatando-se que de 2007 a 2010, houve diminuição de 196 alunos e de 2010 a 2014 houve um acréscimo no número de matrículas na rede estadual, porém, na rede municipal ocorreu uma pequena redução do número de matrículas. Um dos motivos desta redução deu-se devido a um grupo de alunos em distorção idade série terem optado pela modalidade Ensino de Jovens e Adultos – EJA.

²⁴ Ensino Fundamental obrigatório com duração de 9 (nove) anos a partir da Lei 11.274/2006.

Tabela nº. 11. Número geral de matrículas do Ensino Fundamental no município/2004, 2007, 2010 e 2014.

	2004	2007	2010	2014
Estadual	564	459	414	425
Municipal	749	732	581	534
Total	1.313	1.191	995	959

Fonte: Atas de Resultados Finais das Escolas / 2004, 2007, 2010 e 2014.

Ao observar a Tabela nº. 12 constata-se que a redução do número de alunos é mais relevante nas escolas localizadas na área rural. Um dos motivos pode ser o planejamento familiar, pelo qual as famílias procuram reduzir o número de filhos. Outro fator que interfere nessa redução é o êxodo rural, pois as famílias migram para a área urbana em busca de alternativas de renda. Essa situação é verificada por meio dos dados da Tabela que comprovam o aumento dos alunos na cidade.

Tabela nº. 12. Matrículas do Ensino Fundamental por escola/2004, 2007, 2010 e 2014.

<i>Município</i>				<i>Estado</i>			
<i>Escola</i>	<i>Ano</i>	<i>Rural ou Urbana</i>	<i>Número de Alunos</i>	<i>Escola</i>	<i>Ano</i>	<i>Rural ou Urbana</i>	<i>Número de Alunos</i>
E.M.E.F. Érico Veríssimo	2004	Urbana	374	I.E.E. Júlia Billiard	2004		309
	2007		379		2007		266
	2010		332		2010		236
	2014		331		2014		288
E.M.E.F. São Luiz Gonzaga	2004	Rural	187	E.E.E.F. Israelina Martins Silveira	2004	Rural	96
	2007		176		2007		79
	2010		113		2010		66
	2014		64		2014		52
E.M.E.F. Emílio Carlos Linck	2004	Rural	113	E.E.E.F. Aloysio Hofer	2004	Rural	104
	2007		94		2007		88
	2010		89		2010		88
	2014		85		2014		75
E.M.E.F. Presidente Vargas	2004	Rural	70	E.E.E.F. Arnildo Carlos Mattge	2004	Rural	13
	2007		60		2007		19
	2010		44		2010		-
	2014		---		2014		-
E.M.E.F. Vicente José Weber	2004	Rural	-	E.E.E.F. Vicente José Weber	2004	Rural	42
	2007		23		2005		27
	2010		26		2006		-
	2014		-		2007		-

Fonte: Atas de Resultados Finais das Escolas /2004, 2007, 2010 e 2014.

Devido à redução do número de alunos, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Vicente José Weber, localizada no Distrito de Santana, passou pelo processo de municipalização, sendo assumida pelo município a partir do dia 7 de junho de 2006, conforme Parecer do Conselho Estadual de Educação Nº 403/2006, denominada, então, Escola Municipal de Ensino Fundamental Vicente José Weber.

Além desta, outras duas escolas passaram pelo mesmo processo. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Emílio Carlos Linck foi municipalizada, conforme Parecer do Conselho Estadual de Educação Nº 1.299/1996, do dia 19 de novembro de 1996 e teve seu patrimônio transferido de forma definitiva ao município em 2007. A Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga, por sua vez, foi municipalizada conforme Parecer do Conselho Estadual de Educação nº. 418/1997, de 26 de março de 1997, tendo seu patrimônio transferido de forma definitiva ao município no ano de 2000.

Com a diminuição acentuada do número de alunos, como é possível observar na tabela nº. 12, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Arnildo Carlos Mattge, no início do ano letivo de 2008, teve suas atividades encerradas, o que levou os alunos a migrarem para outras escolas. Da mesma forma obteve-se a necessidade de desativar outras duas Escolas: a Municipal de Ensino Fundamental Vicente José Weber, do distrito de Santana, conforme parecer do Conselho Municipal de Educação nº 01 de 01 de março de 2011 e a Municipal de Ensino Fundamental Presidente Vargas, da localidade de São Roque, conforme parecer nº 02 de 01 de março de 2011. Os alunos das duas últimas escolas citadas também migraram para outras instituições de ensino.

A considerável redução do número de alunos entre os anos de 2010 a 2014 da EMEF São Luiz Gonzaga deve-se ao fato de a escola passar a atender a partir do ano de 2013 somente os alunos da pré-escola até o 5º ano. Os alunos das séries finais do Ensino Fundamental foram transferidos para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Érico Veríssimo. Fator este, que se justifica pelo elevado valor custo-aluno, no que tange ao número de profissionais.

A educação atual tem como grande desafio garantir a todos o acesso e a permanência na escola, juntamente com a construção do conhecimento de forma coletiva e com qualidade, atendendo as diversidades educativas de cada sujeito.

Dessa forma, no ano de 2009, através do Decreto nº 22/2011 de 1º de março, o município instituiu o Núcleo de Apoio Pedagógico – NUAP – formado por uma equipe multidisciplinar atuando nas escolas comuns, envolvendo os setores psicológico, serviço social e pedagógico em articulação com demais profissionais envolvidos no processo

educativo tendo como sede a EMEF Érico Veríssimo. São encaminhados e atendidos todos os alunos da rede municipal que necessitarem desse atendimento.

A importância da instituição do NUAP é a promoção da interação discente-docente-família-comunidade, pois no cotidiano escolar enfrentam-se complexas questões, enfatizando o trabalho de rede, especialmente educação-saúde-ação social.

Ainda, de acordo com a necessidade dos alunos o município oferece Atendimento Educacional Especializado – AEE através de sala de recursos multifuncional. A rede municipal conta com duas salas onde o atendimento é realizado por professores com formação específica, sendo que uma delas está na EMEF Érico Veríssimo e a outra na EMEE Espaço Criador.

A partir do ano de 2014, o município implantou o turno integral nas escolas municipais São Luiz Gonzaga e Érico Veríssimo, com 208 alunos, devido a várias demandas, entre as quais destacamos a busca de atendimento em turno integral, que surge da necessidade das famílias proporcionarem aos filhos cuidados e atenção no período em que estão trabalhando. Assim, os pais encontram na escola uma solução prática e segura, vinculando, muitas vezes, a escolha da escola ao oferecimento deste serviço.

Em um turno são desenvolvidas atividades pedagógicas e no outro turno, oficinas nas diferentes áreas do conhecimento com o intuito de desenvolver e potencializar várias habilidades: música, dança, esporte, marcenaria, recreação, taekwondô, língua estrangeira, mídias, agroecologia, apoio pedagógico no que tange raciocínio lógico, comunicação e expressão e a realização do tema de casa.

Embora estejam dentro do ambiente escolar, caracterizam-se por uma peculiaridade própria de atendimento. É um trabalho diferenciado do trabalho pedagógico, tendo a preocupação de que não seja uma repetição do que a criança fez ou vai fazer no turno de aula, o que acarretaria sobrecarga improdutiva, sem o devido descanso e lazer. No outro período em que a criança passa na escola, são oportunizados momentos ricos de convivência e aprendizagem para que ela possa crescer, desenvolver-se e ser feliz.

O turno integral é oferecido aos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga a partir da pré-escola até o 5º ano e de matrícula opcional, já na Escola Municipal de Ensino Fundamental Érico Veríssimo a matrícula é obrigatória do 1º ano até o 5º ano.

A seguir seguem gráficos demonstrativos de cada uma das escolas que atendem ao Ensino Fundamental, os quais, além de apresentarem o número de alunos no período de 2004,

2007, 2010 e 2014, também exibem os índices de aprovação, reprovação, transferência e evasão de cada uma delas.²⁵

Ao analisarmos o Gráfico nº. 2, constata-se que no período mencionado o número de alunos da EMEF Érico Veríssimo mantém uma média anual de 355 alunos, bem como a evasão escolar e o índice de reprovação vem diminuindo ano a ano.

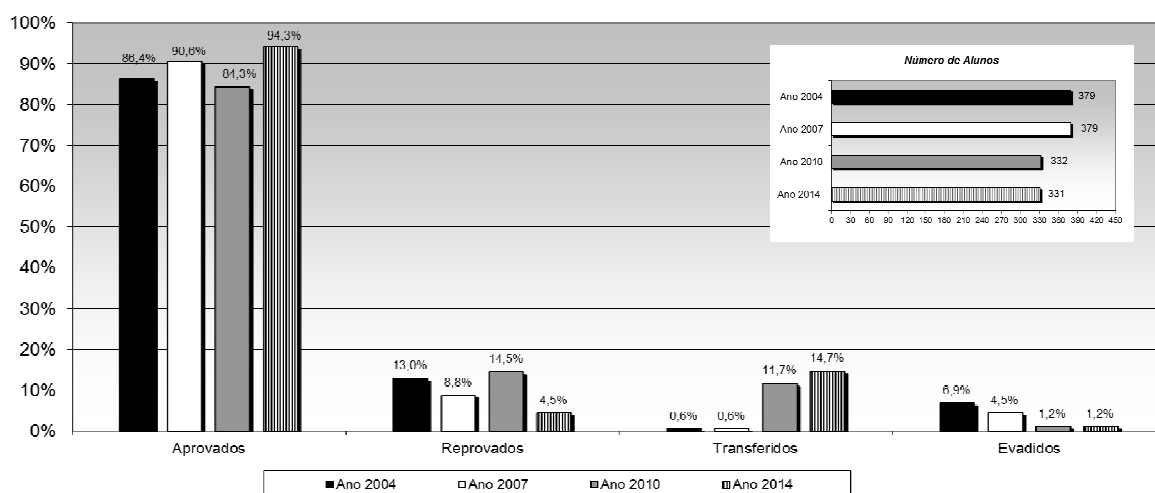


Gráfico nº. 2: Dados referentes à EMEF Érico Veríssimo/2004, 2007, 2010 e 2014.

Fonte: Atas de Resultados Finais da Escola – 2004, 2007, 2010 e 2014.

O gráfico nº. 3 traz os dados da EMEF São Luiz Gonzaga, a qual apresenta consideráveis índices no número de alunos transferidos devido à migração das famílias, cujos membros em sua maioria são empregados de granjas. Destaca-se ainda, ano a ano, o aumento no índice de aprovação. Outro aspecto a ser mencionado é a transferência das turmas de séries finais para a EMEF Érico Veríssimo, diminuindo consideravelmente o número de alunos no ano de 2014.

²⁵Os índices de aprovação, reprovação e evasão escolar são calculados com base na matrícula final; já os índices de transferência são calculados com base na matrícula inicial de cada escola.

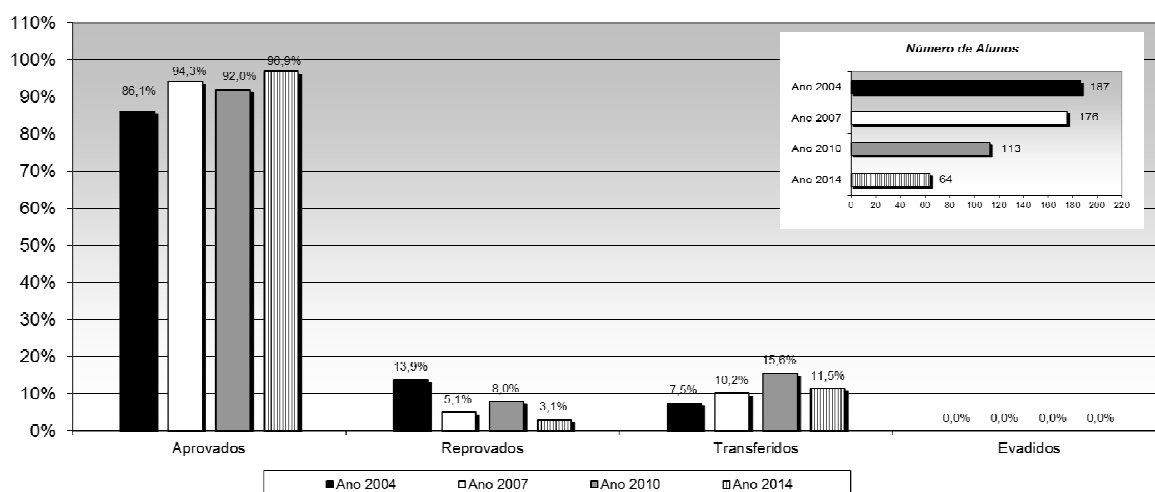


Gráfico n°. 3: Dados referentes à EMEF São Luiz Gonzaga / 2004, 2007, 2010 e 2014.

Fonte: Atas de Resultados Finais da Escola /2004, 2007, 2010 e 2014.

Já ao analisarmos os dados da EMEF Vicente José Weber observa-se que não há evasão e que o número de alunos vem diminuindo significativamente ano a ano, o que fez com que a partir de 2007 a escola passasse a atender apenas a Educação Infantil e as Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Salienta-se que a escola teve suas atividades encerradas no ano de 2011 devido ao número reduzido de alunos.

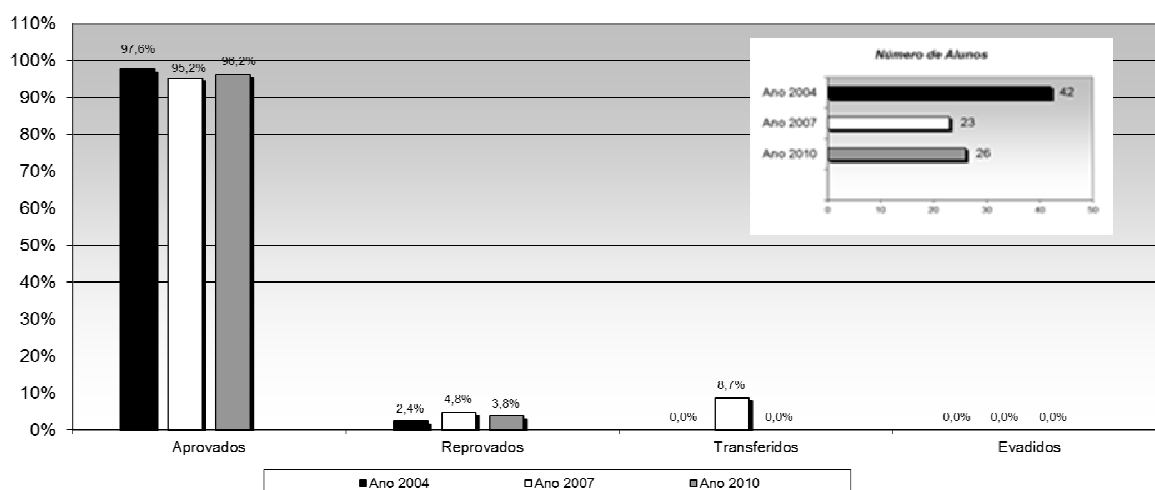


Gráfico n°. 4: Dados referentes à EMEF Vicente José Weber /2004, 2007 e 2010.

Fonte: Atas de Resultados Finais da Escola /2004, 2007 e 2010.

A EMEF Emílio Carlos Linck, devido ao fato de estar localizada em uma área na qual predominam as grandes propriedades rurais, vem apresentando diminuição contínua no número de alunos. Além disso, destacam-se as oscilações no índice de reprovação e a não ocorrência de evasão escolar.

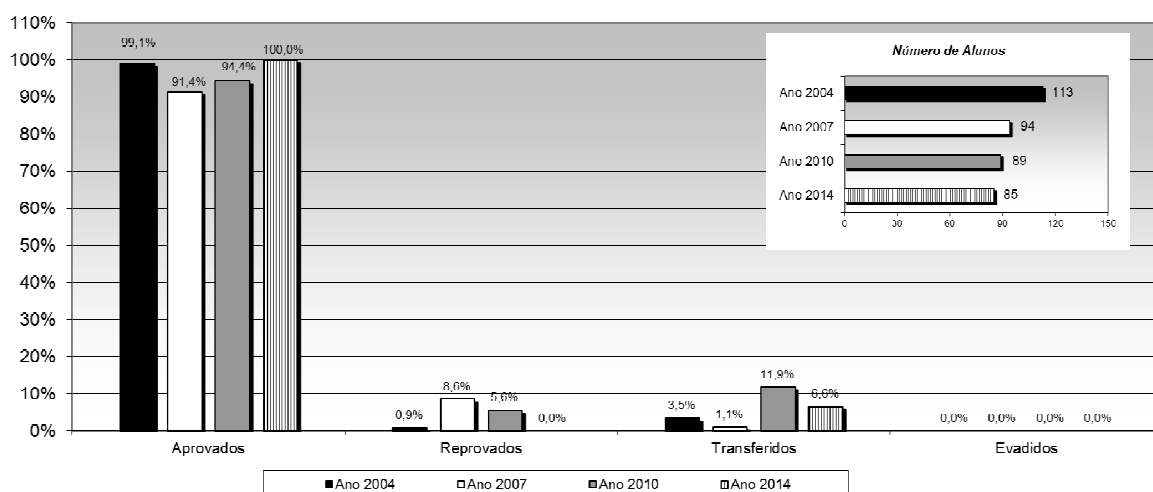


Gráfico n.º. 5: Dados referentes à EMEF Emílio Carlos Linck / 2004, 2007, 2010 e 2014.

Fonte: Atas de Resultados Finais da Escola /2004, 2007, 2010 e 2014.

Ao analisarmos o gráfico n.º. 6 verifica-se que a EMEF Presidente Vargas não apresenta evasão escolar e que apesar de ter assumido o atendimento dos discentes das séries finais do Ensino Fundamental da EMEF Vicente José Weber, em 2007, o número de alunos de 2007 para 2010 diminuiu em 36%. Da mesma forma, constata-se um alto índice de reprovação.

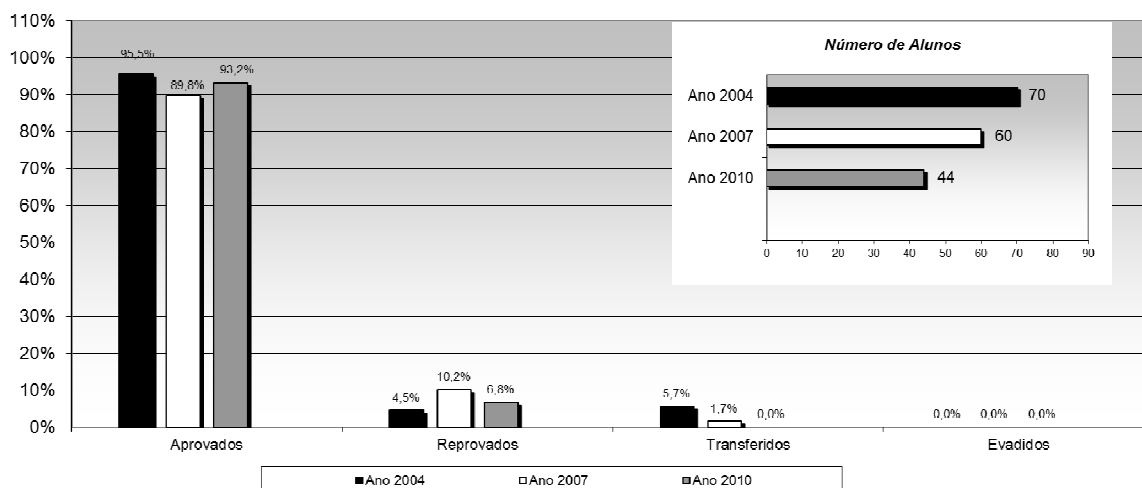


Gráfico n.º. 6: Dados referentes à EMEF Presidente Vargas / 2004, 2007 e 2010.

Fonte: Atas de Resultados Finais da Escola /2004, 2007 e 2010.

Na EEEF Israelina Martins Silveira destaca-se a erradicação da evasão a partir do ano de 2007. Em relação à reprovação/aprovação e transferências, estas apresentam oscilações anuais.

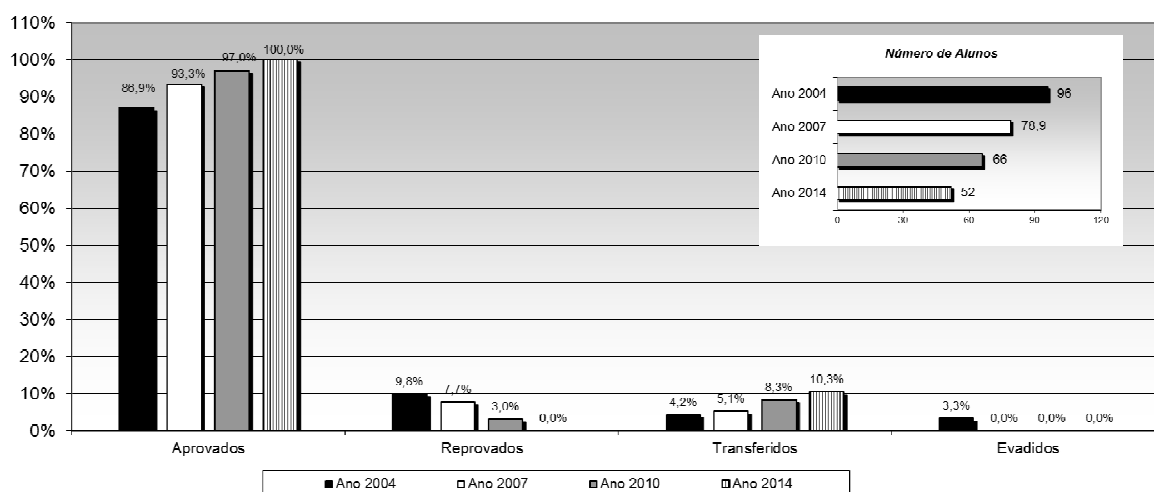


Gráfico n.º. 7: Dados referentes à EEEF Israelina Martins Silveira /2004, 2007, 2010 e 2014.

Fonte: Atas de Resultados Finais da Escola /2004, 2007, 2010 e 2014.

O gráfico n.º. 8 reflete os dados da EEEF Aloysio Hofer, onde o índice de aprovação vem melhorando gradativamente. O número de alunos, porém, vem diminuindo ano após ano, uma característica muito saliente nas escolas do meio rural. A escola atende alunos em turno integral de matrícula opcional através do Programa Mais Educação a partir do ano de 2013.

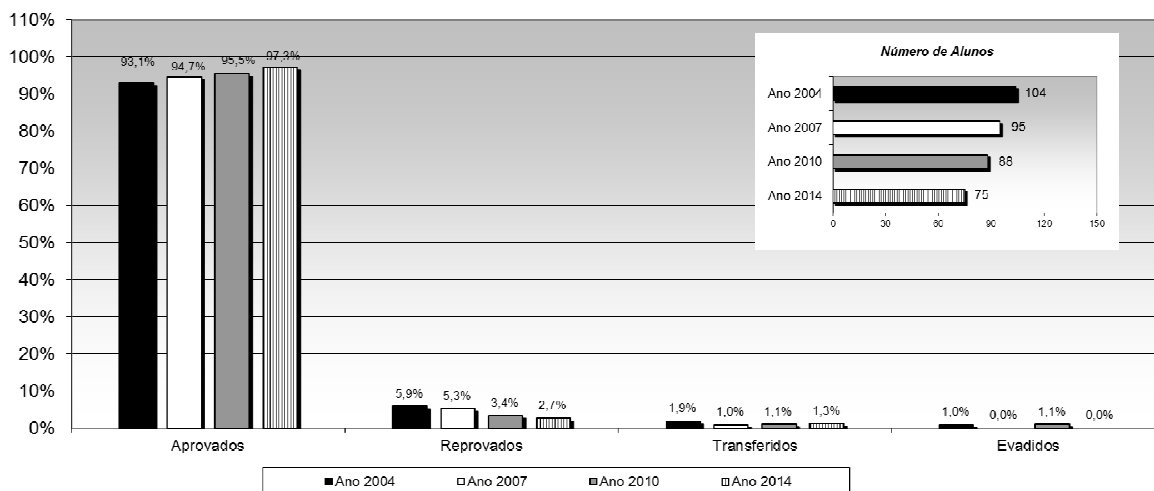


Gráfico n.º. 8: Dados referentes à EEEF Aloysio Hofer / 2004, 2007, 2010 e 2014.

Fonte: Atas de Resultados Finais da Escola / 2004, 2007, 2010 e 2014.

No gráfico n.º. 09 observa-se que a EEEF Arnildo Carlos Mattge, no período de 2004 a 2007, apresentou índice de aprovação de 100%, não havendo transferências ou evasões. Não apresenta dados nos demais anos devido ao encerramento de suas atividades no ano de 2008.

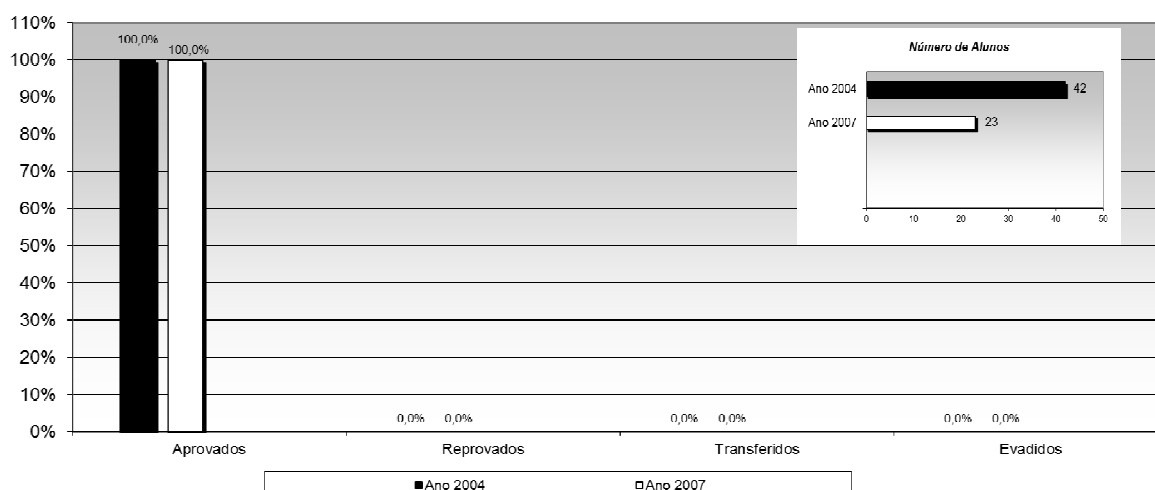


Gráfico n.º. 9: Dados referentes à EEEF Arnildo Carlos Mattge / 2004 e 2007.

Fonte: Atas de Resultados Finais da Escola / 2004 e 2007.

Ao analisar os dados do Instituto Estadual de Educação Júlia Billiard, conforme gráfico n.º. 10, percebe-se que de 2004 a 2010 houve uma redução de 30% no número de alunos do Ensino Fundamental, após esse período houve novamente um aumento no número destas matrículas. No que se refere à evasão, transferência, aprovação e reprovação os dados vêm apresentando variações anuais ora crescentes, ora decrescentes.

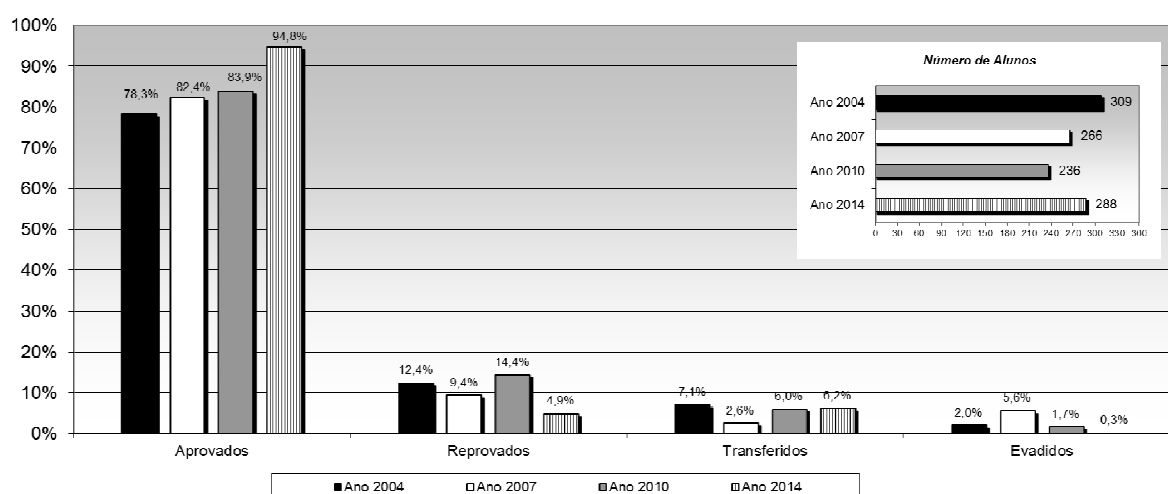


Gráfico n.º. 10: Dados referentes ao IEE Júlia Billiard / 2004, 2007, 2010 e 2014.

Fonte: Atas de Resultados Finais da Escola /2004, 2007, 2010 e 2014.

Com base nos gráficos anteriormente analisados, é possível diagnosticar a realidade de cada escola no que se refere ao número de alunos, aprovações, reprovações, transferências e evasões escolares.

Outro aspecto relevante a ser analisado são os indicadores divulgados referentes ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. O mesmo informa dois conceitos

importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médio de desempenho nas avaliações realizadas nas escolas da rede estadual e municipal. Esses indicadores permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas.

O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, médias de desempenho nas avaliações do Inep: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil, para os municípios. As avaliações mencionadas são aplicadas apenas para turmas com 20 alunos.

Os gráficos a seguir mostram os indicadores da EMEF Érico Veríssimo:

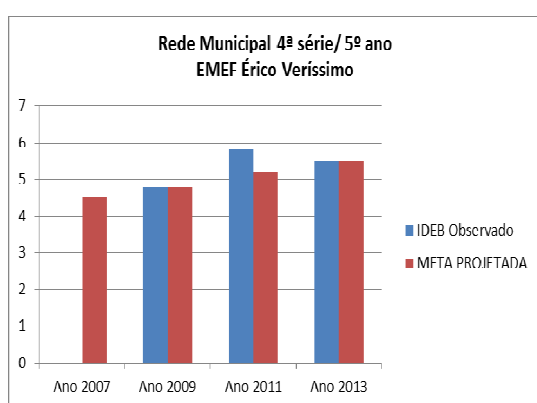


Gráfico nº 11: Dados referentes ao Ideb (4ª série 5º ano) 2007, 2009, 2011 e 2013.

Fonte: MEC/INEP

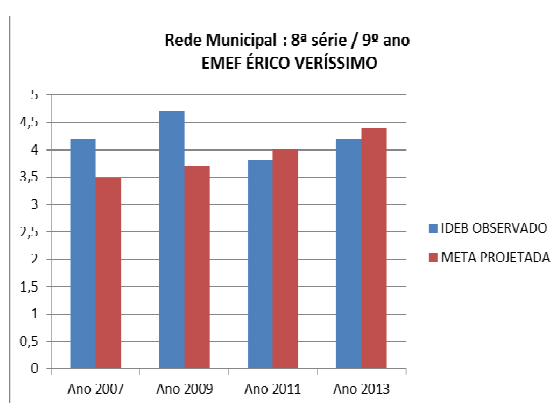


Gráfico nº 12: Dados referentes ao Ideb (8ª série 9º ano) 2007, 2009, 2011 e 2013.

Fonte: MEC/INEP.

Através dos gráficos percebe-se que em 2011 o Ideb observado nas turmas de 4ª série/5º ano superou a meta projetada, já nos demais anos, Ideb observado e meta projetada equipararam-se. Nas turmas de 8ª série/9º ano, em 2007 e 2009 o Ideb observado novamente ultrapassou a meta projetada, porém nos anos 2011 e 2013 não se alcançou a projeção do indicador.

Os gráficos a seguir mostram os indicadores do IEE Júlia Billiart:

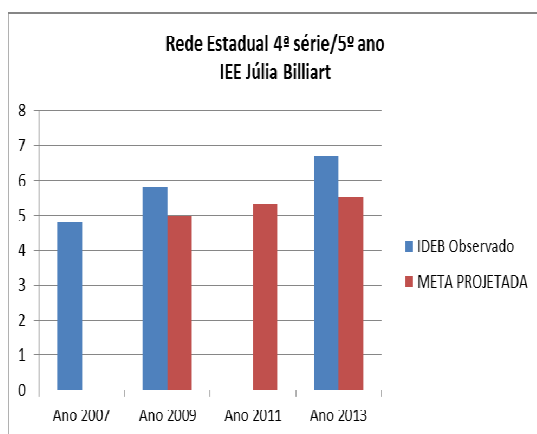


Gráfico nº 13: Dados referentes ao Ideb (4ª série 5º ano) 2007, 2009, 2011 e 2013.

Fonte: MEC/INEP

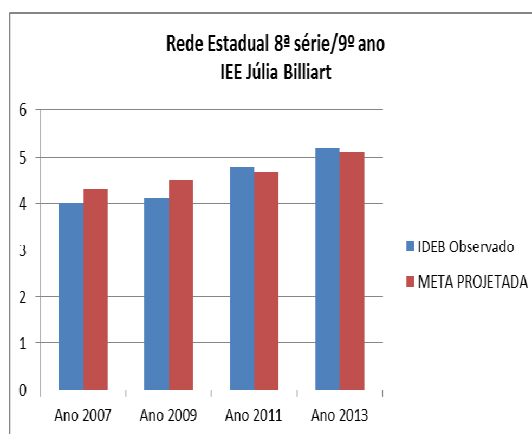


Gráfico nº 14: Dados referentes ao Ideb (8ª série 9º ano) 2007, 2009, 2011 e 2013.

Fonte: MEC/INEP.

Visualizando os gráficos é fácil perceber que em 2009 e 2013 a escola superou as metas projetadas nas turmas de 4ª série/5º ano. Nos demais anos não é possível comparar devido a situações específicas informadas pelo MEC. Nas turmas de 8ª série/9º ano, percebe-se que a meta projetada não foi atingida. Porém, nos anos de 2011 e 2013, as metas projetadas foram atingidas.

Frente às situações apresentadas é possível perceber que muitos fatores estão influenciando a aprendizagem, dentre os quais destacamos: indisciplina, estrutura familiar, falta de interesse dos discentes, escola assumindo o papel da família, evasão escolar, conflitos relativos à fase da adolescência, a falta de estrutura física nas escolas, necessidade de mais investimentos em equipamentos, materiais de informática e ciências, renovação do material bibliográfico e pedagógico.

Cabe salientar que já ocorreram vários avanços, quanto aos problemas constatados, porém a busca em melhorar estes aspectos que dizem respeito à aprendizagem é uma preocupação constante tanto da rede municipal quanto da estadual.

3.2.2 Diretrizes

Na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, constam as diretrizes que norteiam o Ensino Fundamental, as quais devem ser consideradas por todas as esferas e instituições que o

oferecem, bem como promovidas as condições para sua efetivação, por meio das políticas educacionais estabelecidas.

O Ensino Fundamental deve ter assegurada sua universalização, considerando a garantia de acesso e permanência com qualidade até a sua conclusão. Tal garantia implica o permanente esforço pela consolidação de fatores fundamentais, o que é desafio para o poder público.

A qualificação dos profissionais da educação é um dos fatores fundamentais para a referida qualidade. A formação, tanto inicial quanto continuada, representa condição e meio para a construção qualitativa do conhecimento, capaz de gerar avanços e melhoria na qualidade de vida.

Além da formação e qualificação, a valorização, que inclui remuneração que proporcione aos profissionais condições de acesso aos bens culturais e qualidade de vida, é outro fator que merece toda a atenção. Promover a formação continuada e a capacitação permanente aos profissionais da educação é condição imprescindível para qualificar sua atuação pedagógica. A escola deve, também, ser espaço de construção do conhecimento para os profissionais da educação. É necessário, na atualidade, que o professor se aproprie dos recursos tecnológicos e acompanhe os avanços científicos, bem como seja crítico e autônomo quanto a seus benefícios e possibilidades no campo educacional.

A integração e a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar na vida educacional precisam ser promovidas de forma plena e consciente, representando também avanço na qualidade educacional, à medida que todos assumam suas responsabilidades com comprometimento.

A oferta do Ensino Fundamental deve contemplar, inclusive, os alunos com distorção idade/série, criando condições adequadas ao atendimento.

Como forma de contemplar os princípios e concepções pedagógicas registrados nos Projetos Político Pedagógicos, há que se reforçar as gestões democráticas, a formação dos Conselhos Escolares e a atuação do Conselho Municipal de Educação. A gestão, assim como a cobrança e promoção de resultados satisfatórios, é de responsabilidade de toda a comunidade escolar: pais, alunos, professores e demais profissionais envolvidos no processo de educação.

A valorização das diversidades e o respeito às diferenças e pluralidades culturais devem significar o enriquecimento das relações estabelecidas na escola, bem como de um currículo escolar que promova a interdisciplinaridade e favoreça o desenvolvimento de

habilidades e competências que permitam a convivência e atuação no cenário social, que se apresenta em constante e rápida transformação.

Devem ser promovidas atividades e condições para o desenvolvimento integral dos educandos. Além do currículo comum, há que se criarem espaços para o trabalho com os temas transversais que contemplem a ética, a pluralidade cultural e o exercício responsável da cidadania. Faz-se necessário, além do conhecimento, investir na formação de seres humanos éticos, responsáveis, comprometidos com a própria construção do conhecimento e de valores humanos voltados para o bem comum.

A escola contemporânea tem sido invadida por várias demandas, entre as quais destacamos a busca de atendimento em turno integral, que surge da necessidade das famílias de proporcionarem aos filhos, cuidado e atenção no período em que estão trabalhando. Assim, os pais encontraram na escola uma solução prática e segura, vinculando, muitas vezes, a escolha da escola ao oferecimento deste serviço.

Este tipo de atendimento é uma tendência do ensino pós-moderno, estimulado pelas características de vida e necessidade das famílias, em que o aluno permanece na escola nos dois turnos. É importante que a rotina na escola de turno integral oportunize momentos de orientação às tarefas escolares em ambientes tranquilos e organizados para este fim, assim como, momentos de estudo e incentivo a leitura, uma vez que estas crianças ficarão na escola a maior parte do dia. Assim, quando chegarem a casa, terão o final do dia para o convívio com seus familiares, sem a preocupação dos trabalhos escolares. O que não exclui a importância dos pais olharem, com seus filhos os materiais e acompanharem o que estão trabalhando na escola. O olhar dos pais é insubstituível, pois também é demonstração de afeto e cuidado.

Outro aspecto a considerar na escola de turno integral é o atendimento por faixa etária, já que este serviço também propõe orientar nos temas e estudos, trabalhar a socialização, alimentação, higiene e saúde biopsicossocial. Há que se ter claro que o turno integral é um serviço oferecido pela escola, de muita utilidade às famílias que confiam no seu trabalho, por isso deve ser oferecido com a devida seriedade, profissionais preparados, ambientes planejados e organizados para este tipo de atendimento.

3.3 ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO E NORMAL

3.3.1 Diagnóstico

Atualmente, pelo fato de o Ensino Médio ser obrigatório, há um aumento considerável no número de alunos que o frequentam. Este nível de ensino apresenta uma nova identidade, a partir da implementação do Ensino Médio Politécnico em 2012 nas escolas estaduais, voltada para o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, conhecimento e currículo emancipatórios em uma ação curricular integrada, organizada por áreas do conhecimento numa perspectiva interdisciplinar.

Percebe-se, todavia, que muitos alunos chegam ao Ensino Médio desmotivados, com pouca perspectiva com relação à escola, sua própria escolaridade e em relação à formação pessoal ou profissional. Outro fator que contribui para a falta de interesse dos alunos é o ambiente familiar que, muitas vezes, desconhece o contexto atual e a importância que a escolarização adquire no mundo, somando-se a isso a falta de cobrança de resultados positivos ou bom desempenho. A família enfrenta problemas em relação à imposição de limites e autoridade na educação dos filhos causando reflexos na educação escolar.

Outro aspecto relativo à desmotivação de alunos do Ensino Médio é não ter a opção de transporte escolar noturno para alunos trabalhadores rurais. Frequentam este nível estudantes oriundos de todas as escolas de Ensino Fundamental do município, com características, potencialidades e dificuldades distintas, fatores esses que dificultam a realização de um trabalho de maior qualidade por parte dos professores ante a divergência de interesses dos alunos. Com o Ensino Médio Politécnico o estudo proporcionado busca ir ao encontro das necessidades e expectativas dos educandos e do contexto atual.

Com a implementação do Ensino Médio Politécnico e a formação do educador em serviço propõe uma escola que atue como uma comunidade de aprendizagem. Nela os jovens desenvolverão uma cultura para o trabalho e demais práticas sociais por meio do protagonismo em atividades transformadoras. Explorarão interesses vocacionais ou opções profissionais, perspectivas de vida e organização social exercendo sua autonomia ao formular e ensaiar a concretização de projetos de vida e de sociedade.

O Currículo do Ensino Médio - Curso Normal, por sua vez, é desenvolvido em regime anual com duração de quatro anos com estágio profissional obrigatório. Cada ano do curso está organizado em três blocos – Formação Geral, Parte Diversificada e Formação Profissional. O planejamento coletivo dos professores visa desenvolver ações para uma nova organização de tempos e espaços da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Caracteriza-se, no primeiro ano, por uma relação teoria-prática na reflexão sobre o cotidiano da escola em relação aos referenciais teóricos; no segundo ano, por uma relação teoria-prática-teoria, na qual se realizam pequenas práticas de regência na construção da

formação do professor pesquisador; no terceiro e quarto ano, por um processo de reflexão-ação, na qual a reflexão se dá sobre a ação do aluno-educador, por meio de práticas pedagógicas. Posteriormente, ocorre a realização do estágio obrigatório, que se constitui em uma nova ação teorizada-refletida pelo aluno-professor.

O Instituto Estadual de Educação Júlia Billiart é uma referência regional nesta modalidade, a clientela atendida é oriunda de Chapada e de municípios vizinhos. Caracteriza-se também por ser uma das poucas escolas públicas que visa à formação de professores.

Considerando o número de alunos que frequentam o Ensino Médio na escola, percebe-se que há pouca procura pelo Curso Normal, justificada pela necessidade de maior dedicação de tempo e principalmente pela desvalorização da profissão perante a sociedade.

O Curso Normal visa à formação de professores com vista à prática social e o trabalho como princípio educativo e promove o compromisso de construir projetos de vida, individuais e coletivos, de sujeitos que se apropriam da construção do conhecimento e desencadeiam as necessárias transformações da natureza e da sociedade, contribuindo para o resgate do processo de humanização baseado na ética, na justiça social e na fraternidade.

3.3.2 Diretrizes

O Ensino Médio tem como objetivos:

- Propiciar a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos na finalização da Educação Básica e no Ensino Superior;
- Consolidar no educando as noções sobre trabalho e cidadania, de modo a ser capaz de, com flexibilidade, operar com as novas condições de existência geradas pela sociedade;
- Possibilitar formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e o pensamento crítico do educando;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, parte e totalidade e o princípio da atualidade na produção do conhecimento e dos saberes.

A adequação da proposta pedagógica que vem ao encontro das necessidades dos alunos de Ensino Médio, o estabelecimento de objetivos claros para esse nível de ensino e a reorganização curricular são fatores que contribuem para a melhoria da qualidade da etapa final da Educação Básica.

O avanço qualitativo requer também a participação da família mediante o acompanhamento do processo educacional, motivando o aluno para a permanência e progressão com sucesso, pela busca de conhecimento como realização pessoal e profissional.

Além disso, este nível de ensino necessita de uma organização escolar adequada no uso do espaço, do tempo, dos recursos didáticos e tecnológicos, de forma a atender as especificidades da faixa etária específica.

O Curso Normal, por sua vez, além dos objetivos do Ensino Médio Politécnico, visa ainda oportunizar a formação de professores através da compreensão do que é aprender, de como se aprende e onde se aprende, considerando que construir conhecimento decorre da relação com o outro e com o objeto a ser conhecido, estabelecendo uma constante relação entre teoria e prática e possibilitar ao aluno o entendimento da infância, em seu processo social e histórico e da criança na situação de sujeito de direitos.

O Ensino Médio Politécnico - Curso Normal, como etapa final da educação básica, tem por finalidade propiciar o desenvolvimento dos educandos, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, destacando a educação profissional voltada à formação de professores de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

3.4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

3.4.1 Diagnóstico

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

A Constituição Federal do Brasil incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o *pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho*, conforme o Art. 205. Retomado pelo Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos, modalidade estratégica do esforço despendido em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada.

Nesse enfoque, o Art. 208 da Constituição Federal é claro:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria [...]

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.²⁶

Por sua vez, o Art. 214 da Constituição Federal também é claro:

A lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar; [...]

Esta redação pressupõe a educação básica para todos e dentro desta, em especial, o Ensino Fundamental como seu nível obrigatório. O Ensino Fundamental obrigatório é para todos e não só para as crianças. Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e cercado de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação. E ainda, a progressiva oferta do Ensino Médio.

Ao longo do tempo, têm-se observado várias ações que aconteceram no município, com o intuito de erradicar o analfabetismo e melhorar o nível de escolaridade da população.

Na década de 70, difundiu-se um movimento de alfabetização de jovens e adultos em todo o município de Chapada. A partir do Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral, um programa do Governo Federal, muitos jovens e adultos foram alfabetizados, tanto na cidade quanto no interior do município.

No início da década de 90, por uma iniciativa do governo do estado do Rio Grande do Sul, através da Escola de 1º e 2º Graus Júlia Billiart, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, houve uma iniciativa de oportunizar a alfabetização e a pós-alfabetização a jovens e adultos. Esse trabalho deu-se a partir do Projeto Ler, no qual vários alunos se alfabetizaram e desenvolveram conceitos básicos das séries iniciais, recebendo a certificação para continuar seus estudos a partir da quinta série do Ensino Fundamental.

²⁶ Direito público subjetivo é aquele pelo qual o titular de um direito pode exigir imediatamente o cumprimento de um dever e de uma obrigação. Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e dotado de efetividade. O titular deste direito é qualquer pessoa de qualquer faixa etária que não tenha tido acesso à escolaridade obrigatória. Por isso é um direito subjetivo, ou seja, ser titular de alguma prerrogativa é algo próprio deste indivíduo. A prescrição do direito público subjetivo responde como reparação jurídica máxima a um direito negado.

No final da década de 90, o Governo do Estado lançou o programa Movimento de Alfabetização - Mova, com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos, estabelecendo parcerias com organizações da sociedade civil, que funcionou no município contemplando algumas pessoas. Ainda, no final dessa década, foram ministradas aulas por professores municipais, através do programa Telecurso 2000, para pessoas com interesse em realizar as provas do Supletivo, oferecidas pelo Governo Federal.

No ano de 2000, a municipalidade estabeleceu uma parceria com o GAMA, uma escola privada de ensino supletivo, onde, ao longo de dois anos e meio, foram formados mais de 200 alunos pertencentes ao próprio município e a municípios vizinhos, nos níveis Fundamental e Médio, com o objetivo de dar continuidade aos estudos para as pessoas que já haviam iniciado a sua escolarização.

Em 2002, passaram a ser oferecidos cursos de Educação de Jovens e Adultos - EJA em escolas estaduais do município. Na Escola Estadual de Ensino Fundamental Aloysio Hofer, da localidade de São Francisco, organizou-se uma turma para cursar a etapa final do Ensino Fundamental. Ao final de um ano de estudos, mais de 20 alunos receberam o certificado de conclusão do Ensino Fundamental, e destes, alguns continuaram seus estudos no Ensino Médio, seja participando de exames supletivos, seja frequentando turmas de Educação de Jovens e Adultos na escola de Ensino Médio do município.

Iniciou-se, em 2003, um trabalho de Educação de Jovens e Adultos na Escola Estadual de Ensino Fundamental Vicente José Weber, no distrito de Santana, também em nível de pós-alfabetização, com vistas a concluir o Ensino Fundamental. Ao longo de um período de estudos, os trabalhos foram encerrados e os alunos não puderam receber a certificação de conclusão do Ensino Fundamental, pelo fato de a escola estar autorizada para oferecer atendimento apenas até a sexta série deste nível de ensino.

Também, em 2002, o Instituto Estadual de Educação Júlia Billiard iniciou um trabalho de Educação de Jovens e Adultos, passando a oferecer essa modalidade em nível de séries finais do Ensino Fundamental. As aulas ocorriam no turno da noite e observou-se uma grande procura por esse atendimento. Continuou-se com esse trabalho em 2003 e nos seguintes anos e níveis: 2004 - Ensino Fundamental e Médio; 2005 - Ensino Médio; 2006 - Ensino Fundamental séries finais e Médio e 2007 - apenas as Totalidades²⁷ referentes à conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

No ano de 2006, o município de Chapada, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto realizou um trabalho de Educação de Jovens e Adultos, em

²⁷ Totalidade é a forma de organização das etapas de escolarização na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

nível de alfabetização. Constituíram-se duas turmas na sede do município, uma turma na EMEI Riscos e Rabiscos e outra na EMEF Érico Veríssimo, ambas atendidas por uma professora municipal. Os trabalhos aconteceram somente até o final daquele ano letivo, dentre outras razões, em função da mão de obra dos estudantes ser absorvida pelo setor calçadista.

Em 2007, a Comissão Temática da Educação de Jovens e Adultos do Plano Municipal de Educação do Município elaborou uma pesquisa de campo com o objetivo de levantar dados estatísticos, no que se refere ao mapeamento do grau de escolaridade e do interesse da população chapadense em continuar seus estudos.

A pesquisa de campo foi embasada em um questionário aplicado às pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, ficando a aplicação do referido questionário sob a responsabilidade dos Agentes Comunitários de Saúde, conforme distribuição das áreas de atuação.

Na sistematização dos dados coletados, verificou-se que a pesquisa de campo atingiu um percentual de 67,18% da população chapadense em idade igual ou superior a 15 anos, ou seja, 5.183 pessoas de um total de 7.715, conforme dados do Censo do IBGE de 2007.

Para uma melhor análise dos dados coletados, os mesmos foram divididos por faixas etárias distintas com o objetivo de respeitar as suas especificidades: 15 aos 21 anos; 22 aos 35 anos; 36 aos 50 anos; acima de 50 anos.

3.4.1.1 Faixa Etária dos 15 aos 21 anos.

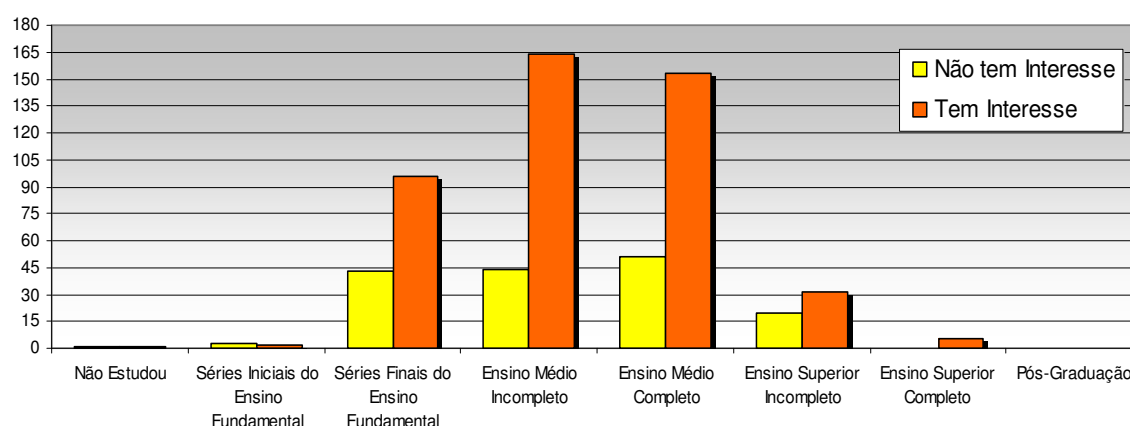


Gráfico nº. 15: Grau de escolaridade da população entrevistada na faixa etária dos 15 aos 21 anos.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

O gráfico acima demonstra que das 614 pessoas entrevistadas, entre a faixa etária dos 15 aos 21 anos, 0,3% não estudaram; 0,8% possuem escolaridade de séries iniciais; 22,6% de

séries finais; 34% de Ensino Médio incompleto; 33,2% de Ensino Médio completo; 8,3% de Ensino Superior incompleto e 0,8% de Ensino Superior completo.

Percebe-se ainda, certa defasagem entre idade/série, considerando o número significativo de pessoas que estão nas séries finais do Ensino Fundamental.

Evidencia-se também, nesta faixa etária, que 74% das pessoas entrevistadas possuem interesse em continuar seus estudos, conforme leitura do gráfico nº. 16.

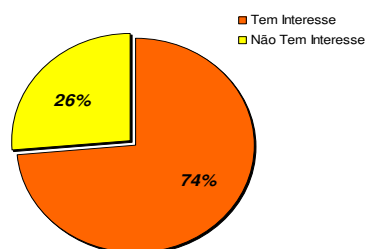


Gráfico nº. 16: Índice de interessados em continuar seus estudos na faixa etária dos 15 aos 21 anos.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

Conclui-se também, a partir dos dados coletados, que 21% das pessoas que possuem interesse em continuar seus estudos são alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, uma vez que já completaram 15 anos e não concluíram o Ensino Fundamental, conforme gráfico abaixo.

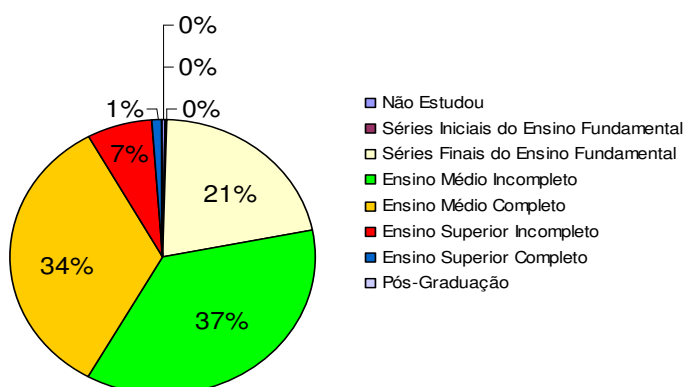


Gráfico nº. 17: Índice de interessados em continuar seus estudos, na faixa etária dos 15 aos 21 anos, por grau de escolaridade.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

3.4.1.2 Faixa Etária dos 22 aos 35 anos

Analisando a representação do gráfico nº. 18, dos 1.229 entrevistados correspondentes a esta faixa etária 0,5% não estudaram; 10,7% possuem escolaridade de séries iniciais; 30,1% de séries finais; 10% de Ensino Médio incompleto; 35,2% de Ensino Médio completo, 6,3% de Ensino Superior incompleto; 5% de Ensino Superior completo e 2,2% dos mesmos têm pós-graduação.

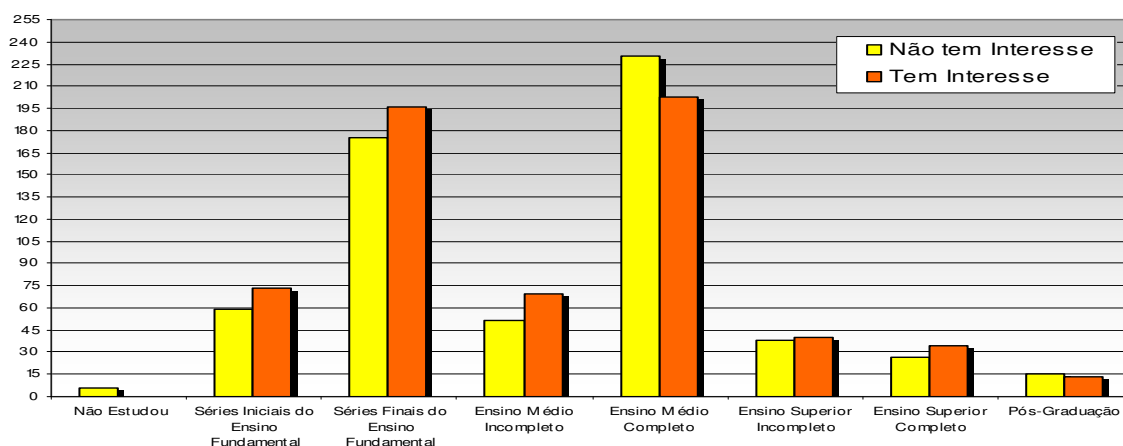


Gráfico nº. 18: Grau de escolaridade da população entrevistada na faixa etária dos 22 aos 35 anos.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

Conclui-se, também, que o interesse em dar continuidade aos estudos diminuiu significativamente, ou seja, 23% em relação à faixa etária analisada anteriormente.

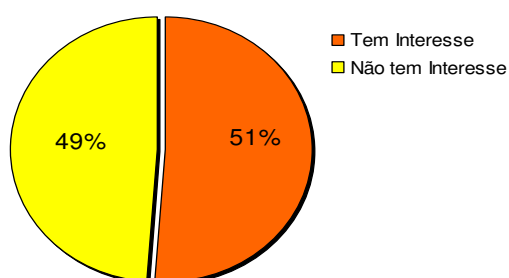


Gráfico nº. 19: Índice de interessados em continuar seus estudos na faixa etária dos 22 aos 35 anos.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

Além das constatações acima, pode-se afirmar que dos 628 entrevistados que possuem interesse em continuar seus estudos, 31% dos mesmos estão nas séries finais e 33% possuem Ensino Médio completo, como pode observar-se no gráfico nº. 20.

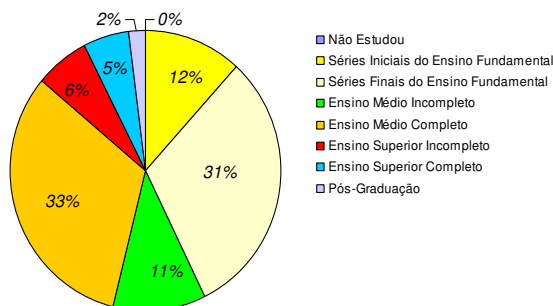


Gráfico n°. 20: Índice de interessados em continuar seus estudos, na faixa etária dos 22 aos 35 anos, por grau de escolaridade.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

3.4.1.3 Faixa Etária dos 36 aos 50 anos.

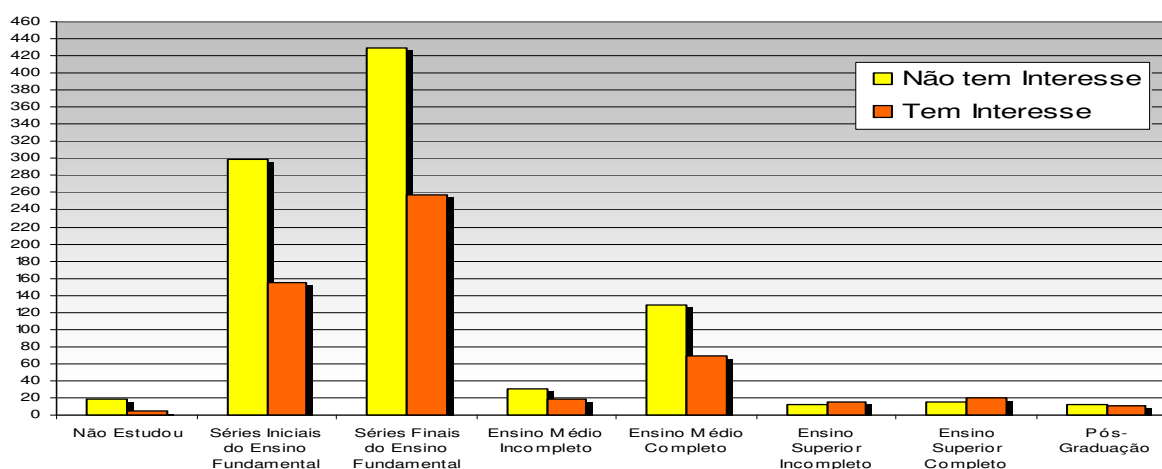


Gráfico n°. 21: Grau de escolaridade da população entrevistada na faixa etária dos 36 aos 50 anos.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

Ao realizar a leitura dos dados estatísticos do gráfico n°. 21 constata-se que das 1.500 pessoas entrevistadas dentro desta faixa etária, 1,6% não estudaram; 30,2% possuem escolaridade de séries iniciais; 46% de séries finais; 3,2% de Ensino Médio incompleto; 13,2% de Ensino Médio completo; 2% de Ensino Superior incompleto; 2,3% de Ensino Superior completo e 1,5% dos mesmos têm pós-graduação.

Outro dado estatístico, levantado junto aos entrevistados desta faixa etária, é que apenas 552 dos mesmos possuem interesse em dar continuidade aos seus estudos, o que representa 37%, de acordo com o gráfico a seguir.

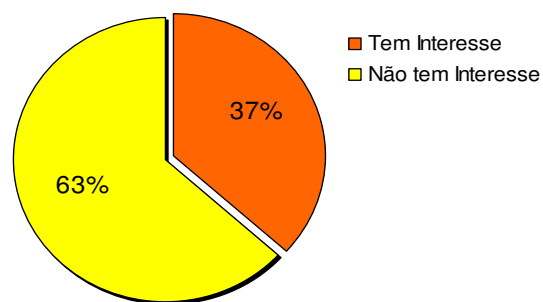


Gráfico n°. 22: Índice de interessados em continuar seus estudos na faixa etária dos 36 aos 50 anos.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

Considerando o total de entrevistados nesta faixa etária, que possuem interesse em continuar seus estudos, fica evidente que a maioria dos mesmos, ou seja, 413 pessoas são alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, já que destes 28% estão nas séries iniciais e 46% estão nas séries finais do Ensino Fundamental, conforme gráfico n°. 23.

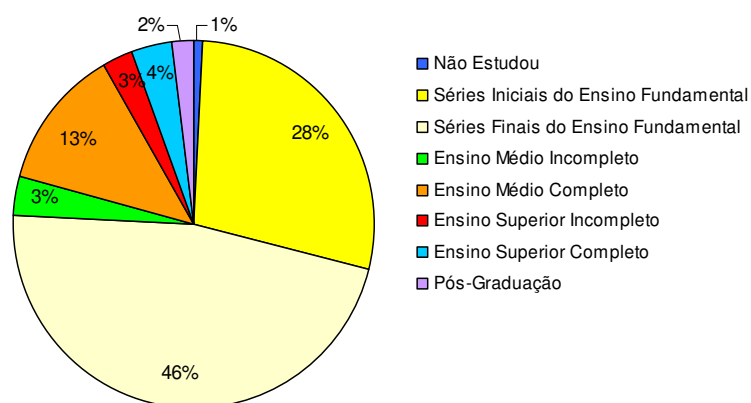


Gráfico n°. 23: Índice de interessados em continuar seus estudos, na faixa etária dos 36 aos 50 anos, por grau de escolaridade.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

3.4.1.4 Faixa Etária acima dos 50 anos.

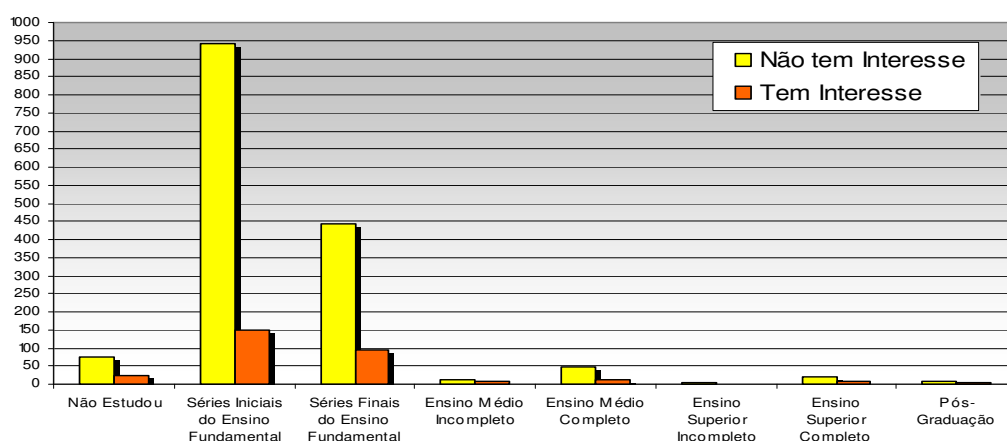


Gráfico nº. 24: Grau de escolaridade da população entrevistada na faixa etária acima dos 50 anos.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

A partir da representação do gráfico nº. 24 constata-se que dos 1.842 entrevistados correspondentes a esta faixa etária, 5,4% não estudaram; 59% possuem escolaridade de séries iniciais; 29,2% de séries finais; 1% de Ensino Médio incompleto; 3,3% de Ensino Médio completo; 0,2% de Ensino Superior incompleto; 1,5% de Ensino Superior completo e 0,4% dos mesmo têm pós-graduação.

Em relação aos dados coletados, no gráfico abaixo, verifica-se também, que os mesmos ratificam a questão da diminuição da escolaridade com o aumento da idade e a diminuição significativa no interesse em dar continuidade aos estudos, ou seja, 84% da população entrevistada acima dos 50 anos não tem interesse em estudar.

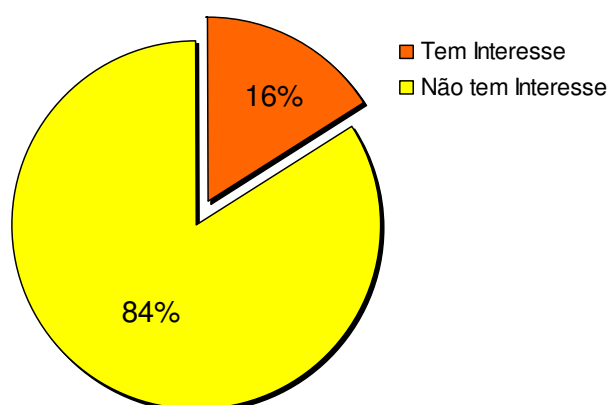


Gráfico nº. 25: Índice de interessados em continuar seus estudos na faixa etária acima dos 50 anos.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

Ainda em relação a essa faixa etária, analisando os percentuais do gráfico nº. 26 pode-se observar que do total dos 295 entrevistados com interesse em estudar, 82% encontram-se no Ensino Fundamental e 8% não tiveram a oportunidade de iniciar seus estudos.

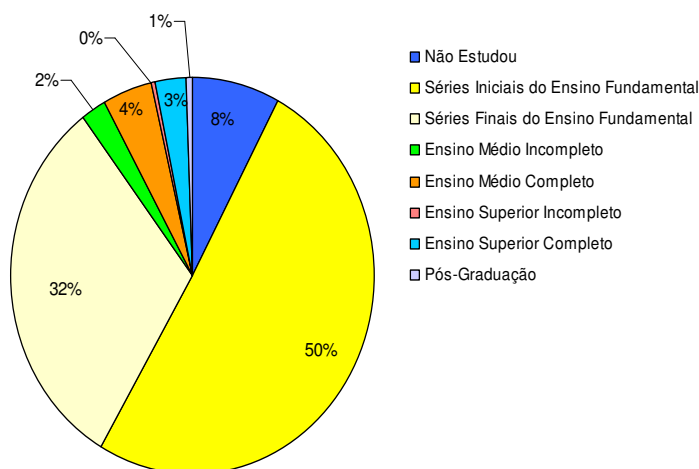


Gráfico nº. 26: Índice de interessados em continuar seus estudos, na faixa etária acima dos 50 anos, por grau de escolaridade.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

Outras constatações a partir da pesquisa de campo são leituras acerca de onde estão situadas e qual o sexo das pessoas que possuem interesse em estudar, bem como o nível geral de escolaridade dos 5.183 entrevistados na faixa etária a partir dos 15 anos.

Portanto, quanto ao total de entrevistados, conclui-se que destes, 37% possuem interesse em estudar, correspondendo a 1.939 pessoas, das quais 864 residem na área urbana e 1.075 na área rural. A correspondência do percentual pode ser analisada no gráfico nº. 27.

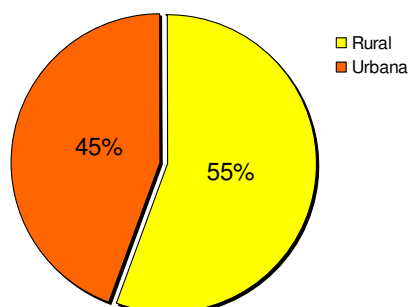


Gráfico nº. 27: Índice da população entrevistada com interesse em estudar, por área de localização.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

Já, no que se refere ao sexo, constata-se que das 2.687 pessoas do sexo feminino, apenas 1.067 desejam continuar seus estudos.

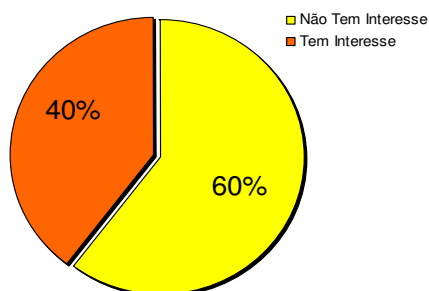


Gráfico n°. 28: Índice da população feminina entrevistada com interesse em continuar seus estudos.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

No que se refere aos entrevistados do sexo masculino, verifica-se que apenas 35% dos mesmos têm pretensão em dar continuidade aos seus estudos.

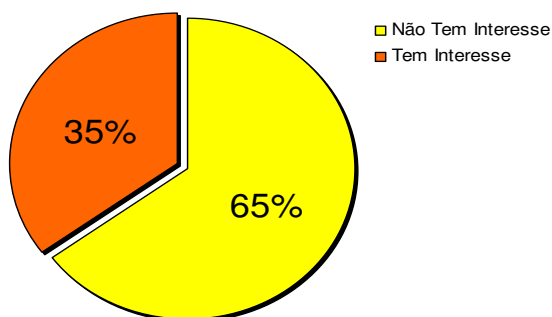


Gráfico n°. 29: Índice da população masculina entrevistada com interesse em continuar seus estudos.

Fonte: Pesquisa de Campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

No município de Chapada, há um considerável número de pessoas sem escolarização ou com baixo grau de escolaridade, já que, até pouco tempo atrás, o acesso à escola não era muito facilitado e também, pelo fato do município ser essencialmente agrícola, onde as pessoas desde cedo tinham que auxiliar nos trabalhos para garantir a própria subsistência. Por conta disso, deixaram de ir à escola, ou nem chegaram a frequentá-la, o que explica, parcialmente, o baixo grau de escolaridade da população entrevistada, conforme demonstra o gráfico n°. 30.

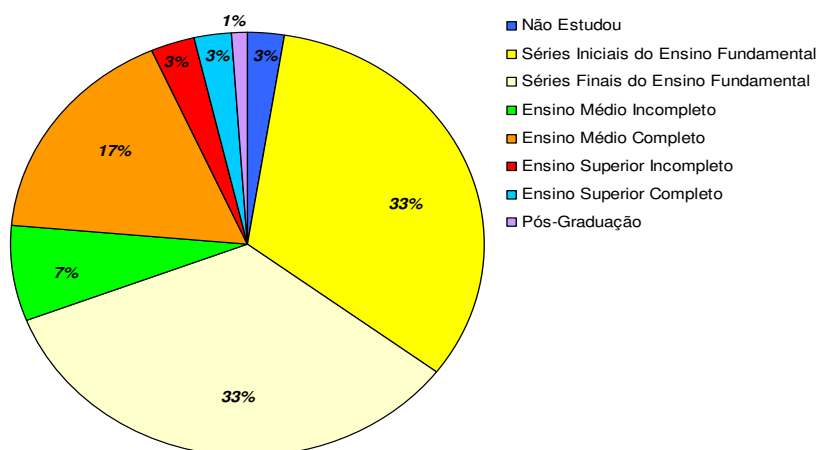


Gráfico n°. 30: Índice do grau de escolaridade dos entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde/2007.

Conclui-se também, que ao longo dos anos este quadro vem se modificando. A partir de políticas públicas de incentivo ao ingresso e à permanência dos alunos na escola, tem-se observado uma progressiva transformação dessa realidade. Disponibilidade de transporte escolar, mecanização da agricultura e legislações específicas são alguns dos fatores que contribuem para a mudança no modo de vida das pessoas, pois, cada vez mais, através da educação busca-se a autonomia, o crescimento pessoal e profissional. Assim, nos dias de hoje, a grande maioria das pessoas em idade escolar completam, no mínimo, o Ensino Fundamental, grande parte dessas o Ensino Médio e muitas buscam o Ensino Superior.

Dessa forma, o grande desafio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos é o de criar mecanismos para que as pessoas que não tiveram acesso à educação na idade própria tenham condições efetivas de continuar os seus estudos, pois os resultados da pesquisa de campo demonstram que 1.397 têm intenção em cursá-lo.

Como já foi mencionado anteriormente a oferta da Educação de Jovens e Adultos no Instituto Estadual de Educação Júlia Billiart teve início no ano de 2002, estendendo-se até 2007, no transcorrer deste ano os poucos alunos frequentes dessa modalidade de ensino foram integrados nas respectivas séries/ano na modalidade regular de ensino, pelo fato que as turmas eram muito pequenas, justificado pela pouca procura e pelo alto índice de infrequência. Sendo assim, não era viável administrativamente manter vários professores para atender tão poucos alunos.

No início do ano de 2013 o IEE Júlia Billiart voltou a ofertar a Educação de Jovens e Adultos nos níveis de Ensino Fundamental e Ensino Médio, que está em vigor atualmente, no

turno da noite. Devido ao reduzido número de matrículas e ao alto índice de infrequência e abandono, os alunos são atendidos em turmas multisseriadas.

Tabela nº 13: Matrículas da EJA do primeiro semestre de 2013.

Totalidade	Ano	Matrículas	Avanços	Permanece	Abandono
3	6º	12	5	5	2
4	7º	16	7	3	6
5	8º	17	5	5	7
6	9º	15	10	1	4
7	1º EM	32	14	2	16

Tabela nº 14: Matrículas da EJA do primeiro semestre de 2013.

Totalidade	Ano	Matrículas	Avanços	Permanece	Abandono
3	6º	4	1	3	--
4	7º	9	3	6	--
5	8º	12	5	7	--
6	9º	9	5	3	1
7	1º EM	12	6	6	--
8	2º EM	22	21	1	--

Tabela nº 15: Matrículas da EJA do primeiro semestre de 2014.

Totalidade	Ano	Matrículas	Avanços	Permanece	Abandono
3	6º	8	3	4	1
4	7º	13	4	7	2
5	8º	15	7	6	2
6	9º	17	3	9	5
7	1º EM	13	3	4	6
8	2º EM	20	13	4	3
9	3º EM	22	15	1	6

Tabela nº 16: Matrículas da EJA do primeiro semestre de 2014.

Totalidade	Ano	Matrículas	Avanços	Permanece	Abandono
3	6º	5	-	2	3
4	7º	9	2	5	2
5	8º	13	7	4	2
6	9º	18	7	7	4
7	1º EM	5	2	2	1
8	2º EM	11	7	1	3
9	3º EM	15	15		

O maior desafio em relação a esta modalidade de ensino é conter a infrequência e o abandono. Buscando incentivar a permanência dos educandos na escola, realiza-se um trabalho pedagógico de diálogo constante com os alunos, bem como com os responsáveis pelos menores de idade, tentando conscientizar os mesmos da importância do conhecimento para a formação pessoal e atender as exigências do mercado de trabalho. Pedagogicamente busca-se trabalhar com temas que vão ao encontro da realidade dos educandos, proporcionando atividades pedagógicas variadas para instigar o interesse dos alunos, buscando sempre a interação e a participação. Afetivamente acontece um acolhimento especial aos alunos da EJA para que eles se sintam bem na escola e permaneçam nela obtendo êxito na aprendizagem. Percebe-se que muitos entre eles gostam de estar ali, fazem novas amizades e estão bem integrados.

Atualmente o município oferece alfabetização através do Programa Brasil Alfabetizado, que tem seu objetivo definido no artigo 1º “O Programa Brasil Alfabetizado tem por objetivo a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais”. Promove ações para a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribui para a universalização do ensino fundamental no Brasil. O referido Programa apoia técnica e financeiramente os projetos de alfabetização.

3.4.2 Diretrizes

As dificuldades socioeconômicas enfrentadas por crianças e jovens em idade escolar forçaram-nas, muitas vezes, a deixar de frequentar as aulas para buscar o sustento familiar,

por meio do trabalho precoce. Isso implicou, por muito tempo, o aumento do número de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental.

As profundas transformações que vêm ocorrendo em escala mundial, em virtude do acelerado avanço científico e tecnológico e do fenômeno da globalização, têm implicações diretas nos valores culturais, na organização das rotinas individuais, nas relações sociais, na participação política, assim como na reorganização do mundo do trabalho.

A necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar essas transformações alterou a concepção tradicional de Educação de Jovens e Adultos, não mais restrita a um período particular da vida ou a uma finalidade específica, como a alfabetização, por exemplo. Desenvolve-se o conceito de educação ao longo de toda a vida, que há de se iniciar sim com a alfabetização. Mas não basta ensinar a ler e a escrever. Para inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida e de fruição do tempo livre e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, a Educação de Jovens e Adultos deve compreender, no mínimo, a oferta de uma formação equivalente ao Ensino Fundamental e, progressivamente, ao Ensino Médio.

Sendo a EJA uma modalidade da Educação Básica no interior das etapas fundamental e média, é lógico que se deve pautar pelas mesmas diretrizes do Ensino Fundamental e Médio. Esse caráter lógico, todavia, não significa uma igualdade direta quando pensada à luz da dinâmica sócio-cultural das fases da vida. É neste momento que a faixa etária torna-se um dado significativo para a ressignificação das diretrizes comuns.

Os princípios da contextualização e do reconhecimento de identidades pessoais e das diversidades coletivas constituem-se em diretrizes dos conteúdos curriculares. Muitos alunos da EJA têm origens em quadros de desfavorecimento social e/ou cultural e suas experiências familiares e sociais divergem. Identificar, conhecer, distinguir e valorizar tal quadro é princípio metodológico, para promover uma atuação pedagógica capaz de produzir soluções justas, equânimes e eficazes.

A contextualização refere-se aos modos como estes estudantes podem dispor de seu tempo e de seu espaço. Por isso, a heterogeneidade do público da EJA merece consideração cuidadosa. A ela dirigem-se adolescentes, jovens e adultos com suas múltiplas experiências de trabalho, de vida e de situação social, aí compreendida às práticas culturais e valores já constituídos.

Importante é, também, distinguir as duas faixas etárias consignadas nesta modalidade de educação. Apesar de partilharem uma situação comum desvantajosa, as expectativas e experiências de jovens e adultos frequentemente não são coincidentes. Esses e muitos outros exemplos deverão ser ressignificados, pois o *zelar pela aprendizagem*, tal como disposto no

Art. 13, inciso III da LDB, deve receber grande relevância. Desse modo, as ações pedagógicas devem considerar a conveniência de haver na constituição dos grupos de alunos momentos de homogeneidade ou heterogeneidade para atender, com flexibilidade criativa, esta distinção. Não perceber o perfil distinto destes estudantes e trabalhar pedagogicamente os mesmos conteúdos como se tais alunos fossem crianças ou adolescentes será contrariar mais do que um imperativo legal. É contrariar um imperativo ético.

Faz-se necessário, traduzir a compreensão de que estes jovens e adultos são sujeitos sócio-histórico-culturais, com conhecimentos e experiências acumuladas, com tempo próprio de formação, com saberes já construídos a partir de suas vivências e ansiosos por adquirir novos saberes.

A integração dos programas de Educação de Jovens e Adultos com a educação profissional aumenta sua eficácia, tornando-os mais atrativos. É importante o apoio dos empregadores no rumo de considerar a necessidade de formação permanente, o que pode dar-se de diversas formas: estabelecimento de jornadas de trabalho compatíveis com o horário escolar; concessão de licenças para frequência em cursos de atualização; organização de cursos de formação de jovens e adultos no próprio local de trabalho. Cabe, por fim, alertar que o resgate da dívida educacional não se restringe à oferta de formação equivalente aos anos iniciais do Ensino Fundamental. A oferta do ciclo completo de nove anos àqueles que lograrem completá-lo é parte integrante dos direitos assegurados pela Constituição Federal e deve ser ampliada gradativamente. Da mesma forma, deve ser garantido, aos que completarem o Ensino Fundamental, o acesso ao Ensino Médio.

Para que a EJA possa atuar de forma efetiva, em parceria com a comunidade, o órgão mantenedor deve garantir formação continuada aos profissionais que atuam na modalidade da Educação de Jovens e Adultos por meio de encontros, seminários e cursos sob responsabilidade das escolas e entidades mantenedoras. A possibilidade de oferta de cursos específicos, de média e longa duração, para formação de profissionais que atuam na EJA, proporcionados por instituições de nível superior e por programas de educação à distância, deve permitir que o Estado assegure concurso público para atuarem no Ensino Fundamental (séries/anos iniciais e finais) e no Ensino Médio.

3.5 ENSINO PÓS-MÉDIO

3.5.1 Diagnóstico

A educação profissional, em âmbito nacional, vem enfrentando desafios, pois se vive a era do conhecimento e uma nova revolução tecnológica em que aprender continuamente é a condição essencial para o exercício da cidadania. O mercado exige mais do que diplomas: requer habilidades, competências desenvolvidas, capacidade de análise, de reflexão, de trabalhar em equipe, enfim, atributos que vão além das disciplinas técnicas curriculares.

Neste sentido, é importante repensar o ensino Pós-Médio como um todo, pois enquanto a missão do ensino básico é desenvolver a capacidade de aprender, a do ensino Pós-Médio – que inclui o técnico, o tecnológico, o superior, os cursos de extensão e pós-graduação – precisa oferecer oportunidades de concretizar essa aprendizagem.

A educação profissional, no sistema público estadual de ensino, pode desenvolver-se em três níveis: básico, técnico e tecnológico. Pode ser oferecida de forma independente, denominado de curso Pós-Médio ou de forma articulada, concomitante ao Ensino Médio.

No plano municipal constata-se que a oferta de cursos de nível Pós-Médio limita-se a um único, o curso Técnico em Contabilidade, na área de Gestão e Negócios, oferecido pelo Instituto Estadual de Educação Júlia Billiard. Essa realidade determina que vários alunos procurem cursos técnicos oferecidos nos municípios vizinhos, especialmente em Palmeira das Missões e Carazinho, nos quais os mais procurados são Técnico em Agropecuária e em Enfermagem.

O maior obstáculo no que diz respeito à oferta de outros cursos profissionalizantes, em nível de Pós-Médio, no município de Chapada, está associado a custos extremamente altos para sua instalação e manutenção e, até mesmo, a questão de profissionais qualificados e com formação específica para atuarem nestes cursos.

O curso Técnico em Contabilidade passou do nível Médio para o Pós-Médio no ano 2000. Desde então, formaram-se 150 alunos, como se pode observar na tabela nº. 16.

Tabela nº. 17: Matrícula inicial e concluintes do Curso Pós-Médio/1999-2014.

Ano	Matrícula Inicial	Concluintes
1999 ²⁸	-	65 *
2000/2001	15	15
2002/2003	31	22
2004/2005	26	09
2005/2006	41	23
2006/2007	29	12
2007/2008	25	12
2008/2009	28	12
2009/2010	28	11
2010/2011	19	8
2011/2012	16	11
2012/2013	21	7
2013/2014	22	15

Fonte: IEE Júlia Billiart - Chapada/RS.

Pelos dados da Tabela 17, pode-se verificar um alto índice de evasão no curso até o ano de 2007. Os motivos que frequentemente levavam à desistência foram vários, dentre os quais, destacam-se: a ausência de transporte escolar no período noturno, a não identificação do aluno com o curso, o ingresso em curso superior, especialmente através do PROUNI, cuja chamada acontece geralmente mais tarde para alguns alunos e, também, devido à oferta de um único curso no município, que satura o mercado de trabalho local.

O perfil do aluno que ingressa no curso Pós-Médio, atualmente, é de egressos do Ensino Médio há um ou dois anos, em sua maioria, que não tiveram possibilidade de frequentar um curso de nível superior e que não querem ficar sem estudar até terem a oportunidade de acesso à universidade, bem como por não haver outra opção de curso Pós-Médio no município. Além disso, é importante destacar a opção de estar em busca de uma qualificação profissional, o que pode ser um diferencial para conseguir uma vaga no mercado de trabalho. Outro fator que influencia no ingresso dos alunos, é que alguns têm como garantia o emprego por meio de estágio no Centro de Integração Empresa Escola – CIEE –e, para isso, precisam estar estudando, tendo como única opção de Pós-Médio que a escola oferece. O mesmo acontece no que se refere ao Instituto de Previdência do Estado – IPE – que

²⁸Último ano em que o curso Técnico em Contabilidade foi oferecido em nível de Ensino Médio.

permite aos estudantes dependentes de conveniados, o direito de usar o plano de saúde até os 24 anos de idade.

3.5.2 Diretrizes

O atual cenário de inovações tecnológicas, em que a informação e o conhecimento multiplicam-se numa velocidade espantosa, exige que as pessoas estejam continuamente em busca de formação, atualização e capacitação, para poderem se inserir com sucesso no mundo do trabalho.

A oferta de educação profissional, a nível Pós-Médio, deve estar vinculada ao desenvolvimento de habilidades e competências, que possibilitem ao indivíduo tornar-se um cidadão consciente e crítico na sociedade em que vive.

A preocupação com a qualidade do ensino oferecido deve ser o foco central. Neste ponto, é importante destacar a questão da formação dos docentes que atuam neste nível, bem como a questão de recursos financeiros, materiais e o acesso às tecnologias.

É importante também considerar a possibilidade de oferecer outros cursos especialmente na área de agropecuária, o que viria a atender as necessidades e peculiaridades da nossa localidade, que é essencialmente agrícola. Acredita-se que um curso na área da agropecuária, incluindo horticultura, floricultura, produção leiteira, entre outros, vem ao encontro das especificidades locais e das necessidades de diversificação de renda. Outro curso que viria atender as necessidades locais é o de Técnico em Segurança do Trabalho, cujo processo para implantação no Instituto Estadual de Educação Júlia Billiart tramita, desde 2014, no Conselho Estadual de Educação.

Cabe ressaltar a importância da realização de parcerias entre as Esferas Municipal, Estadual e Federal, bem como com empresas e órgãos competentes, que possam destinar recursos para o estabelecimento e manutenção de outros cursos técnicos no município.

3.2 METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.

Estratégias:

- 1.1) Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;
- 1.2) Promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos: afetivo, físico, psíquico, moral, religioso e social, incentivando a criatividade, a autonomia, as relações de respeito e de solidariedade a partir dos valores humanos, complementando, assim, a ação da família e da sociedade, objetivando o reconhecimento e a valorização das instituições de Educação Infantil;
- 1.3) Ampliar a oferta de Educação Infantil de maneira gradativa, respeitando os padrões mínimos de infraestrutura e organização de cada escola e, conforme a demanda, seja viabilizada a ampliação das escolas;
- 1.4) Assegurar infraestrutura necessária para um trabalho pedagógico de qualidade, contemplando desde a construção física até os espaços de recreação e ludicidade, e também, a adequação de equipamentos de acordo com as exigências dos respectivos sistemas de ensino;
- 1.5) Elaborar, a partir da aprovação deste Plano, padrões mínimos de infraestrutura para melhorar o funcionamento e o atendimento das instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) públicas e particulares, assegurando o respeito às características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:
 - a) espaço interno com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
 - b) instalações sanitárias para a higiene pessoal das crianças;
 - c) instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;
 - d) ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brincar;
 - e) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados às faixas etárias e necessidades do trabalho educacional;
 - f) adequação às características das crianças especiais.

- 1.6) A partir da aprovação deste plano, somente autorizar construção e funcionamento de instituições públicas de Educação Infantil, mediante ao atendimento dos padrões mínimos determinados pelo CME e legislação vigente;
- 1.7) Fiscalizar, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, o atendimento das normativas que regulamentam as condições de funcionamento para instituições e escolas que atendam a educação infantil;
- 1.8) Assegurar a formação continuada com temáticas específicas da Educação Infantil, em periodicidade no mínimo anual, para todos os profissionais da Educação Infantil, a fim de garantir um atendimento de qualidade.
- 1.9) Priorizar o ingresso nas instituições de Educação Infantil de professores, dirigentes, coordenadores pedagógicos e supervisores de ensino com formação específica de nível superior na área;
- 1.10) Viabilizar no período de vigência deste Plano, cumprimento em respeito ao número de alunos por professor e por metro quadrado, para a Educação Infantil conforme legislação vigente;
- 1.11) Manter a avaliação das instituições da educação infantil, a ser realizada anualmente, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;
- 1.12) Apoiar, em regime de colaboração, a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;
- 1.13) Viabilizar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, quando houver, na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando se possível, a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;
- 1.14) Priorizar o acesso à educação infantil e ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a

educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

- 1.15) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- 1.16) Estimular e manter o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Meta 2: Universalizar, em regime de colaboração, o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

Estratégias:

- 2.1) Manter, em regime de colaboração, a universalização do atendimento de toda clientela do Ensino Fundamental, garantindo o acesso e permanência de todas as crianças na escola;
- 2.2) Assegurar, dentro das possibilidades, a matrícula do aluno na instituição escolar mais próxima de sua residência;
- 2.3) Contribuir com a União no processo de consulta pública para elaboração de proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do Ensino Fundamental e colaborar com a implantação da base nacional comum curricular do Ensino Fundamental;
- 2.4) Apoiar e fortalecer, em regime de colaboração, o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

- 2.5) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 2.6) Apoiar, aos respectivos sistemas de ensino, o desenvolvimento de tecnologias pedagógicas que combine, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;
- 2.7) Incentivar a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;
- 2.8) Motivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
- 2.9) Oportunizar formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante, de acordo com as orientações da legislação vigente;
- 2.10) Oportunizar a participação dos estudantes em atividades extracurriculares, de caráter social, esportivo, cultural de incentivo e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.

Meta 3: Universalizar, em regime de colaboração, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

- 3.1) Colaborar com o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, tecnologia e cultura, garantindo-se a aquisição de

equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

- 3.2) Viabilizar, em regime de colaboração, o uso de espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;
- 3.3) Acompanhar e divulgar o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb, e enfatizar sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;
- 3.4) Estruturar e fortalecer, resguardadas as competências dos respectivos sistemas de ensino, o acompanhamento e o monitoramento ao acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;
- 3.5) Promover, em regime de colaboração, a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;
- 3.6) Colaborar com a organização de formas alternativas de oferta do Ensino Médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;
- 3.7) Cooperar com a promoção de ações de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, mantendo e incentivando a rede de proteção contra formas associadas de exclusão;
- 3.8) Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias:

- 5.1) Viabilizar, nos respectivos sistemas de ensino, a estruturação dos processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;
- 5.2) Aderir e participar dos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental;
- 5.3) Apoiar e divulgar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 5.4) Viabilizar, resguardadas as competências de cada ente federado, a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas, quando houver, e de populações itinerantes, com a disponibilização de materiais didáticos, instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;
- 5.5) Estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, apoiando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização;
- 5.6) Viabilizar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade específica.

Meta 6: Oferecer, em regime de colaboração, educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da Educação Básica.

Estratégias:

- 6.1) Promover, manter e ampliar com o apoio da União, a oferta de Educação Básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;
- 6.2) Buscar e aderir, em regime de colaboração, programas de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, atendendo as demandas locais;
- 6.3) Firmar parceria com os entes federados junto ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como o incentivo a produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;
- 6.4) Incentivar e apoiar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;
- 6.5) Viabilizar, em regime de colaboração, o atendimento das escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;
- 6.6) Garantir, em regime de colaboração, a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

- 6.7) Adotar, em regime de colaboração, medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades pedagógicas, recreativas, esportivas e culturais;

Meta 7: Fomentar, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, em regime de colaboração, a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Estratégias:

- 7.1) Viabilizar, junto aos gestores educacionais, acompanhamento dos alunos no que se refere à frequência, desempenho escolar, buscando traçar medidas que venham erradicar a evasão e melhorar o aproveitamento do processo de ensino e aprendizagem, bem como planejar e executar ações conjuntas, envolvendo toda a rede²⁹, a fim de amenizar e sanar gradativamente os problemas acima mencionados;
- 7.2) Articular, em regime de colaboração, a possibilidade de avaliação externa para escolas com número inferior ao mínimo estabelecido pelo órgão realizador da avaliação, respeitadas as diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e diversidade local;
- 7.3) Criar, na vigência deste plano, um programa de avaliação externa de desempenho para todos os alunos das escolas municipais;
- 7.4) Viabilizar, em regime de colaboração, transporte escolar de forma a garantir o deslocamento dos alunos e professores, de acordo com a legislação vigente;
- 7.5) Apoiar e incentivar as organizações estudantis, agremiações, associação de pais como espaços de participação e exercício da cidadania;

²⁹ Equipe multidisciplinar formada pelo serviço social, setor pedagógico e psicológico.

- 7.6) Viabilizar, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, equipe pedagógica em todas as escolas, de acordo com a demanda, possibilidades financeiras e de recursos humanos;
- 7.7) Constituir no âmbito das respectivas redes de ensino, equipes multidisciplinares e Intersetoriais, visando um trabalho efetivo junto às escolas articulando educação, saúde e assistência social.
- 7.8) Realizar estudos, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, com o objetivo de levantar alternativas para a organização dos tempos escolares em cada unidade de ensino, que visem à melhoria do Ideb e do aproveitamento escolar, prevendo recursos humanos e financeiros para tanto;
- 7.9) Assegurar, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, educação de qualidade aumentando gradativamente, das séries iniciais às finais, o nível de exigência, enfatizando a leitura, a escrita, a interpretação, o raciocínio lógico e a leitura de mundo;
- 7.10) Aderir, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do Ensino Fundamental, respeitada a diversidade local;
- 7.11) Estabelecer, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, quadro de pessoal compatível com a realidade verificada em cada escola, de acordo com as necessidades existentes;
- 7.12) Assegurar que:
- a) Em regime de colaboração, que até o 5º ano de vigência deste Plano, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos do Ensino Fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
 - b) No último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80%, pelo menos, o nível desejável;
- 7.13) Participar e atualizar dados para a organização de um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

- 7.14) Promover e ampliar, processo contínuo de autoavaliação das escolas por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;
- 7.15) Planejar e atualizar os planos de ações articuladas, em consonância com o PME, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolar, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;
- 7.16) Aderir, as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo as diferenças entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência do PME, as diferenças entre as médias dos índices municipais;
- 7.17) Acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, das respectivas redes públicas de ensino, fazendo análise e contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;
- 7.18) Apoiar, em regime de colaboração, o desenvolvimento de tecnologias educacionais e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas;
- 7.19) Garantir, em regime de colaboração, transporte gratuito de qualidade e segurança para todos os estudantes na faixa etária da educação escolar obrigatória;
- 7.20) Viabilizar, em regime de colaboração, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, a relação computador/aluno nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;
- 7.21) Aderir a programas a fim de aprofundar ações de atendimento ao aluno por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

- 7.22) Assegurar, em regime de colaboração, a todas as escolas públicas de educação básica, nos seus respectivos sistemas, o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 7.23) Buscar e aderir a programas nacionais de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;
- 7.24) Viabilizar, em regime de colaboração, nos respectivos sistemas de ensino, a aquisição e manutenção de equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;
- 7.25) Adequar-se aos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;
- 7.26) Aderir, apoiar e divulgar políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;
- 7.27) Aderir e incentivar, em regime de colaboração, políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- 7.28) Garantir e adequar, em regime de colaboração, nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas: afro-brasileira, indígenas e quilombolas, quando houve, assim como, populações itinerantes e educação escolar no campo, implementando ações educacionais, seguindo orientações das respectivas diretrizes curriculares nacionais, bem como, dos temas transversais;

- 7.29) Mobilizar, em regime de colaboração, as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- 7.30) Apoiar e incentivar a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, mantendo e incentivando a rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.31) Viabilizar, em regime de colaboração, ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.32) Incentivar a formação de leitores, bem como a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- 7.33) Garantir, em regime de colaboração, padrões mínimos de infraestrutura para o Ensino Fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com as realidades específicas, incluindo:
- a) espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente;
 - b) instalações sanitárias e para higiene;
 - c) espaço para esporte, recreação, biblioteca e serviço de merenda escolar;
 - d) adaptação de edifícios escolares para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais;
 - e) atualização e ampliação constante do acervo das bibliotecas;
 - f) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos, inclusive para aqueles alunos com necessidades educacionais especiais;
 - g) telefone e serviços de reprografia;
 - h) informática e equipamentos multimídia de qualidade para o ensino.
- 7.34) Assegurar, em regime de colaboração, a manutenção periódica dos itens “a” a “g” em todas as escolas e em dois anos garantir o item “h”.

Meta 9: Elevar, em regime colaboração, a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e contribuir para a redução em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

- 9.1) Colaborar com a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria;
- 9.2) Realizar, em regime de colaboração, diagnóstico dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos, durante os primeiros cinco anos de vigência deste plano;
- 9.3) Expandir, em regime de colaboração, ações de Alfabetização de Jovens e Adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 9.4) Aderir a programas de avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização e de conhecimento de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;
- 9.5) Apoiar ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de alimentação e saúde, em articulação com a área da saúde;
- 9.6) Realizar chamadas públicas regulares para a Educação de jovens e Adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre os entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;
- 9.7) Buscar e viabilizar projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos;
- 9.8) Incentivar e apoiar mecanismos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;
- 9.9) Apoiar nas políticas públicas de jovens e adultos as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas;

- 9.10) Viabilizar, em regime de colaboração, EJA diurno e noturno, de acordo com as demandas locais;
- 9.11) Manter, em regime de colaboração, atualizado o banco de dados referente às informações que dizem respeito à Educação de Jovens e Adultos, mediante pesquisas de campo, que venham a ser realizadas de 5 em 5 anos;
- 9.12) Incentivar ações que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil para a Educação de Jovens e Adultos;
- 9.13) Assegurar, que o sistema municipal de ensino, em regime de colaboração com as demais esferas governamentais, mantenha programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela e habilitados para, no mínimo, o exercício do magistério nas séries/anos iniciais do Ensino Fundamental, de forma a atender a demanda de órgãos públicos e privados envolvidos no esforço de erradicação do analfabetismo e aumento do nível de escolaridade da população.

Meta 10: Oferecer, em regime de colaboração, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias:

- 10.1) Aderir a programa nacional de Educação de Jovens e Adultos voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;
- 10.2) Expandir, em regime de colaboração, as matrículas na Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador;
- 10.3) Viabilizar, em regime de colaboração, a integração da Educação de Jovens e Adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da Educação de Jovens e Adultos;

- 10.4) Divulgar a oferta de oportunidades profissionais aos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional;
- 10.5) Buscar, em regime de colaboração, parcerias para reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;
- 10.6) Contribuir para a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania;
- 10.7) Cooperar com o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos, material didático, laboratórios e a formação continuada de docentes.
- 10.8) Aderir a programas nacionais de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional;
- 10.9) Colaborar com a permanente revisão e adequação dos cursos técnicos às exigências de uma política de desenvolvimento regional, observadas as demandas do mercado de trabalho, em colaboração com empresários, trabalhadores, órgãos competentes e com todas as esferas governamentais;
- 10.10) Apoiar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio;
- 10.11) Colaborar na busca por novos investimentos na educação profissional ofertada em instituições públicas que ofereçam o ensino técnico, a fim de assegurar recursos humanos, infraestrutura, equipamentos e tecnologia de ponta, para que possam disponibilizar um ensino de qualidade ao aluno, atendendo às necessidades do mercado de trabalho.

Meta 11: Colaborar para triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

- 11.1) Divulgar a oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;
- 11.2) Divulgar programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico;
- 11.3) Colaborar para a expansão do atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas, quando houver, de acordo com os seus interesses e necessidades;
- 11.4) Apoiar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4 EIXO II – SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES E VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS

4.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL

4.1.1 Diagnóstico

O início do atendimento às pessoas com deficiência no Brasil deu-se no século XIX, a partir de iniciativas oficiais e particulares isoladas, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional, inspirados em experiências europeias e norte-americanas.

A preocupação com a inclusão desta minoria marginalizada na política educacional brasileira veio ocorrer somente no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX.

A história da Educação Especial no Brasil foi se organizando sempre de forma assistencial, dentro de uma perspectiva de segregação e segmentação, fato que contribuiu para o isolamento da vida escolar e social das crianças, jovens e adultos com alguma deficiência.

A Constituição Federal de 1988 elege como fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana, tendo como um dos objetivos fundamentais a promoção do bem-estar de todos, sem discriminação, garantindo o direito à igualdade, estabelecendo o direito das pessoas com deficiência receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº. 9394/96 define a Educação Especial como modalidade de ensino e estabelece normas para seu funcionamento: oferta preferencialmente na rede regular de ensino; serviço de apoio especializado em classes e escolas especiais; currículos e métodos para atender as necessidades específicas de cada indivíduo; professores com especialização adequada, entre outras. Além da Constituição e da LDB, há outras leis, pareceres e resoluções que normatizam a Educação Especial, dentre elas, a Declaração de Salamanca, de 1994.

No município de Chapada, apesar de a colonização remontar aos primeiros anos do século XX, no decorrer de sua história, não se tem conhecimentos de levantamentos oficiais, nem mesmo estatísticos da população chapadense com deficiência, o que é facilmente explicável, considerando-se que durante um longo período de nossa história, até um passado bem recente, a pessoa com deficiência foi ignorada ou isolada pela sociedade.

Percebe-se que o processo de integração social foi demorado e teve início recentemente. Mesmo quando se iniciaram as tratativas para a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae de Chapada, não havia um registro sistemático do número de pessoas com deficiência no município.

O primeiro indicativo de pessoas com deficiência foi registrado mediante um cadastro feito pela própria Apae no ano de 2000, sendo que o número apurado foi de 86 pessoas, com diversos tipos de deficiências.

A Escola Municipal de Educação Especial Espaço Criador de Chapada, sentindo necessidade de conhecer de fato a realidade das pessoas com deficiência no município, em 2005, num trabalho conjunto com as Secretarias Municipal da Saúde e de Ação Social, com o auxílio dos agentes comunitários de saúde, realizou uma pesquisa de campo, obtendo dados bastante aproximados da realidade. Foram constatados 132 casos de deficiência, lembrando que a população do município era de 9.746 habitantes, conforme dados do IBGE /2000.

Na reformulação do Plano Municipal da Educação, novamente contatou-se com a Secretaria Municipal da Saúde, para que por meio dos agentes comunitários de saúde se realizasse uma nova pesquisa de campo, para atualizar os dados das pessoas com deficiência no município.

De acordo com a pesquisa realizada por amostragem, foram registrados 94 casos de pessoas com algum tipo de deficiência constatada, obtivemos os seguintes índices de acordo

com o gráfico abaixo. Lembramos que a população do município é de 9.377 habitantes, conforme dados do IBGE/2010.

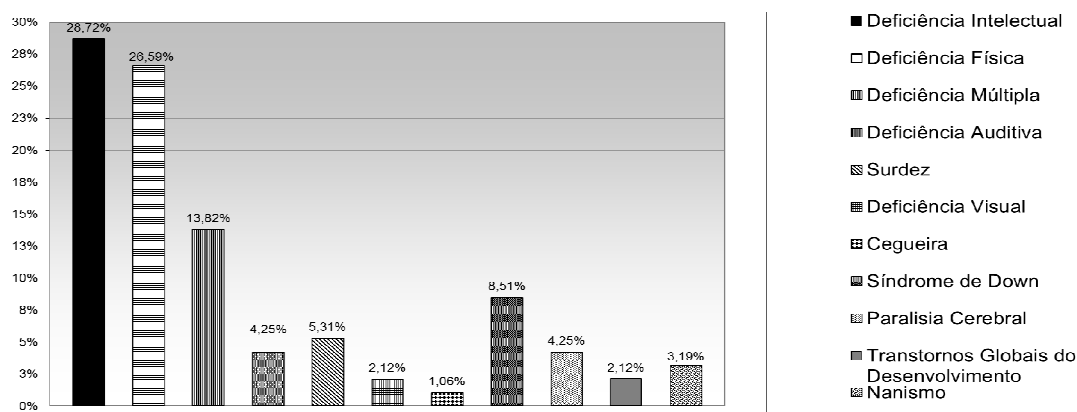


Gráfico nº 31:Índice da amostragem de pessoas com deficiência no município de Chapada/2014.

Fonte: Pesquisa de campo por amostragem no ano de 2014.

Vale ressaltar que, no município de Chapada, a oferta da Educação Especial sempre foi uma preocupação dos pais, o que de fato foi confirmado quando alguns destes fizeram questão de matricular seus filhos na escola comum, visando à inclusão dos mesmos. Inicialmente no ano de 1985, foi criada uma classe especial na escola comum junto ao Instituto Estadual de Educação Júlia Billiard agregando os alunos com idade escolar e que apresentavam alguma deficiência intelectual e/ou dificuldade de aprendizagem.

A experiência de atendimento de alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem numa turma de classe especial no IEE Júlia Billiard foi a precursora do processo de inclusão destes alunos, mesmo que por vezes o atendimento e o processo de inclusão não tenha sido o ideal, com ações, hoje, não mais aceitáveis, tais como, o atendimento de alunos com deficiências sensoriais no mesmo espaço escolar, porém essa experiência foi importante por ser a alternativa existente na época.

Em 1994 foi criada, por iniciativa de pessoas da comunidade, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – que, a partir de então, passou a atender as pessoas com deficiência do município.

Em 1995 começou a funcionar de forma extremamente precária a Escola de Educação Especial Espaço Criador – Apae, junto ao Centro Comunitário da Comunidade Evangélica Luterana a qual cedeu o espaço físico para que a escola funcionasse. No período de quatro anos essa funcionou, também, em outros locais.

Já em 1999, com a construção do prédio próprio foi criada a Escola Municipal de Educação Especial Espaço Criador, pelo Decreto Municipal nº. 018/99. A documentação

necessária para a legalização da escola foi encaminhada ao Conselho Estadual de Educação e o seu funcionamento foi autorizado através do Parecer nº. 166/2002.

A Educação Especial no município de Chapada, do seu início até os dias atuais, passou por várias mudanças, buscando sempre melhorar o atendimento educacional às pessoas com deficiência.

Em 2011, através da Lei Nº 2.218/2011 foi criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, um órgão deliberativo, de caráter permanente e paritário na sua composição, vinculado administrativa e financeiramente à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação que tem como competência, especialmente: formular diretrizes, acompanhar e fiscalizar a implementação da Política da Pessoa com Deficiência, com base no disposto dos Artigos 203 e 227 da Constituição Federal.

Em 2007 a Escola Municipal de Educação Especial Espaço Criador atendeu 26 alunos, os quais apresentavam as seguintes deficiências: mental, múltipla (mental associada a outras, como: física, visual e surdez) e Síndrome de Down. Além dos alunos que frequentavam a escola especial, haviam 12 alunos incluídos nas escolas comuns, os quais apresentavam as seguintes deficiências: mental, física, múltipla, surdez, cegueira e Síndrome de Down.

Em 2014, a Escola Municipal de Educação Especial Espaço Criador, atendeu 28 alunos matriculados na modalidade Educação de Jovens e Adultos e 05 alunos na Estimulação Precoce, sendo que 03 destes frequentam a escola comum.

Os alunos da escola especial recebem atendimento pedagógico em sala de aula, de acordo com o Projeto Político Pedagógico e estão organizados nas turmas da seguinte maneira: Estimulação Precoce, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Atendimento Educacional Especializado. Além do atendimento pedagógico, os alunos ainda participam de eixos temáticos, oficinas em turno inverso e atendimentos da equipe multidisciplinar: fonoaudióloga, fisioterapeuta, psicóloga e assistente social, buscando atender as necessidades individuais, auxiliando no desenvolvimento de seu bem-estar.

Nas escolas comuns, os alunos incluídos têm direito a atendimento pedagógico, com currículo adaptado previsto em Lei. Alguns alunos com deficiência que estão incluídos recebem atendimento da equipe multidisciplinar na escola especial ou na escola comum. Cabe ressaltar, que os professores atuantes na educação especial possuem formação na área, porém a maioria dos professores das salas comuns com alunos incluídos têm dificuldade de atuar no contexto da inclusão, considerando a demanda da educação especial e da escola comum.

A Escola de Educação Especial Espaço Criador também participa do Programa Saúde na Escola, uma iniciativa do Governo Federal que objetiva o acompanhamento médico e odontológico a todos os alunos inseridos nas escolas, com o intuito de melhorar

gradativamente a qualidade de vida e também possibilitar o acompanhamento integral das atividades oferecidas na escola, tais como: hidroginástica e hidroterapia.

Ao pensar em inclusão escolar, deve ser levada em consideração a questão da acessibilidade, que é a condição básica para a inclusão social e escolar das pessoas com deficiências. Hoje, entende-se que a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos. Desta forma, torna-se imprescindível destacar que os direitos humanos, a democracia e acessibilidade são indissociáveis, pois representam o respeito e a valorização da diversidade humana, como instrumento de bem-estar e de desenvolvimento inclusivo, além do direito de ir e vir. Assim sendo, a acessibilidade não se restringe ao acesso ao espaço físico, relaciona-se, sobretudo, com o conforto e qualidade de vida dos cidadãos. Nessa condição ela abrange todas as soluções que permitam eliminar barreiras para pessoas com deficiência ou de mobilidade condicionada. Todos nós, de uma maneira ou de outra, teremos um dia condicionantes no acesso e na mobilidade dos espaços de uso comum.

A questão da acessibilidade é um campo interdisciplinar. Desta forma conclui-se que acessibilidade é um conjunto de esforços que se realiza em diferentes âmbitos da atividade humana para facilitar o acesso a meios e recursos sociais, culturais e educacionais, com o objetivo de reduzir o efeito de uma limitação do meio ambiente, proporcionando maior igualdade às pessoas com deficiência.

Analisando o contexto das escolas comuns, percebe-se, quanto aos aspectos físicos, que a maioria das escolas ainda tem muito a realizar, já que algumas apenas apresentam rampa de acesso. Na Escola Especial destacamos a necessidade de uma quadra esportiva coberta, a fim de desenvolver atividades físicas, recreativas e de integração social. Em relação à acessibilidade no que se referem às adaptações curriculares, os professores têm consciência de que as mesmas estão contempladas nos documentos escolares, mas na prática muitas vezes deixam de acontecer.

Quanto ao material de apoio pedagógico, a escola está sendo contemplada gradativamente em alguns aspectos, porém falta a orientação de um profissional de Terapia Ocupacional, a fim de possibilitar maior aproveitamento das tecnologias assistivas. Assim como, ampliar e modernizar a sala de informática, pois seus computadores não atendem a demanda escolar, necessitando ampliar o número de computadores, adaptá-los a necessidades dos alunos especiais e atualizá-los.

No que se refere à educação especial no município, percebe-se um significativo avanço, uma vez que, as crianças a partir do diagnóstico de deficiência, passam a ter atendimento Multidisciplinar e de Estimulação Precoce, do zero aos três anos, o que vem a

contribuir com o seu desenvolvimento bio-psico-social, sendo em seguida, encaminhados ao Atendimento Educacional Especializado.

Sendo assim, a educação atual tem como grande desafio garantir a todos o acesso e a permanência na escola, juntamente com a construção do conhecimento de forma coletiva e com qualidade, atendendo as diversidades educativas de cada sujeito.

Nesta perspectiva, então, através do decreto municipal nº 22/2011 fica instituído o Núcleo de Apoio Pedagógico – Nuap – na intenção de efetivar a política de educação na sua totalidade como objetiva a Constituição Federal através do artigo 205 que se refere às condições necessárias para a escola democrática e cidadã.

A importância da instituição do Nuap é a promoção da interação discente-docente-família-comunidade, pois no cotidiano escolar enfrentam-se complexas questões que não é possível enfrentar sozinho, precisando de outros saberes e enfatizando o trabalho de rede, especialmente educação-saúde-ação social.

Este trabalho será estruturado por uma equipe multidisciplinar nas escolas comuns, formada pelos setores psicológico, serviço social e pedagógico em articulação com demais profissionais envolvidos no processo educativo.

Neste contexto, a inclusão escolar não significa simplesmente matricular os educandos com deficiência nas classes comuns, ignorando suas necessidades específicas, mas significa conceder ao professor e à escola o suporte necessário a sua ação pedagógica, assegurando aos alunos uma educação de qualidade. Partindo dessa compreensão, faz-se necessário que os educadores sejam estimulados para desenvolver uma prática pedagógica que transforme a realidade da escola, na qual a diferença não signifique desvantagem. Para tanto, é necessário o aperfeiçoamento constante, por meio da formação continuada, trabalho em equipe, busca de redes de apoio, participação e comprometimento da família no processo educacional, utilização de materiais didáticos específicos, metodologia de trabalho adequada para cada caso, dentre outras questões.

Partindo desse pressuposto, a inclusão objetiva que todos os educandos recebam o mesmo tipo de ambiente e condições de ingresso, promovendo a preparação de todos os agentes educacionais no sentido de trabalhar seus estereótipos e preconceitos para que seja oferecida uma educação de qualidade para todos. Além disso, deve-se focar as potencialidades e não as deficiências, valorizando-se a diversidade da sociedade.

Enfim, a educação inclusiva requer uma mudança do olhar em relação a todos aqueles que de alguma forma são excluídos do processo educacional e da sociedade, e esta transformação não se dará de forma natural e nem tampouco rápida. Há, portanto, muito

trabalho pela frente, acrescentando-se que a inclusão deve ser vista como um processo social que envolve a todos.

A educação inclusiva é um movimento de todos os setores educacionais e não somente da Educação Especial. Nesse sentido, dentre a multiplicidade de práticas sociais que podem ampliar e fortalecer políticas públicas que visem à proteção social, destacam-se: a articulação e cooperação entre os setores de educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, cultura; a organização de programas de formação continuada dos profissionais da educação, qualificando-os para o trabalho com a diversidade; a ampliação do compromisso político com a educação inclusiva, fomentando o envolvimento das famílias e da comunidade nas ações educativas.

É importante ressaltar que a inclusão começa pela família e pela escola, nas quais as crianças, os jovens e os adultos devem experienciar convivência com todos.

A família tem um papel primordial no processo de inclusão, desde a aceitação da deficiência do membro familiar até a busca de recursos necessários para o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência. Percebe-se que, por vezes, mesmo que as escolas e a rede de apoio (Saúde, Conselho Tutelar, Serviço Social, Equipe Multidisciplinar) façam os encaminhamentos necessários, nem sempre a família corresponde, aceita e se compromete com as suas responsabilidades.

Temos no município alunos incluídos em todas as escolas comuns, porém, a mesma legislação que exige este atendimento nem sempre oferece as condições adequadas para que a inclusão aconteça de fato e de forma a propiciar o crescimento intelectual e social do aluno. Percebem-se salas com elevado número de alunos, dentre eles, alunos incluídos e muitas vezes deslocados no ambiente escolar, necessitando orientação e acompanhamento, para garantir uma educação de qualidade a todos.

O município conta com quatro salas de recursos multifuncionais nas escolas IEE Júlia Billiard, EMEF Érico Veríssimo e EMEE Espaço Criador na área urbana e EEEF Aloysio Hofer localizada na área rural. Em cada uma destas salas de recursos há um profissional habilitado de 20 horas que realiza os atendimentos com exceção da sala de recursos do IEE Júlia Billiard que conta com um profissional de 40 horas semanais. Estas salas atendem 29 alunos da escola comum e 02 alunos da escola especial. Importante salientar que o atendimento oferecido também é estendido aos familiares que precisam se integrar ao desenvolvimento do aluno com deficiência. Na EMEE Espaço Criador é oferecido atendimento de forma a contemplar a Língua Brasileira de Sinais, a fim de facilitar a comunicação entre pais e filhos com deficiência auditiva e/ou surdez.

Mesmo que tenhamos avançado no atendimento nas salas de recursos, sente-se a necessidade de ampliar o número de atendimentos oferecidos aos alunos matriculados, para potencializar os resultados almejados. Para tanto, necessita-se também ampliar a carga horária dos professores ou a oferta dos mesmos.

Os atendimentos na sala de recursos são ofertados preferencialmente em turno inverso ao da escola comum, podendo realizar-se três vezes semanais, dependendo da necessidade do educando. Avançou-se muito nas políticas de atendimento de educação especial em nosso município. Ampliamos a oferta de atendimento com as salas de recursos, estimulação precoce, Língua Brasileira de Sinais, o trabalho em rede com os vários segmentos e profissionais de todas as áreas. Porém, ainda temos muitos desafios quando pensamos nos direitos das pessoas com deficiência, desde os mais elementares, como romper com o preconceito, inserir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho, oferecer condições adequadas de acesso à escolarização e preparação para o trabalho. Precisamos pensar em políticas públicas que rompam com o conceito assistencialista que ainda vigora em nosso meio. O grande desafio é romper com as barreiras existentes para que todas as pessoas, tendo alguma deficiência ou não, possam viver dignamente na sociedade.

4.1.2 Diretrizes

A Educação Especial perpassa todos os níveis e modalidades da educação, focaliza as peculiaridades do sujeito com deficiência, articulando as orientações e normatizações das políticas públicas, concernentes à educação como um todo e, igualmente, àquelas elaboradas especificamente para o atendimento especializado em determinadas situações não contempladas na legislação do ensino regular.

A Educação Especial tem como princípio norteador o respeito às diferenças e se alicerça na concepção e na busca concreta de uma inclusão responsável, que concebe o educando com deficiência em sua totalidade humana, levando em consideração não apenas, seus aspectos orgânicos, mas, principalmente, suas condições psicológicas, sociais, econômicas e familiares. Definida como uma modalidade de educação escolar, é oferecida a partir de uma concepção inclusiva, tanto em espaços específicos quanto em classes comuns nos diferentes níveis de ensino. Não deve ser pensada como algo estranho ao sistema regular de ensino, pois dele faz parte e o completa. Respeita as diferentes etapas de desenvolvimento do educando, as faixas etárias, as modalidades e os níveis de ensino.

A Educação Especial deve ser permanentemente construída e reconstruída a partir das singularidades e das necessidades especiais dos educandos, seja por deficiência física,

sensorial, mental ou múltipla, com características de: surdez, condutas típicas ou altas habilidades/superdotação. A inclusão responsável tem, ainda, como princípio, o respeito à singularidade de cada um dos sujeitos com deficiência, de forma que estes tenham acompanhamento sistemático não só de educadores, mas também de professores especialistas e, quando necessário, de profissionais da área da saúde.

A adequada inclusão do educando com deficiência vai além da mera oferta de acesso ao sistema educacional. Leva em consideração as diferenças, necessidades e possibilidades de cada sujeito, buscando garantir-lhe o direito à construção do conhecimento em classes comuns do ensino regular, com ou sem apoio em salas de recursos ou escola especial.

A inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino não implica, de forma alguma, o término ou a desativação da escola especial. Esta sempre será necessária, devido à diversidade de deficiências existentes.

O grande desafio a ser enfrentado é operacionalizar, no Projeto Político Pedagógico, a inclusão escolar de modo que todos os alunos, independentemente de classe, raça, gênero, sexo, características individuais ou necessidades educacionais especiais, que possam aprender juntos em uma escola de qualidade. Para que isso aconteça, contudo, é essencial a formação de recursos humanos qualificados para o atendimento da demanda das necessidades educacionais especiais, desde o nascimento até a idade adulta, ou até sua parcial ou total autonomia.

Os professores especializados devem estar qualificados para identificar alunos em suas singularidades, diferenciando aqueles com necessidades especiais dos que apresentam dificuldades comuns de aprendizado, como problemas de dispersão e atenção, ou problemas disciplinares, a fim de evitar a prática de incluir nas salas de recursos todos os inadaptados à escola. Ademais, esses professores necessitarão da colaboração de uma equipe multidisciplinar e de material adequado para auxiliá-los no diagnóstico e acompanhamento de seus alunos.

A partir do exposto, fica evidente a necessidade de manter a interação entre município e entidades filantrópicas envolvida com a área da Educação Especial, a fim de garantir um atendimento adequado aos educandos para que a inclusão de fato se concretize.

Tendo em vista as especificidades dessa modalidade de educação e a necessidade de promover a ampliação e a melhoria do seu atendimento, recomenda-se reservar-lhe recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Faz-se necessário, ainda, estabelecer uma parceria entre Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Secretaria Municipal da Saúde e Ação Social, no sentido de dispor recursos para a execução das ações na área da Educação Especial.

4.1.3 METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 4: Universalizar, em regime de colaboração, para a população de 4 a 17 anos com deficiência intelectual, sensorial, física, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso a educação básica e o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

- 4.1) Informar, acompanhar e fiscalizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, as matrículas dos educandos da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas seja elas da escola comum ou especial;
- 4.2) Garantir, o atendimento escolar, a demanda manifesta pelas famílias e a necessidade observada pelos profissionais da saúde, de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o serviço de estimulação precoce, em parceria com as áreas da saúde e assistência social, e demais programas destinados a ofertar e ampliar gradativamente este atendimento, em instituição especializada e/ou escola de Educação Infantil comum;
- 4.3) Manter e ampliar, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, ao longo deste PME, Salas de Recursos Multifuncionais e o aumento da carga horária ofertada e viabilizar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado e da rede regular de ensino;
- 4.4) Garantir, em regime de colaboração, atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncionais e escola especial, nas formas complementar e suplementar, a todos os alunos com deficiência intelectual, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

- 4.5) Promover, em regime de colaboração, permanentemente, a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e permanência das pessoas com deficiência, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação;
- 4.6) Viabilizar a construção de uma quadra esportiva coberta, em regime de colaboração, na Escola Municipal de Educação Especial Espaço Criador, a fim de desenvolver atividades físicas, recreativas e de integração social;
- 4.7) Ampliar e modernizar, em regime de colaboração, em um prazo de três anos, a sala de informática da EMEE Espaço Criador;
- 4.8) Viabilizar a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – Libras como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva, nas escolas inclusivas e classes bilíngues, bem como, adoção do sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos, bem como para seus familiares e para o quadro de pessoal da unidade escolar, mediante um programa de formação específica;
- 4.9) Viabilizar, no prazo de um ano, a oficialização da Língua Brasileira de Sinais no município, reconhecendo-a como língua materna dos surdos;
- 4.10) Garantir, em regime de colaboração, a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida à articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;
- 4.11) Ampliar, em regime de colaboração, os serviços especializados prestados pela escola de Educação Especial e Sala de Recursos Multifuncionais e a relação destas com as escolas comuns do município, de forma a garantir o suporte necessário a todos os que trabalham com alunos deficientes, inclusive com suporte de um Terapeuta Ocupacional;
- 4.12) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência intelectual, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate as situações de discriminação, preconceito e violência, com vista ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em

colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

- 4.13) Promover, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, o desenvolvimento de metodologias interdisciplinares, socialização de práticas, materiais didáticos conforme especificidades, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência intelectual, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 4.14) Incentivar a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltado à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;
- 4.15) Apoiar a ampliação das equipes de profissionais com formação na área da educação especial, para atender a demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência intelectual, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, segundo professor, tradutores e intérpretes de Libras, guia-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdo, e professores bilíngues;
- 4.16) Viabilizar o apoio de um profissional para assessorar os professores da Educação Especial na rotina escolar conforme as necessidades e as demandas da escola especial;
- 4.17) Promover parcerias entre a escola comum e especial, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência intelectual, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculadas na rede regular de ensino;
- 4.18) Garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas comuns, a fim de viabilizar o fortalecimento da inclusão escolar nas instituições públicas;
- 4.19) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível assim como os serviços de

acessibilidades necessárias ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculadas nas redes de ensino;

- 4.20) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;
- 4.21) Ofertar, em regime de colaboração, o atendimento de Equoterapia, a contar da promulgação deste PME, aos alunos com deficiência intelectual, sensorial, síndromes, transtornos globais do desenvolvimento mediante consórcios entre municípios;
- 4.22) Manter, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, a proposta da educação inclusiva, no Projeto Político Pedagógico das unidades escolares, do atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, através de currículos e recursos adaptados;
- 4.23) Articular ações, em regime de colaboração, e estabelecer mecanismos de cooperação com a política de educação para o trabalho em parceria com organizações governamentais, não-governamentais e instituições privadas, para o desenvolvimento de programas de qualificação profissional aos alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo a sua inserção no mercado de trabalho;
- 4.24) Manter, em regime de colaboração, atualizado um banco de dados com informações sobre a população a ser atendida pela Educação Especial;
- 4.25) Assegurar, em regime de colaboração, apoio técnico e financeiro a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae;
- 4.26) Viabilizar, em dois anos, o transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentam dificuldades de locomoção ou cadeirantes;

Meta 8: Elevar, em regime de colaboração, a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência do PNE, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estratégias:

- 8.1) Aderir e incentivar os programas para desenvolver tecnologias visando à correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, com defasagem idade-série, ou que estejam fora da escola, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização;
- 8.2) Aderir a programas de Educação de Jovens e Adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;
- 8.3) Viabilizar, em regime de colaboração, acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio;
- 8.4) Divulgar a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;
- 8.5) Promover, em regime de colaboração, entre as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino;
- 8.6) Promover, em regime de colaboração, busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude, bem como o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola;
- 8.7) Oportunizar, em regime de colaboração, EJA nas comunidades que apresentarem maior procura, transformando-as em polos que venham a atender a localidade e o seu entorno.

4 EIXO III – VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

5.1 MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

5.1.1 Diagnóstico

Investir na educação e aperfeiçoamento resulta em que os profissionais possam oferecer um ensino de qualidade, ou seja, um ensino mais relevante e significativo para os alunos. Para tanto, é necessário criar mecanismos de formação inicial e continuada que correspondam às expectativas.

Este investimento em qualificação e na valorização do magistério é uma forma de assegurar acesso a oportunidades de exercício da cidadania, bem como, à melhoria da qualidade do ensino. É importante e necessário caracterizar o papel dos profissionais do magistério na comunidade escolar, propiciar condições adequadas de trabalho e fortalecer o comprometimento dos professores com sua função social.

Como estratégia para que essa valorização ocorra, é importante promover a adequação dos Planos de Carreira do Magistério à legislação vigente com a participação direta e efetiva dos seus membros, de forma a assegurar sua valorização e atender as demandas das políticas públicas de educação. Isso é possível por meio da garantia de continuidade e aperfeiçoamento das políticas de valorização do magistério, da formação continuada de professores e servidores em serviço e da habilitação em licenciatura plena desses profissionais.

Nesse propósito, verificou-se, nos últimos anos, um amplo enfoque legal em âmbito nacional, determinando diretrizes para a valorização e qualificação dos profissionais da educação, com o intuito de elaborar objetivos e metas, definir e elencar a responsabilidade de cada esfera governamental.

Já na Constituição Federal de 1988, um dos princípios estabelecidos em seu artigo 206, inciso V, foi a Valorização dos Profissionais da Educação, com base no qual o ensino deve ser ministrado no país. Essa inclusão deixa evidente o entendimento de que a profissionalização do magistério é condição para garantir padrão de qualidade da educação escolar pública, correspondendo à elevação do nível de formação dos professores, planos de carreira com acesso dos profissionais mediante concurso, prevendo remuneração condigna e melhoria das condições de trabalho e ascensão na carreira.

Em dezembro de 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – que faz uma ampla abordagem sobre a formação e a carreira do magistério, nos artigos 61 a 67. A mesma abre uma nova perspectiva para a educação, principal alicerce para o desenvolvimento do país.

Conforme a LDB, em seu artigo 62, para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, os docentes devem ser formados em cursos de Licenciatura Plena, e para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os professores podem ainda, ser formados em Curso Normal de Ensino Médio. No entanto, nas disposições transitórias da LDB, artigo 87, § 4º, fica determinado que: “Até o fim da Década da Educação³⁰ somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.”

A entrada em vigor da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que aponta para a progressiva exigência da formação em nível superior para todos os professores, determina o novo perfil dos profissionais da educação. Os programas de formação inicial de docentes em exercício, em nível médio e superior, com base no disposto na Resolução nº 3/97, artigo 5º, passam a considerar como prioridade: as áreas curriculares carentes de professores; a situação funcional dos professores com mais tempo de exercício a ser cumprido no sistema e a utilização de metodologias diversificadas, incluindo as que empregam recursos de educação à distância.

5.1.1.1 Progressão da Formação dos Profissionais da Educação no Brasil

No período de 1996 a 2002, o índice de docentes com Licenciatura no Brasil aumentou de forma gradativa. Já no período de 2002 a 2014 esse índice foi ainda mais significativo, conforme podemos observar no gráfico nº. 32.

³⁰*Década da Educação*: prazo determinado a iniciar-se um ano após a publicação da LDB.

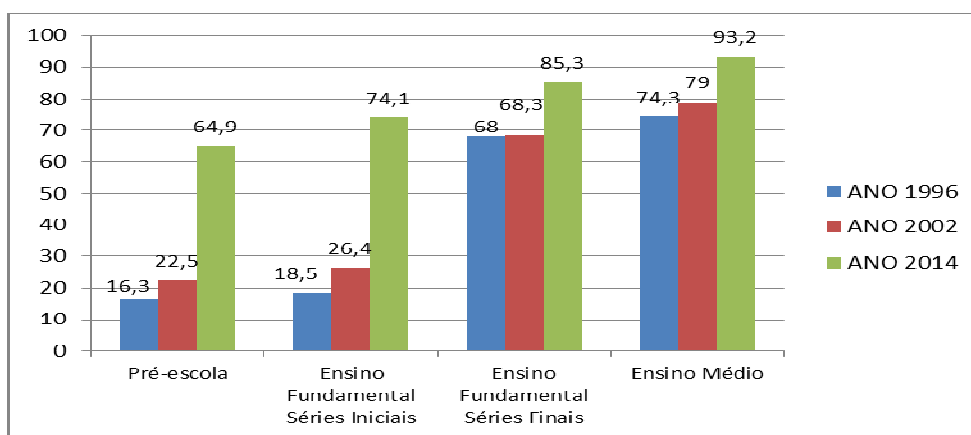


Gráfico nº. 32: Índice de funções docentes por grau de formação atuando na Educação Básica em nível de Brasil – 1996, 2002 e 2014.

Fonte: MEC/INEP.

A partir da análise dos gráficos, constata-se que aumentou o número de docentes atuando com qualificação adequada ao nível de ensino, o que demonstra o real investimento na formação desses profissionais. Nesse sentido, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como um dos grandes incentivos para a continuidade do crescimento nos índices de formação dos docentes.

Além de prever a elevação do nível da formação dos docentes, a LDB estabelece também, a Formação Continuada ao Magistério. Em seu artigo 67, inciso II, dispõe que os Planos de Carreira devem assegurar aperfeiçoamento profissional continuado, orientando que as universidades ofereçam programas para os profissionais de educação dos diversos níveis, podendo ser oferecidos por outras instituições de educação superior e secretarias de educação dos Estados e municípios, em cursos de extensão, sequenciais e pós-graduação.

Também, passou-se a considerar a escola como unidade de capacitação permanente, assegurando, com esse objetivo, horas-atividade na jornada de trabalho do professor conforme artigo 67, inciso V, da LDB, as quais devem ser também utilizadas para reuniões ou oficinas pedagógicas, troca de experiências entre profissionais da mesma escola ou de mais de uma unidade escolar e integração entre professores novos e aqueles com mais tempo de magistério.

Em relação à carreira do magistério, a LDB deu outro enfoque à progressão funcional, a qual passou a se basear na *titulação ou habilitação* e na *avaliação de desempenho*, dois eixos que passaram a ser fundamentais na organização da carreira dos profissionais da educação. Assim, definiu-se uma variação de remuneração entre os níveis médio e superior, como estímulo para a busca da Licenciatura Plena. No artigo 67 fica estabelecido que o ingresso se dê exclusivamente por concurso público de provas e títulos, não podendo, ocorrer

apenas por meio de provas. Para manter banco de concursados que atenda às necessidades da rede de ensino, o concurso público, considerando-se sua validade de dois anos, prorrogável por igual período consecutivo, deve ser realizado pelo menos de quatro em quatro anos, conforme estabelecido na Resolução nº 3/97, artigo 3º, § 2º. Ademais, o estágio probatório, com duração ampliada de dois para três anos, pela Reforma Administrativa de 1998, deve constituir-se em momento privilegiado de avaliação do professor, após a posse, para confirmar sua permanência ou não no quadro do magistério.

A *avaliação de desempenho*, entendida, como incentivo de progressão por qualificação do trabalho docente, por meio da qual são medidos os resultados do trabalho do professor, passou a constituir um fator importante para a progressão na carreira do magistério, em detrimento de outros critérios, como tempo de serviço, certificados de participação em cursos e atividades de capacitação e aperfeiçoamento. A avaliação passou a se fundamentar em critérios transparentes e mensuráveis, como produção de material didático-pedagógico, aprendizagem, atitudes e competências dos alunos, sem serem desconsiderados aspectos como assiduidade e pontualidade.

Segundo essa nova concepção, a docência constitui-se como eixo central das funções do magistério, devendo as demais servir-lhe como suporte, promovendo condições e meios necessários ao desenvolvimento da relação ensino/aprendizagem. Assim sendo, o profissional do magistério deve ser antes de tudo, professor, para conhecer e experimentar essa relação em todas as suas dimensões. A inclusão da direção, entre as funções de suporte, conforme Resolução nº 3/97, evidencia seu caráter de apoio à docência, na medida em que deve constituir atividade de coordenação da elaboração e execução da proposta pedagógica da escola, e não atividade meramente administrativo-financeira.

Aprovada simultaneamente à LDB, a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – Fundef/Lei 9424/96, – tem como um dos seus objetivos, criar condições para a valorização do magistério, assegurando remuneração condigna aos profissionais do ensino público, estabelecendo em seus artigos 9º e 10º que Estados, Distrito Federal e municípios devem elaborar seus Planos de Carreira de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação. O Fundef estabelece equivalência entre o valor anual por aluno e a remuneração média mensal dos professores do Ensino Fundamental público, em cada unidade federada, para uma jornada de 20 horas de aula e 5 horas de atividades e uma relação média de 25 alunos por professor, no respectivo sistema de ensino.

Após alguns anos de reivindicações dos Estados e municípios, quanto aos investimentos na Educação Básica em âmbito nacional, em 20 de junho de 2007 foi aprovada

a Lei nº 11.494, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb– alterando a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, revogando dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004.

Esta Lei determina que os fundos passem a destinar-se à manutenção e ao desenvolvimento da Educação Básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração. Os referidos fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, passam a compor 20% das fontes de receita e não mais 15%, conforme previsto anteriormente pelo Fundef. Institui também, a parcela da complementação da União, a ser fixada anualmente pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, limitada a até 10% de seu valor anual, a qual poderá ser distribuída para os fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da Educação Básica, dependendo, entre outros critérios, do desempenho do sistema de ensino no que se refere ao esforço de habilitação dos professores, da aprendizagem dos educandos, da melhoria do fluxo escolar e da vigência de plano estadual ou municipal de educação aprovado por lei.

Para os fins da distribuição dos recursos de que trata esta Lei, são consideradas exclusivamente as matrículas presenciais efetivas, conforme os dados apurados no censo escolar mais atualizado, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – e destes, pelo menos 60% dos recursos anuais totais dos fundos são destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública, conforme consta no artigo 22.

Em relação ao disposto no artigo 22, citado anteriormente, passou-se a considerar como *remuneração* o total de pagamentos devidos aos profissionais da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes; como *profissionais do magistério*, os docentes, o suporte pedagógico direto ao exercício da docência (direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica); como *efetivo exercício*, a atuação no desempenho das atividades de magistério, associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera.

Ficou previsto também, pela Lei do Fundeb, em seu artigo 41, que o poder público deveria fixar, em lei específica, até 31 de agosto de 2007, piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. Em 16 de julho de 2008, foi

sancionada a Lei nº 11.738, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. Foi este que passou a ter validade a partir de 27 de abril de 2011, quando o Superior Tribunal Federal reconheceu sua constitucionalidade. O Piso Salarial Profissional Nacional é um valor estipulado para uma jornada de, no máximo, 40 horas semanais. Na composição desta jornada, destina-se o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

Com base no exposto anteriormente, e procurando seguir as normas emanadas das leis que definem as diretrizes para a Educação Nacional, o município buscou promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aperfeiçoamento profissional continuado, progressão funcional baseada na titulação e na avaliação do desempenho, período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluídos na carga horária de trabalho, condições adequadas de trabalho, procedendo à reformulação do plano de carreira, criado em 1990, em parceria com o quadro do magistério público municipal.

Em 2001, a Lei Municipal nº 1.427/01 aprovou o novo Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, após ser revisado, atualizado e adequado às novas diretrizes emanadas das Leis 9.131/95, 9.394/96, 9.424/96 e normas que o regulamentaram. Essa revisão contou com a participação dos profissionais do quadro do Magistério e da Assessoria Jurídica do município, culminando com a edição do Novo Plano de Carreira do Quadro do Magistério Público Municipal, atendendo aos anseios destes profissionais. Em 2007, através da Lei Municipal nº 1.848 de 19 de abril deu-se a Consolidação da Lei Municipal nº 1.427/01, permanecendo em vigor até que seja adequada, se necessário for.

Anteriormente às alterações do Plano de Carreira, as escolas municipais contavam somente com o diretor para realizar todas as tarefas de gestão. Atendendo ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio 2000), ampliou-se o quadro de funcionários. O novo Plano de Carreira do Magistério trouxe a possibilidade de reestruturar o quadro de pessoal técnico, aumentando o quantitativo de cargos para supervisão escolar e criando cargos para vice-diretor administrativo e pedagógico.

Quanto à nomeação de professores, o município passou a admitir aqueles que possuem as qualificações previstas no artigo 62 da LDB, ressaltando-se que a contratação se dá mediante concurso público e, apenas em casos emergenciais, faz-se contrato por tempo determinado. Os concursos municipais são realizados para carga horária de 20 horas semanais, das quais 1/3 (um terço) é reservado às horas-atividades. Além disso, juntamente

com o plano de carreira foi instituída uma Planilha de Avaliação de Desempenho, preenchida anualmente, na qual o docente deve atingir a pontuação mínima para avançar na carreira.

É possível afirmar que o plano de carreira dos professores municipais, em termos gerais, cumpriu seu objetivo. A atual distribuição dos professores, nos níveis, conforme tabela nº 17, indica que ocorreu a possibilidade de reorganização da carreira do magistério, tendo consciência de que a valorização do quadro só pode ser obtida por meio de uma política que implica, simultaneamente, a formação profissional inicial e as condições dignas de trabalho, salário, carreira e a formação continuada.

Tabela nº. 18: Progressão nos níveis da carreira do magistério público municipal /2001, 2007 e 2014.

Níveis	Anos		
	Nº de Professores – 2001	Nº de Professores - 2007 (abril)	Nº de Professores – 2014
1– Magistério	29	15	03
1A - Magistério e Adicionais	13	05	01
2 – Licenciatura	41	63	36
3 - Pós-Graduação	04	33	67
4 - Mestrado ou Doutorado	-	01	-
Total	87	117	107

Fonte: DRH/Prefeitura Municipal /2001,2007 e 2014.

Acredita-se que essa mudança ocorreu devido a diversos fatores que facilitaram o acesso dos professores aos cursos universitários, tanto na questão financeira, quanto na locomoção. Também o percentual de aumento na remuneração dos professores do nível 1 para o nível 2, passando de 10% para 60%, a realização de convênios entre a prefeitura e universidades com redução no valor das mensalidades, o pagamento de transporte para os professores, a realização de cursos de pós-graduação no município são alguns fatores que influenciaram essas mudanças.

Atualmente contamos com outras formas de incentivo para a busca de formação. Dentre elas podemos citar a Plataforma Freire que se destina aos profissionais da educação em regência de classe que queiram buscar sua primeira formação, bem como uma segunda graduação para quem estiver atuando em outra área. Também existem outras formas que estimulam à formação, tais como Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), Prouni (Programa Universidade para Todos), os cursos não presenciais e o Passe Livre que favorecem o ingresso e o deslocamento às instituições de Ensino Superior.

Da mesma forma, buscou-se uma maior qualidade na educação realizando concursos por nível de ensino. Em 1998, ocorreu o primeiro concurso para a atuação nas séries finais do Ensino Fundamental e em 2001, o primeiro para atuação na Educação Infantil e Educação Especial, objetivando uma melhor qualificação profissional para estas modalidades.

Em relação ao quadro geral de professores em exercício no município, podemos afirmar que está suprimindo a demanda das escolas, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela nº. 19: Número de Professores por setor/nível/modalidade de atuação / 2007 e 2014.

Nível/Modalidade de Atuação	Estadual		Municipal		Total	
	2007	2014	2007	2014	2007	2014
Setor Pedagógico e Administrativo	26	13	26	18	52	26
Educação Infantil	04	-	16	28	20	27
Ensino Fundamental Séries Iniciais	13	15	32	26	45	41
Ensino Fundamental Séries Finais	23	26	39	29	62	51
Ensino Médio	29	55	-	-	29	55
Educação Especial	-	02	04	06	04	07
Total	95	111	117	107	212	207

Fonte: Levantamento de Dados/SMEC /2007 e 2014.

O número de matrículas em ambos os sistemas de ensino, oscila e a tendência é a diminuição gradativa devido aos fatores sociais globais como: planejamento familiar, custo de vida, migrações entre outros.

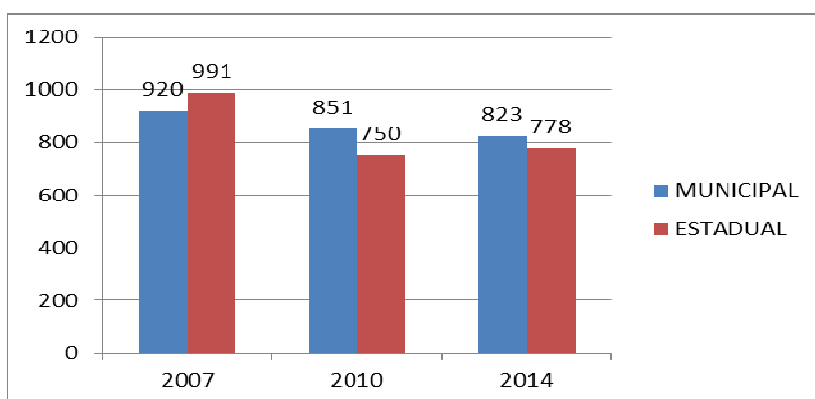


Gráfico n°. 33: Número de alunos por rede de ensino / 2007, 2010 e 2014.

Fonte: Levantamento de Dados – SMEC / 2007, 2010 e 2014.

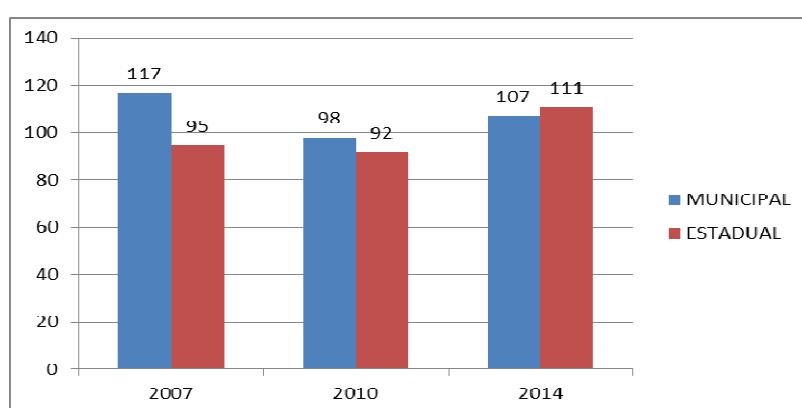


Gráfico n°. 34: Número de professores por rede de ensino / 2007, 2010 e 2014.

Fonte: Levantamento de Dados/SMEC/ 2007, 2010 e 2014.

O gráfico que apresenta dados referentes aos professores que atuam nos sistemas de ensino existentes no município demonstra oscilações, com relevância para um aumento significativo após 2010, devido implantação de 1/3 de planejamento previsto na Lei do Piso Salarial Nacional e o aumento no número de matrículas na Educação Infantil. Porém, se compararmos os anos de 2007 e 2014, ocorreu diminuição destes números, pois foram otimizados os recursos humanos, principalmente na Educação Infantil onde se passou a trabalhar com monitoria.

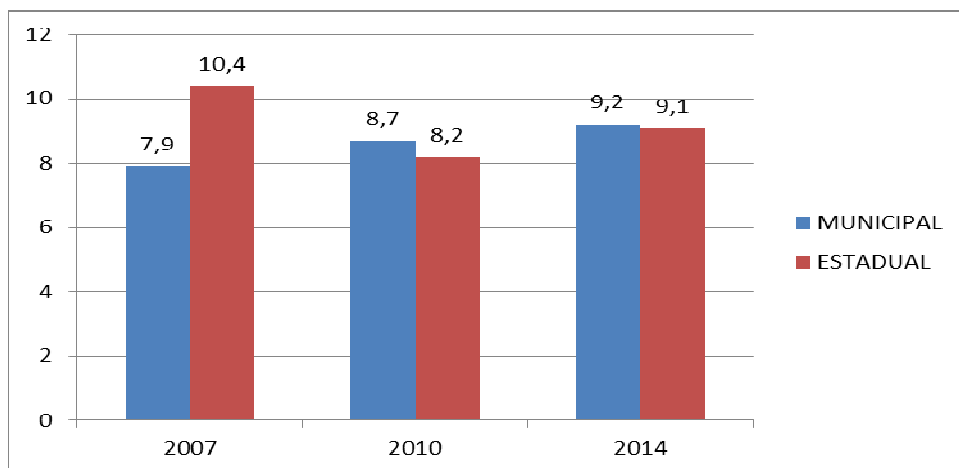


Gráfico n°. 35: Média aluno/professor por rede de ensino / 2007, 2010 e 2014.

Fonte: Levantamento de Dados/SMEC / 2007, 2010 e 2014.

A relação na média aluno/professor, conforme demonstra o gráfico n° 35, é baixa e constitui um dos fatores que dificulta maiores investimentos na melhoria dos padrões de qualidade de educação.

O gráfico a seguir ratifica a oscilação no número de alunos e professores da rede municipal de ensino, nos anos de 2007, 2010 e 2014.

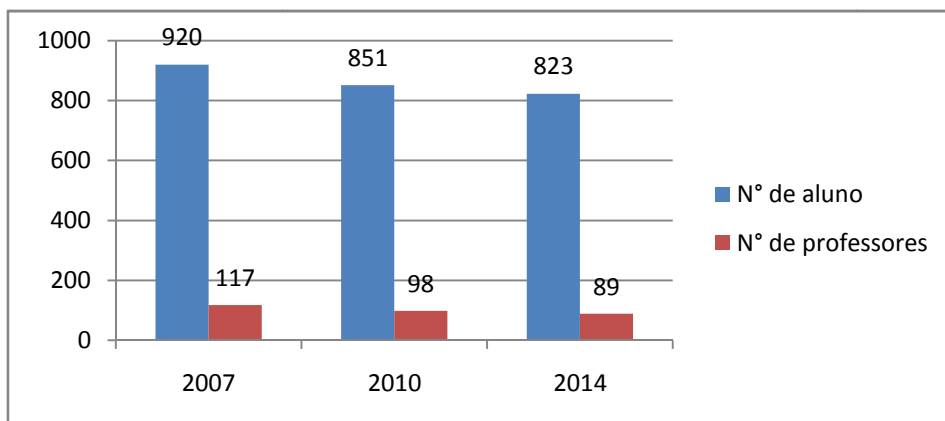


Gráfico n° 36: Número de alunos e professores da rede municipal de ensino / 2007, 2010 e 2014.

Fonte: Levantamento de Dados/SMEC / 2007, 2010 e 2014.

A partir de 2003, o número de alunos começou a decrescer em razão de mudanças sociais e econômicas que atingiram toda a comunidade. Isso ocorreu principalmente nas escolas da área rural, porém, o número de turmas não se reduziu, mas se ampliou a partir de 2006, quando teve início o Ensino Fundamental de nove anos no município, sendo esta uma das metas do Plano Nacional de Educação.

Em contrapartida na Educação Infantil, a procura por matrículas na modalidade creche aumentou significativamente a partir do ano de 2013, passando de 155 para 190 matrículas em 2014 entre berçário, maternal e pré-escola de turno integral. Esta demanda surgiu devido à oferta de empregos no município, uma vez que a mulher cada vez mais se insere no mercado de trabalho.

A implantação do piso com um terço de hora atividade e o turno integral não resultaram em novas nomeações, pois para suprir a necessidade de pessoal, efetuaram-se convocações de horas e contratos temporários.

O município recebe do Fundeb recursos para investimento na educação, destes recursos deve-se gastar no mínimo 60% com a folha de pagamento do magistério público. O gráfico nº 37 demonstra o que foi destinado à folha de pagamento e à manutenção do ensino da receita recebida nos anos de 2007, 2010 e 2014.

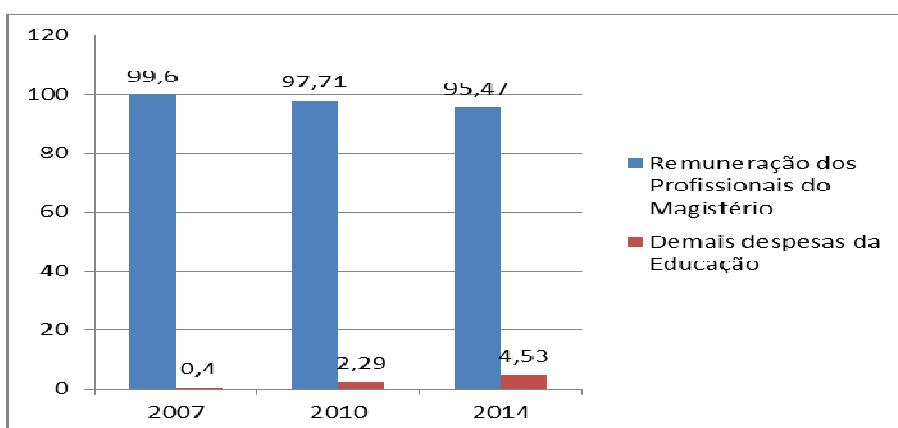


Gráfico nº 37: Índice de aplicação dos recursos do FUNDEB do ano de 2007/2010/2014.

Fonte: Siope – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação/ Exercício 2014.

Considerando a velocidade com que as transformações na sociedade estão ocorrendo, bem como, avanços científicos e tecnológicos, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, tem procurado oferecer uma formação continuada que vem ao encontro das mudanças ocorridas. Nos últimos anos, firmou-se convênio com universidades com o objetivo de promover o aperfeiçoamento dos professores em cursos de Graduação. Também, buscou-se professores de universidades para orientar projetos desenvolvidos nas escolas e proporcionou-se cursos e seminários de aperfeiçoamento aos docentes. Atualmente a formação continuada acontece por vezes, através de formações pedagógicas com professores de instituições universitárias, bem como encontros mensais pedagógicos nas escolas, a formação através do Pnaic – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e cursos na área de atuação fora do município.

Além da formação é importante criar condições para manter o entusiasmo, a dedicação e a confiança nos resultados do trabalho pedagógico, para que os docentes possam obter perspectivas de crescimento profissional e de continuidade de seu processo de formação, propiciando, desta forma, uma maior qualidade na atuação destes profissionais. Para isso um bom incentivo seria a realização de, no mínimo, um curso anual na área de atuação e/ou formação, custeado pelo município.

O gráfico mostra a diferença dos rendimentos médios entre profissionais das áreas de Exatas, Humanas, de Saúde e dos que tem Ensino Superior em geral, com os rendimentos dos professores da Educação Básica no Brasil (tanto no setor público como no setor privado).

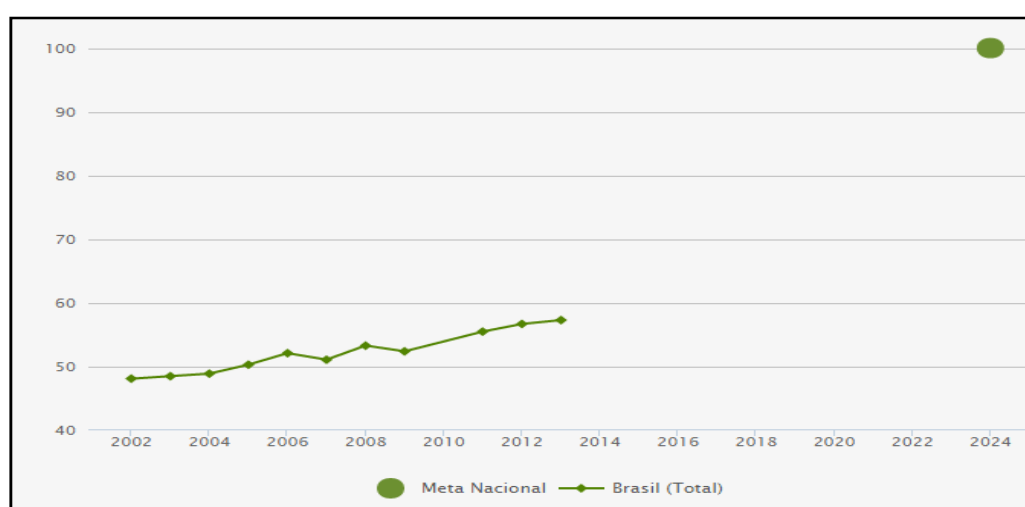


Gráfico nº 38: Dados referentes aos rendimentos médios entre profissionais da educação e demais profissionais com o mesmo tempo de formação.

Fonte: IBGE/Pnad/Todos pela Educação.

Nota-se que existe uma grande defasagem nos rendimentos dos professores quando comparados com os dos demais profissionais e que ela não vem diminuindo nos últimos anos.

Professores devem ser tratados e valorizados como profissionais, portanto a diferença salarial entre professores e demais profissionais com mesmo nível de instrução é um aspecto que deve ser analisado. Enquanto salário e carreira não forem atraentes, o número de jovens dispostos a seguir a carreira do magistério continuará sendo baixo. Elevar os salários do magistério é opção mais política do que técnica. Implica em mudar prioridades e passar a enxergar a Educação como a principal fonte sustentável de desenvolvimento econômico e social de um país. Neste processo é de fundamental importância a garantia do pagamento atualizado do Piso Salarial Profissional Nacional.

Pensando ainda na educação como o alicerce para o desenvolvimento, é importante que os professores sintam-se bem em seu ambiente de trabalho com espaços adequados para as atividades nas diferentes áreas: pedagógica, esportiva, artística, cultural, com salas amplas e equipadas, auditório, laboratório de ciências, quadras de esportes, entre outros.

5.1.3 Diretrizes

A melhoria da qualidade de ensino, imprescindível para garantir a cidadania plena da população brasileira, depende principalmente da qualificação do quadro de pessoal docente e de sua formação continuada, representando um dos maiores desafios do poder público municipal.

A formação inicial e continuada é condição e meio para o avanço científico e tecnológico na sociedade, uma vez que a produção do conhecimento e a criação de novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas. Este compromisso, entretanto, não pode ser cumprido sem que se priorize a valorização do magistério, uma vez que os docentes exercem um papel decisivo no processo educacional.

Os desafios presentes e as exigências no campo da educação requerem profissionais cada vez mais qualificados e permanentemente atualizados, desde a Educação Infantil até a Educação Superior. Para tanto, há que se prever, na carreira, sistemas de ingresso, promoção e afastamentos periódicos para estudos que levem em conta as condições de trabalho, a formação continuada e a avaliação do desempenho dos professores, considerando os seguintes aspectos:

- a. sólida formação teórica nos conteúdos específicos a serem proporcionados na educação básica, bem como nos conteúdos especificamente pedagógicos;
- b. ampla formação cultural;
- c. atividade docente como foco formativo;
- d. contato com a realidade escolar desde o início até o final do curso, integrando a teoria à prática pedagógica;
- e. pesquisa como princípio formativo;
- f. análise dos temas atuais da sociedade, da cultura e da economia;
- g. trabalho coletivo interdisciplinar;
- h. ampliação da gestão democrática do ensino, conforme legislação vigente.

A valorização do magistério público implica em uma formação que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos – objeto de trabalho com os alunos – e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem. Além disso, necessita de um programa de educação continuada, dentro de cada área, que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre cultura letrada, a partir de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo, bem como, de salário condigno, equivalente com outras carreiras que requerem nível equivalente de formação.

Por outro lado, é imprescindível que o docente tenha amplo conhecimento no que diz respeito às tecnologias de comunicação e de informação, para integrá-las à prática do magistério. O acompanhamento das mudanças na educação deve estar voltado para o desenvolvimento de suas práticas, de seu ambiente e da sociedade.

Na medida em que município e o educador se comprometem com a melhoria da qualidade do ensino, estabelecem com a sociedade, a harmonia necessária para assegurar o exercício pleno da cidadania e a inserção nas atividades produtivas que favoreçam a elevação constante da melhoria da qualidade de vida.

5.1.3 METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 15: Contribuir, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, para política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do artigo 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, oportunizando que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

- 15.1) Divulgar, incentivar e oportunizar o acesso a plataformas eletrônicas e outras modalidades viabilizando a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação;
- 15.2) Incentivar a formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas, quilombolas e para a educação especial;

- 15.3) Valorizar oportunizando as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;
- 15.4) Divulgar e incentivar a participação em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;
- 15.5) Proporcionar permanentemente a formação continuada para os profissionais de todos os segmentos da educação;
- 15.6) Viabilizar através de parcerias, periodicamente programas diversificados de formação continuada aos profissionais vinculados à educação visando à melhoria do desempenho no exercício da função ou cargo que ocupam;
- 15.7) Manter 1/3 (um terço) da carga horária dos professores para preparação de estudos, planejamento e avaliações do trabalho didático, bem como participar de reuniões pedagógicas e prestar colaboração à administração da escola.

Meta 16: Estimular a formação, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

- 16.1) Garantir, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, no mínimo anualmente a formação continuada de todos os profissionais da educação na respectiva área de atuação;
- 16.2) Divulgar e incentivar a participação em cursos de formação em portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da educação básica;
- 16.3) Garantir, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, materiais didático-pedagógicos e recursos tecnológicos atualizados que subsidiem e qualifiquem a ação do professor na prática pedagógica;

- 16.4) Estabelecer entre Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, equipes diretivas das escolas e comunidade escolar, uma rede articulada que objetive aprimorar as ações das políticas públicas de educação;
- 16.5) Viabilizar o serviço de coordenação pedagógica para as unidades escolares;
- 16.6) Realizar levantamento das vagas em cursos de Pós-graduação ofertadas em instituições públicas e divulgar periodicamente junto aos professores que atuam no município.

Meta 17: Contribuir, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, para a valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE.

Estratégias:

- 17.1) Realizar estudos, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, com o objetivo de avaliar a implementação do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;
- 17.2) Estimular a organização e/ou reestruturação das associações de docentes no município;
- 17.3) Articular ações e campanhas junto às famílias e a comunidade, objetivando o reconhecimento e a valorização dos profissionais da educação;
- 17.4) Buscar ampliação da assistência financeira específica da União, aos entes federados para manutenção de políticas de valorização dos profissionais da educação.

Meta 18: Assegurar, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para todos os profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal.

Estratégias:

- 18.1) Contribuir para a estruturação das redes públicas de Educação Básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência do PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;
- 18.2) Oportunizar, no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, aos profissionais iniciantes, curso de aprofundamento, a fim de fundamentar os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina, assim como o Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar;
- 18.3) Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo, das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas;
- 18.4) Estimular a formação e a integração de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos Planos de Carreira;
- 18.5) Viabilizar a elaboração de plano de carreira específico para os profissionais da educação que atuam nas escolas, como merendeira, servente, secretário e zelador.

6 EIXO IV – DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

6.1 ENSINO SUPERIOR

6.1.1 Diagnóstico

O Ensino Superior no Brasil iniciou-se no século XIX. A partir do momento em que a família Real chegou ao Brasil, Dom João VI recebeu a solicitação dos comerciantes locais no sentido de ser criada uma universidade no Brasil, já que até o momento os jovens da elite colonial portuguesa se deslocavam até a Europa para usufruir desse ensino. Assim, foi criado em Salvador o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia (atual Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia – UFBA). Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, foram

criados, nessa cidade, uma Escola de Cirurgia (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), além de Academias Militares e a Escola de Belas Artes.

No século 20 surgiram mais de 100 escolas isoladas de Ensino Superior. Assim, as primeiras faculdades brasileiras – Medicina, Direito e Politécnica – foram sendo criadas e estavam localizadas em cidades importantes, possuindo uma orientação profissional bastante elitista. Segundo Oliven apud Soares (2002), “a primeira universidade brasileira foi criada em 1920, resultado do Decreto nº 14.343, a Universidade do Rio de Janeiro reunia, administrativamente, Faculdades profissionais pré-existentes”.

A partir da década de 40, com a expansão da rede de ensino de nível médio e a maior aceitação da participação da mulher no mercado de trabalho as matrículas do Ensino Superior cresceram consideravelmente. Durante a Nova República, foram criadas 22 universidades federais, constituindo-se o sistema de universidades públicas federais. Durante esse mesmo período, foram criadas também 9 universidades religiosas, 8 católicas e 1 presbiteriana. Em 1938 houve a criação da União Nacional dos Estudantes – UNE.

Em 1968, o Congresso Nacional aprovou a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5540/68) que criava os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico dentre outras inovações. Com o aumento da procura por matrículas no Ensino Superior, logo após 1968, ocorreu uma expansão do setor privado, que criou inúmeras faculdades isoladas. No ano de 1981, o Brasil contava com 65 universidades, sete delas com mais de 20.000 alunos.

A partir da década de 80, a procura por cursos superiores cresceu consideravelmente no país, conforme o gráfico abaixo:

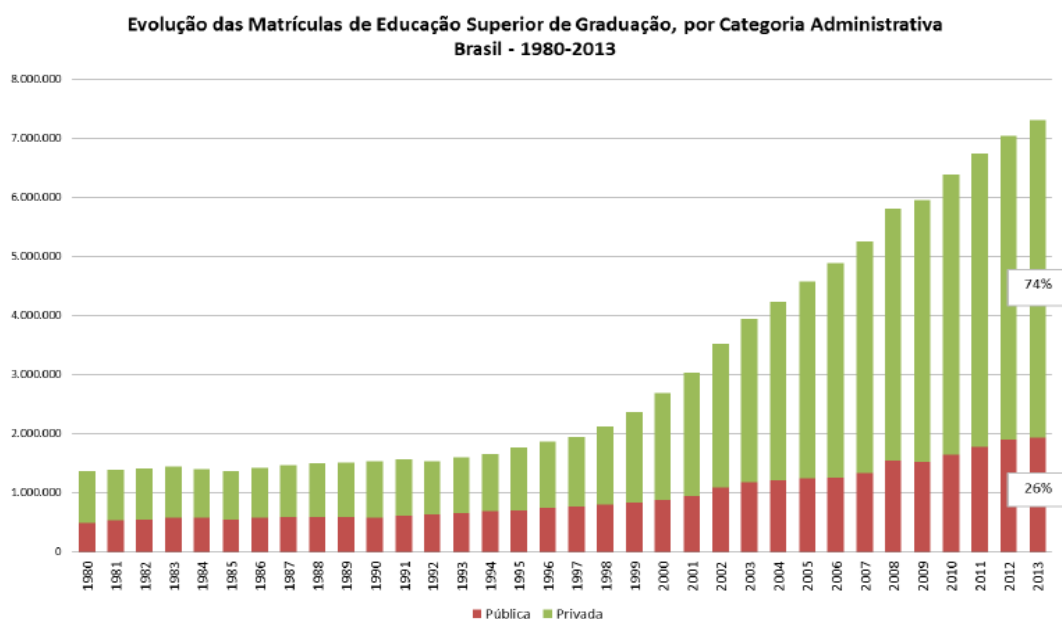


Gráfico nº39: Dados referentes a evolução do número de matrículas, 1980 – 2013

Fonte: MEC/Inep

Dessa forma, o sistema educativo brasileiro é apoiado na Constituição Federal de 1988 e pela nova Lei de Diretrizes e Bases Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96, na qual ficaram estabelecidos os níveis escolares e as modalidades de educação e ensino. Portanto, a educação superior é composta por quatro modalidades em relação à formação:

- Cursos sequenciais: são organizados por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente. Podem ser de formação específica (onde se confere diploma) e de formação complementar (onde se confere certificação).
- Cursos de extensão: abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino. Conferem certificado aos concluintes.
- Cursos de Graduação: são abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo. Os cursos de graduação conferem diploma aos concluintes e podem ser Bacharelados, Licenciaturas e Tecnólogos.
- Cursos de Pós-Graduação: os programas de mestrado e doutorado (pós-graduação stricto sensu que conferem diploma) e cursos de especialização (pós-graduação lato sensu que conferem certificação) são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.

O Brasil, conforme gráfico abaixo, teve uma grande evolução nas matrículas do ensino superior em cada grau acadêmico. Assim, no período 2012-2013, a matrícula cresceu 4,4% nos cursos de bacharelado, 0,6% nos cursos de licenciatura e 5,4% nos cursos tecnológicos. Já os cursos de bacharelado tem uma participação de 67,5% na matrícula, enquanto os cursos de licenciatura e tecnológicos participam com 18,9% e 13,7%, respectivamente.

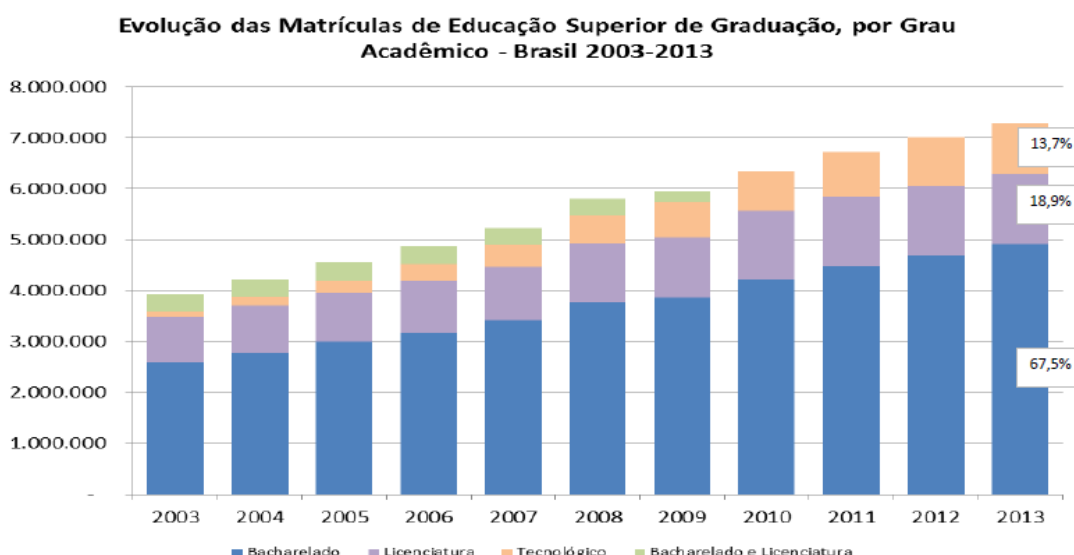


Gráfico nº 40: Percentual da evolução das matrículas do Ensino Superior por Grau Acadêmico, 2003 – 2013.

FONTE: Censo da Educação Superior 2013.

Já em relação às modalidades de ensino, o Ensino Superior pode ser ministrado na forma presencial, onde o aluno deve ter frequência em pelo menos 75% das aulas e avaliações. Ainda, é possível formar-se através do Ensino a Distância – EAD, onde o processo de ensino ocorre utilizando os meios de comunicação, vídeo-aulas, videoconferências e a presença física do aluno não são necessárias. Existem também cursos semipresenciais, onde as duas modalidades são integradas.

No período 2012-2013, a matrícula cresceu 3,9 % nos cursos presenciais e 3,6% nos cursos a distância. Os cursos à distância já contam com uma participação superior a 15% na matrícula de graduação, conforme ilustra o gráfico abaixo:

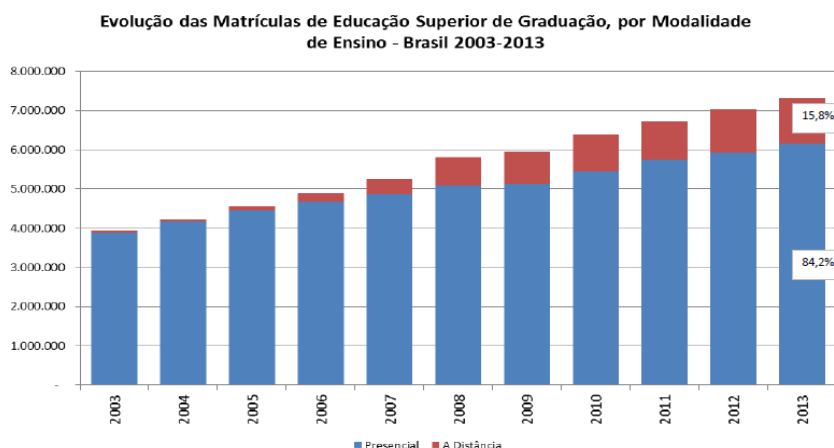


Gráfico nº41: Percentual da evolução das matrículas do Ensino Superior por Modalidade de Ensino, 2003 – 2013.
FONTE: Censo da Educação Superior 2013.

A educação superior no Brasil abarca, hoje, um sistema complexo e diversificado de instituições públicas e privadas com diferentes tipos de cursos e programas, incluindo vários níveis de ensino. A normatização atual desse amplo sistema encontra-se formalizada na Constituição Federal de 1988, bem como na LDB/96, acrescida de um conjunto amplo de Decretos, Regulamentos e Portarias complementares.

Com as crescentes exigências do mercado de trabalho o Ensino Superior já vem sendo considerado um dos requisitos mínimos para a maioria dos empregos no país. Dessa forma, o acesso a esse ensino tem se tornado um processo mais simplificado nos últimos anos. O cidadão interessado em estudar nas instituições brasileiras de Ensino Superior tem diversas formas de ingresso.

O modo mais tradicional de ingresso no Ensino Superior é o vestibular, o qual é realizado dentro de cada instituição de ensino com edital próprio. Porém, atualmente no Brasil, o Exame Nacional de Ensino Médio –Enem, é a forma mais utilizada, pois muitas instituições de ensino utilizam a nota do Enem como processo seletivo para a classificação dos estudantes a ingressar nos cursos superiores.

O Estado brasileiro mantém projetos que facilitam o acesso de alunos e professores à educação superior e ajudam a melhorar a qualidade de ensino das instituições públicas. Para o acesso as instituições privadas o Governo Federal realiza parcerias para possibilitar bolsas de estudos parciais ou integrais (Programa Universidade para Todos – ProUni, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PronaTec, Plano Nacional de Formação de Professores – ParFor) e financiamentos estudantis (Programa de Financiamento Estudantil – Fies). Essas parcerias possibilitam que o acesso ao Ensino Superior chegue a todas as classes sociais do país.

Segundo o Censo da Educação superior de 2013, o total de alunos na educação superior brasileira chegou a 7,3 milhões em 2013, quase 300 mil matrículas acima do registrado no ano anterior. No período 2012-2013, as matrículas cresceram 3,8%, sendo 1,9% na rede pública e 4,5% na rede privada. Os universitários estão distribuídos em 32 mil cursos de graduação, oferecidos por 2,4 mil instituições de Ensino Superior – 301 públicas e 2 mil particulares. As universidades são responsáveis por 53,4% das matrículas, enquanto as faculdades concentram 29,2%. Considerando-se o período 2003-2013, o número de ingressantes em cursos de graduação aumentou 76,4%.

No município de Chapada existe a Associação Chapadense de Estudantes Universitários – Acheu, que foi fundada em 2001 com o objetivo de organizar o transporte universitário dos estudantes de Chapada para as cidades da região. Atualmente, a Acheu possui linhas de transporte para as cidades de Passo Fundo (56 sócios), Carazinho (108 sócios) e Ijuí (10 sócios) que facilitam e possibilitam a vida acadêmica dos chapadenses que continuam morando no município e se deslocam diariamente para os seus estudos.

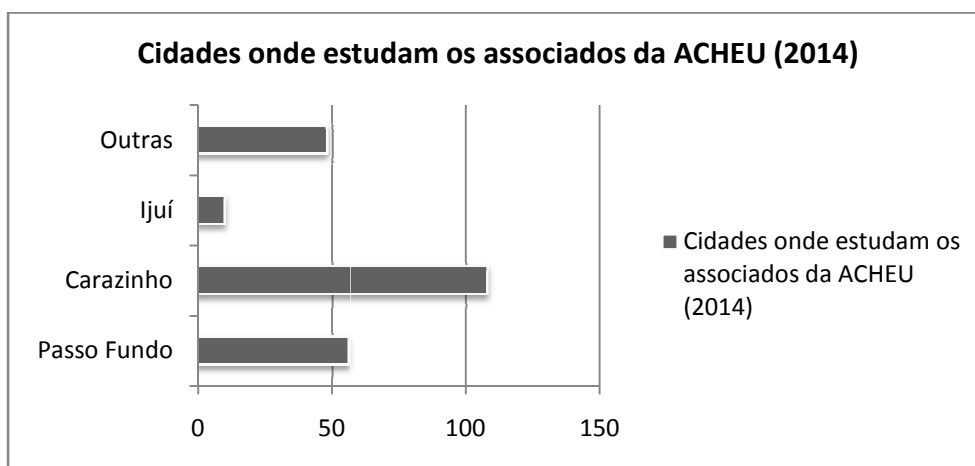


Gráfico nº 42: Dados referentes às cidades onde os universitários estudam.

Fonte: Associação Chapadense de Estudantes Universitários.

Em relação aos cursos diurnos, os estudantes do município necessitam residir em outras cidades para poderem frequentá-los. Em uma estimativa realizada pela Acheu, acredita-se que existam no mínimo 48 estudantes nessa categoria, distribuídos nas cidades de Cruz Alta, Frederico Westphalen, Passo Fundo, Palmeira das Missões, Porto Alegre e região metropolitana, Pelotas, Santa Maria e cidades nos estados de Santa Catarina e do Rio de Janeiro.

Já em relação às instituições de ensino que recebem esses alunos com o deslocamento diário, existe a Universidade de Passo fundo – UPF (92 alunos), a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA (62 alunos), a Escola Técnica de Ijuí (10 alunos), a Universidade Norte do

Paraná – UNOPAR (5 alunos), o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU (2 alunos), a Faculdade Meridional – IMED (2 alunos), o Centro Universitário Leonardo Da Vinci – grupo UNIASSELVI (2 alunos), a Faculdade Dom Bosco (2 alunos), a Anhanguera (1 aluno), a Iodontus (1 aluno) e o Instituto Federal Farroupilha (1 aluno).

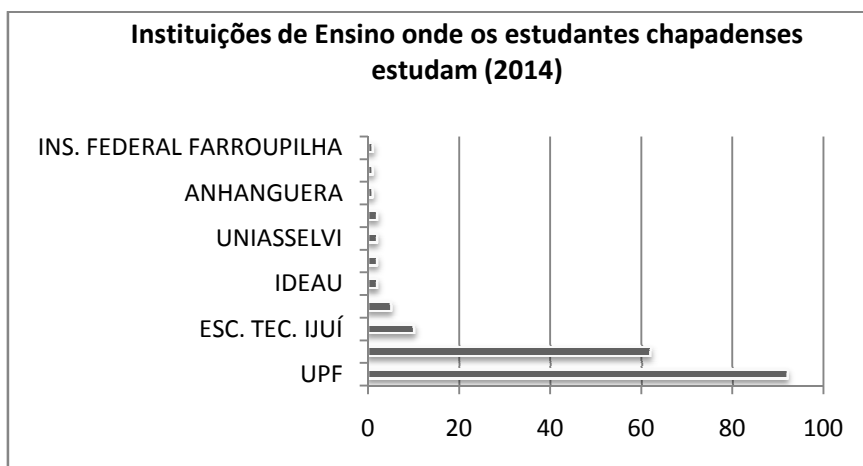


Gráfico nº 43: Dados referentes às instituições onde os universitários estudam.

Fonte: Associação Chapadense de Estudantes Universitários.

Esses alunos recebem auxílio em relação aos custos do transporte escolar através de um convênio que a Prefeitura de Chapada vem celebrando com a Acheu todos os anos, a fim de possibilitar que os estudantes se desloquem até os locais de ensino em busca de conhecimento.

A tabela a seguir apresenta um histórico das leis municipais destinadas a Acheu de 2001 a 2014, com especificações dos valores e a quem essas leis beneficiavam:

Tabela nº 20: Histórico das leis municipais com especificação de valores repassados à Acheu/2001 -2014.

VALORES DAS LEIS MUNICIPAIS DESTINADAS A ACHEU

ANO	VALOR	PARA QUEM?	Alunos fora do município
2001	R\$ 15.000,00	Custeio do transporte universitário e despesas da associação.	-
2002	R\$ 15.000,00	Custeio do transporte universitário e despesas da associação.	-
2003	R\$ 15.000,00	Custeio do transporte universitário e despesas da associação.	-
2004	R\$ 25.000,00	Custeio do transporte universitário e despesas da associação.	-
2005	R\$ 40.380,00	Custeio de até 40% das despesas do transporte universitário.	40% de passagem 1 (ida) e 1 (volta) ao mês ao aluno que resida em chapada e estude onde a ACHEU não disponibiliza transporte
2006	R\$ 44.550,00	Custeio de até 40% das despesas do transporte universitário.	40% de passagem 1 (ida) e 1 (volta) ao mês ao aluno que resida em chapada e estude onde a ACHEU não disponibiliza transporte
2007	R\$ 40.000,00	Custeio de até 40% das despesas do transporte universitário.	40% de passagem 1 (ida) e 1 (volta) ao mês ao aluno que resida em chapada e estude onde a ACHEU não disponibiliza transporte
2008	R\$ 57.855,00	Custeio de até 40% das despesas do transporte universitário.	40% de passagem 1 (ida) e 1 (volta) ao mês ao aluno que resida em chapada e estude onde a ACHEU não disponibiliza transporte
2009	R\$ 93.652,00	Custeio de até 60% das despesas do transporte universitário.	60% de todas as passagens para alunos que residam em Chapada e que estejam cursando ensino superior.
2010	R\$ 113.000,00	Custeio de até 65% das despesas do transporte universitário.	65% de uma passagem de ida e uma de volta para alunos universitários que possuam família em Chapada
2011	R\$ 118.000,00	Custeio de até 80% das despesas do transporte universitário.	80% de uma passagem de ida e uma de volta por mês para alunos universitário que possuam família que resida em Chapada.
2012	-	Sem registro de lei e convênio.	-
2013	R\$ 177.660,00	Custeio de até 80% das despesas do transporte universitário.	80% de uma passagem de ida e uma de volta por semestre para alunos universitário que possuam família que resida em Chapada e que comprovem renda inferior a 5 salários mínimos.
2014	R\$ 187.477,00	Custeio de até 80% das despesas do transporte universitário.	80% de uma passagem de ida e uma de volta por semestre para alunos universitário que possuam família que resida em Chapada e que comprovem renda inferior a 5 salários mínimos.
T 2014	R\$ 6.300,00	Auxílio do custeio do transporte do curso técnico a Ijuí.	-

Fonte: Associação Chapadense de Estudantes Universitários.

Com relação ao número de alunos que se formam no Ensino Médio no município e ingressam no Ensino Superior, temos a seguinte relação referente aos formandos de 2013 e os ingressos no Ensino Superior em 2014, conforme o gráfico a seguir:

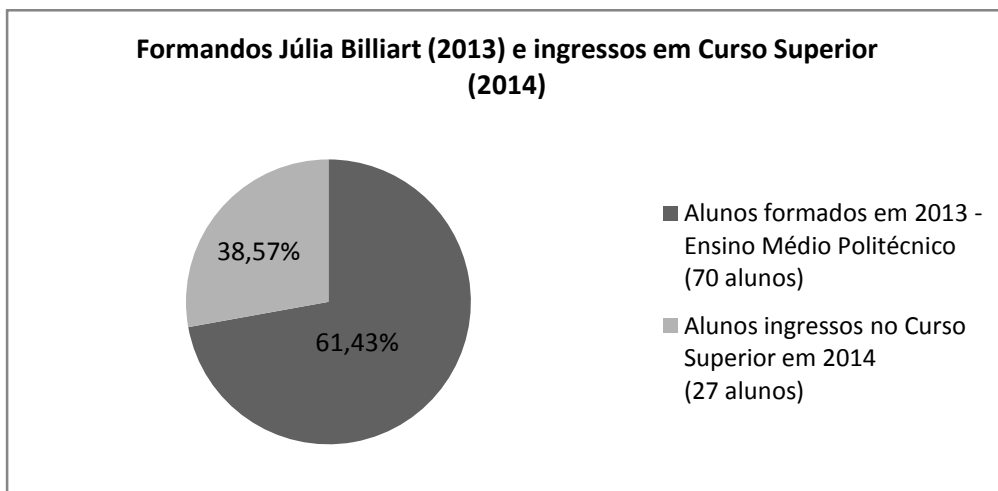


Gráfico nº 44: Percentual de formandos e ingressos em Curso Superior, 2013/2014.

Fonte: Associação Chapadense de Estudantes Universitários e IEE Júlia Billiart.

Esse gráfico representa então, que o número de estudantes que se formam no Ensino Médio e buscam elevar seu nível de escolaridade no município de Chapada ainda não é ideal. Sendo assim, faz-se necessário conscientizar todos os alunos da Educação Básica e seus familiares sobre a importância da continuidade dos estudos para o crescimento profissional e pessoal.

6.1.2 Diretrizes

Considerando as crescentes exigências do mercado de trabalho e a necessidade do desenvolvimento cultural acompanhar o crescimento econômico da população, é que se determina a importância de ações educacionais que ofereçam aos cidadãos condições de se apropriar da tecnologia, que cresce vertiginosamente.

A Educação Superior em âmbito municipal precisa ampliar-se a fim de contemplar todas as pessoas, indiferente de níveis e classes sociais para que os conhecimentos específicos de cada área possam ampliar as possibilidades econômicas e sociais do município, melhorando a qualidade de vida da população.

Por tudo isso, é fundamental que o município desempenhe um papel importante no desenvolvimento da formação superior dos seus cidadãos, mantendo sempre o convênio com a Associação Chapadense de Estudantes Universitários, a fim de auxiliar no deslocamento dos alunos até as instituições de ensino, já que a cidade de Chapada não possui nenhuma instituição de Ensino Superior.

6.1.3 METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 12: Contribuir para a elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias:

- 12.1) Viabilizar a oferta de cursos preparatórios para o Exame Nacional de Ensino Médio – Enem, de forma gratuita no município;

- 12.2) Mapear, em regime de colaboração, a demanda e ampliar a oferta de estágios acadêmicos como parte da formação da Educação Superior, considerando as necessidades de desenvolvimento do município e das empresas chapadenses através da Acheu;
- 12.3) Incentivar o acompanhamento da qualidade da Educação Básica buscando facilitar o acesso ao Ensino Superior;
- 12.4) Viabilizar, em regime de colaboração, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – SMEC e da Associação Chapadense de Estudantes Universitários – ACHEU, palestras e programas de conscientização da população em relação à importância do Ensino superior;
- 12.5) Incentivar, em regime de colaboração, a realização de Feira das Profissões e palestras para os alunos do Ensino Médio, para que esses possam conhecer os diferentes cursos de graduações e assim incentivar o ingresso no Ensino Superior.

Meta 13: Contribuir para a elevação da qualidade da educação superior e ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Estratégias:

- 13.1) Acompanhar e divulgar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo, em regime de colaboração, as ações de avaliação, regulação e supervisão;
- 13.2) Divulgar resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade, de modo a acompanhar a avaliação das aprendizagens resultantes da graduação;
- 13.3) Colaborar e apoiar ações que visem à melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, integrando-as às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

- 13.4) Incentivar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

Meta 14: Contribuir para a elevação do número de matrículas na pós-graduação stricto-sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Estratégias:

- 14.1) Incentivar, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Smec e da Associação Chapadense de Estudantes Universitários – Acheu, palestras e programas de conscientização dos alunos de graduação da importância da continuidade nos estudos e do aperfeiçoamento nas áreas para a ampliação dos seus conhecimentos e crescimento profissional;
- 14.2) Mapear, em regime de colaboração, o interesse dos municípios referentes à realização de pós-graduação e elaborar parcerias com as Instituições de Ensino para ofertar os cursos com maior procura no município de Chapada;
- 14.3) Estimular a busca pelo o financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu;
- 14.4) Apoiar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, quando houver, a programas de mestrado e doutorado;
- 14.5) Apoiar programas de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 14.6) Estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências;
- 14.7) Incentivar o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.

7 EIXO V – FINANCIAMENTO E GESTÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

7.1 FINANCIAMENTO E GESTÃO

7.1.1 Diagnóstico

A fixação de um plano de metas exige uma definição de custos, assim como a identificação dos recursos atualmente disponíveis e das estratégias para sua ampliação, seja por meio de uma gestão mais eficiente, seja mediante criação de novas fontes, a partir da constatação da necessidade de maior investimento. Os percentuais, constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, devem representar o ponto de partida para a formulação e cumprimento de metas educacionais.

Dada à natureza federativa do Estado brasileiro, a Constituição definiu uma divisão de responsabilidades entre a União, os Estados e os municípios, estabelecendo ainda a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração. A vinculação pela Constituição Federal de 25%, no mínimo, da receita de impostos dos Estados e municípios para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – é importante porque garante uma fonte estável para financiar a educação, não sujeita às conveniências da política econômica.

Sem dúvida, a garantia dos percentuais vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, inclusive no Plano Plurianual – PPA, deve ser o ponto de partida para a formulação e a instituição de objetivos e metas educacionais. Considerando, porém, as necessidades de melhoria da qualidade da educação escolar, esses recursos são insuficientes. As fontes de financiamento, como o salário-educação e os recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC também não são suficientes para atender as necessidades prioritárias educacionais. O mesmo ocorre com o repasse federal e estadual para o transporte escolar, programa suplementar obrigatório no Ensino Fundamental e responsabilidade do Poder Público. Nos últimos anos, entretanto, eventualmente, tem ocorrido atrasos no repasse de recursos da contrapartida da merenda, do transporte escolar e do salário-educação para os municípios.

No ano de 2014, tiveram-se investimentos relevantes com a implantação do turno integral em duas escolas municipais: Érico Veríssimo atendendo alunos de 1º ao 5º ano e São Luiz Gonzaga, atendendo alunos de pré-escola ao 5º ano, bem como a expansão das matrículas de turno integral na Educação Infantil.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, 25% das receitas dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, encontravam-se vinculados à Educação. Entre os anos de 1996 e 2006, a principal fonte de recursos vinculada à educação, até 2006, era o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef. Com a Emenda Constitucional nº. 14/96, 60% desses recursos da educação passaram a ser sub-vinculados ao Ensino Fundamental, sendo que parte dessa sub-vinculação passava pelo Fundef, cuja partilha de recursos, entre o Governo Estadual e seus municípios, tinha como base o número de alunos do Ensino Fundamental atendidos em cada rede de ensino.

O Fundef foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, com a promulgação da Lei 11.494/2007. Este é um fundo de natureza contábil, instituído pela Emenda Constitucional n.º 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Medida Provisória 339, de 29 de dezembro do mesmo ano, cuja aplicação ocorreu a partir de 1º de janeiro de 2007. Essa efetivação deu-se de forma gradual, alcançando a plenitude em 2009, quando o Fundo contemplou todos os alunos da Educação Básica pública presencial e os percentuais de receitas que o compõem alcançaram o patamar de 20% de contribuição.

Com a Emenda Constitucional nº. 53/2006, a subvinculação das receitas dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e municípios passam gradativamente de 15% para 20% e sua utilização foi ampliada para toda a Educação Básica, por meio do Fundeb, que promove a distribuição dos recursos com base no número de alunos da Educação Básica pública, de acordo com dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme artigo 211 da Constituição Federal. Em outras palavras, os municípios recebem os recursos do Fundeb com base no número de alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e os estados com base nos alunos matriculados no Ensino Fundamental e Médio. Dessa mesma forma, a aplicação desses recursos pelos gestores estaduais e municipais, deve ser direcionada levando em consideração a responsabilidade constitucional que delimita a atuação dos estados e municípios em relação à Educação Básica.

Financiamento e gestão estão indissoluvelmente ligados. A transparência da gestão de recursos financeiros e o exercício do controle social permitem garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional facilita, amplamente, esta esfera, ao estabelecer o repasse automático dos recursos vinculados ao órgão gestor e ao regulamentar quais as despesas admitidas, por exemplo, com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Conforme o *Plano Nacional de Educação para Todos*, a melhoria dos níveis de qualidade do ensino requer a profissionalização tanto das ações do Ministério da Educação, quanto nos demais níveis da administração educativa, abrangendo também a ação nos estabelecimentos de ensino. Essa profissionalização implica a definição de competências específicas e a dotação de novas capacidades humanas, políticas e técnicas, tanto nos níveis centrais, quanto nos descentralizados, tendo como objetivo o desenvolvimento de uma gestão responsável. A profissionalização requer, também, a ampliação do leque de diferentes profissões envolvidas na gestão educacional, com o objetivo de aumentar a racionalidade e a produtividade. O Governo Federal vem atuando de maneira a descentralizar recursos, direcionando-os diretamente às escolas, como o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, que vem fortalecer a autonomia nas instituições de ensino. Neste processo, foi incentivada também a formação de Associações de Pais e Mestres, Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis.

Os problemas hoje vivenciados pela educação não podem ser enfrentados de forma isolada e exigem ampla mobilização da sociedade em prol de uma educação de qualidade para todos. Um dos mecanismos importantes para garantir espaços de participação da comunidade na gestão da educação é a Lei da Gestão Democrática do Ensino Público (Lei N° 10.576/95, alterada pela Lei N° 11.695/01), tendo como preceitos, entre outros, a autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica, a participação de todos os segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios em órgãos colegiados, a garantia da descentralização do processo educacional e a eficiência e transparência no uso dos recursos.

Neste sentido, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Chapada articula um trabalho conjunto entre gestores de escola, equipe de supervisores, professores, pais, funcionários e alunos buscando melhor atender as demandas das instituições escolares, priorizando a qualidade do ensino. Além disso, proporciona formação continuada aos profissionais da educação por meio de cursos, programas, encontros e projetos desenvolvidos nas instituições educacionais, bem como oferece os recursos necessários para que esta formação aconteça e possa atender a realidade e as reais necessidades dos segmentos da comunidade escolar.

Por outro lado, é necessário modernizar a gestão educacional organizando sistemas de informação e atualização. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto está integrada ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep/MEC – para a realização do Censo Escolar, tendo recebido equipamentos e treinamento técnico. Além disso, conta com acesso aos sistemas e *sites* do Estado e Federação para informações diversas. As

escolas estão integradas aos referidos sistemas, conectadas em rede e podendo acessar os sites disponíveis para busca de informações e outras demandas.

Na área cultural e desportiva a Smec busca incentivar as entidades para que promovam a cultura, o esporte e o lazer, destinando recursos e auxiliando na sua organização.

Quanto ao orçamento, anualmente, a Smec elabora a sua proposta, com base na legislação vigente, segundo a qual no mínimo 25% da receita municipal de impostos e transferências constitucionais devem ser aplicados em educação, e todos os setores são orientados quanto aos gastos previstos.

No gráfico n°. 45 observa-se os índices investidos, anualmente em educação, no período de 2004, 2007, 2010 e 2014.

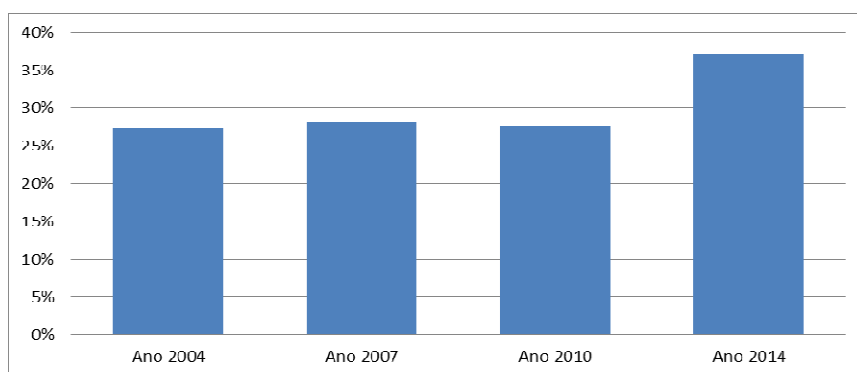


Gráfico n°. 45– Índices dos recursos investidos na educação municipal / 2004, 2007, 2010 e 2014.

Fonte: Dados obtidos junto à Secretaria da Fazenda.

Já no gráfico seguinte, podem-se constatar os valores correspondentes a cada percentual demonstrado acima, no mesmo período.

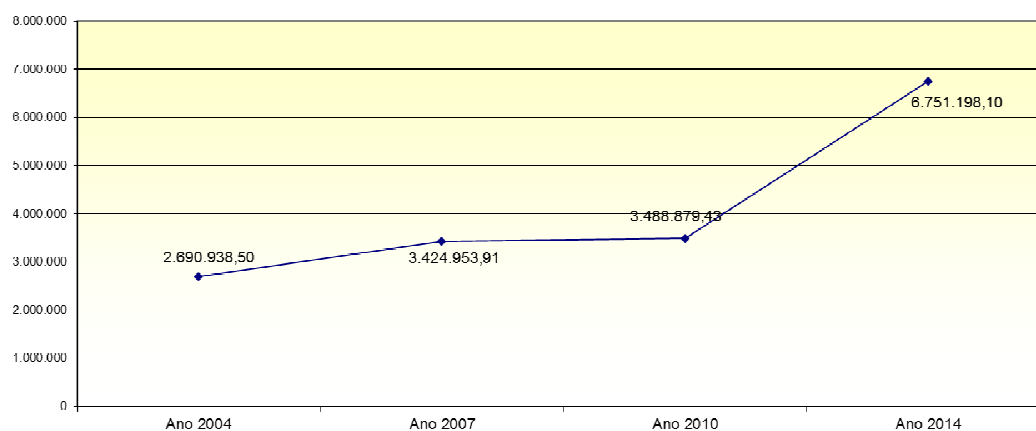


Gráfico n°. 46– Valores totais investidos na educação municipal / 2004, 2007, 2010 e 2014.

Fonte: Dados obtidos junto à Secretaria da Fazenda.

Analisando os gráficos acima, percebe-se que a administração pública vem atendendo a legislação vigente e, inclusive, investe recursos além do mínimo estabelecido em lei, com o intuito de atingir a equidade e qualidade do ensino.

Conforme relatório enviado pelo Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação – Siope – em 2014, na Educação Infantil, o município aplicou R\$ 5.627,86 por aluno/ano e no Ensino Fundamental, R\$ 10.266,45. Esses dados ratificam que o município vem cumprindo a legislação e investindo recursos em educação além do que é previsto.

O acompanhamento e o controle social dos recursos aplicados em educação são realizados, principalmente, por três conselhos municipais que têm poder para atuar nessa área: Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselho Municipal de Educação e Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb cabe exercer a fiscalização sobre a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do referido Fundo. O Conselho Municipal de Educação, através do Sistema Municipal de Ensino, por sua vez, tem as atribuições de acompanhar, analisar e pronunciar-se em relação aos planos de aplicação dos recursos destinados ao município e de analisar os relatórios da execução financeira das despesas em educação. Ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar compete acompanhar, com conhecimento de causa, a aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – zelar pela qualidade do atendimento, analisar as prestações de contas e comunicar irregularidades detectadas.

Em relação aos Círculos de Pais e Mestres, além de atribuições específicas, competelhes, também, acompanhar a gestão da escola nas áreas pedagógica e administrativa, gerir financeiramente com o intuito de melhorar o atendimento. A realidade evidencia que a participação da comunidade na gestão e no controle social da educação, em muitos casos, ainda é precária, seja porque os colegiados não têm a informação necessária, seja porque a sua participação é limitada a aspectos formais.

Há também, o Grêmio Estudantil, uma instituição representativa que congrega todos os alunos regularmente matriculados na Escola, tendo como finalidade social, desportiva, cultural, educacional e cívica.

Ampliando também o processo de transparência da gestão pública educacional, os investimentos realizados são informados à comunidade de diferentes formas. Constata-se que o município vem, ao longo dos anos, respeitando os percentuais legais no que se refere aos investimentos na educação, destinando recursos de acordo com as reais demandas dos níveis e modalidades de ensino ofertados, conforme os gráficos demonstrativos a seguir.

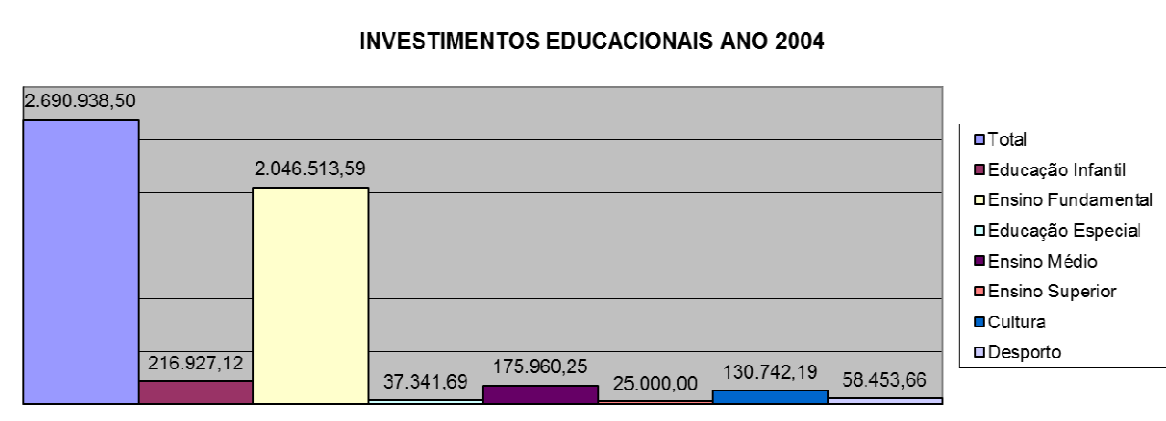


Gráfico n°. 47– Valores aplicados por nível e/ou modalidade de ensino/ 2004.
 Fonte: Dados obtidos junto à Secretaria da Fazenda.

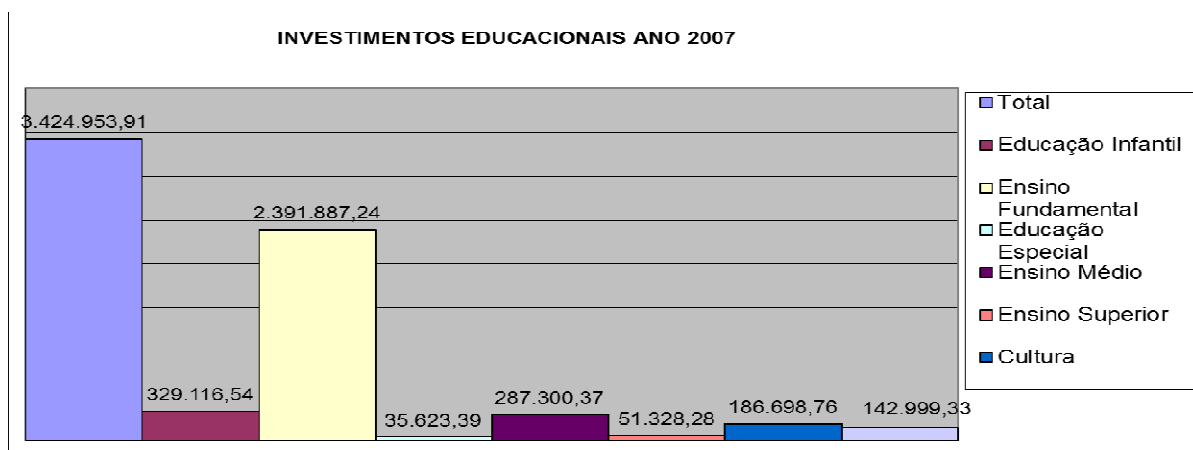


Gráfico n°. 48– Valores aplicados por nível e/ou modalidade de ensino/2007.
 Fonte: Dados obtidos junto à Secretaria da Fazenda.

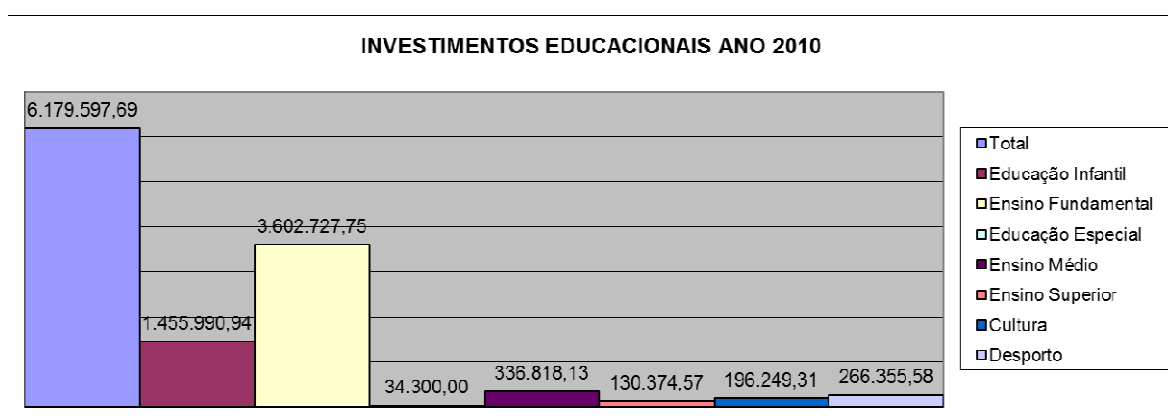


Gráfico n°. 49– Valores aplicados por nível e/ou modalidade de ensino/2010.
 Fonte: Dados obtidos junto à Secretaria da Fazenda.

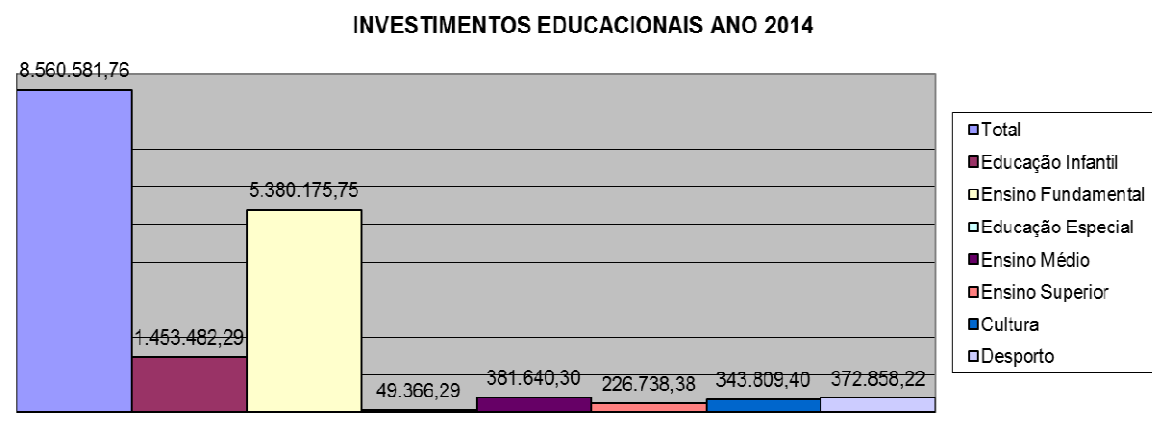


Gráfico n°. 50– Valores aplicados por nível e/ou modalidade de ensino/2014.

Fonte: Dados obtidos junto à Secretaria da Fazenda.

Ao analisar os gráficos, cabe destacar que no período de 2007 a 2010 deu-se um aumento gradativo nos valores investidos na Educação Infantil, em razão de ser responsabilidade prioritária do município e também devido à construção de uma escola através do Programa Pró-Infância. No período de 2010 a 2014 ampliou-se o número de vagas na Educação Infantil, passando de 71 para 154 matrículas. No que se refere ao Ensino Fundamental, constata-se alteração significativa nos seus valores devido à implantação de turno integral de 1º a 5º anos em duas escolas no ano de 2014. Nos recursos aplicados com a Educação Especial vê-se uma grande oscilação, pelo fato do município ter assumido as despesas de manutenção e recursos humanos da escola de Educação Especial e os repasses mensais para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae. Nesse sentido, em relação à redução das despesas, pode-se fazer menção aos diversos recursos captados por esta entidade através de outros programas, projetos e convênios. Ressalta-se ainda, que conforme dados obtidos através da Secretaria da Fazenda, todos os gastos com manutenção e pagamento de profissionais desta instituição estão computados nos dados da manutenção do Ensino Fundamental. Os valores mencionados nos gráficos referem-se apenas ao repasse da subvenção social. Quanto ao Ensino Médio e Superior, constata-se um aumento nos recursos aplicados, principalmente no que se refere aos subsídios com transporte, garantindo o acesso, aperfeiçoamento e qualificação da população para o mercado de trabalho. Em relação aos investimentos em cultura e desporto, os recursos oscilaram em alguns períodos, sem comprometer o incentivo e a promoção da cultura, do esporte e do lazer primando pela qualidade de vida dos munícipes.

Nos gráficos a seguir observa-se que os gastos com pagamento de pessoal obtiveram um aumento significativo entre 2000 e 2007, sendo este justificado pelas municipalizações de

escolas no ano de 2006, a ampliação da oferta das séries finais na Escola Érico Veríssimo, a implantação do Ensino Fundamental de nove anos de duração. Entre 2007 e 2010 aconteceram algumas nomeações, aumentando assim os gastos com pagamento de pessoal. Entre 2010 e 2014, teve um salto considerável devido ao cumprimento da Lei do Piso Nacional do Magistério contemplando 1/3 de planejamento, bem como, o parcelamento dos valores devidos aos professores referentes ao não pagamento do Piso Nacional do Magistério de alguns meses dos anos de 2011 e 2012, o aumento do número de vagas para a Educação Infantil com isso a demanda de mais professores com convocação de horas e no ano de 2014 a implantação do turno integral no Ensino Fundamental, atendendo 208 alunos. Em relação aos gastos com manutenção, observa-se a aplicação de valores quase equivalentes entre 2000 a 2007, já entre 2010 e 2014 os gastos foram maiores, pois nesse período teve construção de uma escola de Educação Infantil, na qual o município disponibilizou contrapartida, ainda todas as escolas passaram por um processo de melhorias e reformas para oferecer um atendimento de maior qualidade. Os gastos com transporte escolar tiveram acréscimo, o que é justificado pelo valor pago por quilômetro rodado, com base no aumento dos combustíveis, no número de linhas de transporte e no subsídio ao transporte universitário. Os recursos destinados para aquisição da merenda escolar aumentaram em 100%, considerando a melhoria da qualidade e o custo dos gêneros alimentícios. No ano de 2014 foram oferecidas um número maior de refeições no turno integral da Educação Infantil e do Ensino Fundamental séries iniciais. Verificando os investimentos em cursos e programas, percebe-se que o volume de recursos aplicados sofreu redução entre 2000 e 2007, já entre 2010 e 2014 o município passou a realizar mais convênios e parcerias com diversas instituições, buscando qualificar os profissionais das escolas, bem como financiar cursos na área de atuação do professor em outros municípios. Quanto aos gastos relacionados ao item “outras”, referem-se às despesas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, compra e manutenção de veículo próprio, a manutenção e conservação do Centro Cultural, do Museu, atividades do Programa AABB Comunidade, realização de eventos culturais e desportivos, divulgação do município, manutenção de quadras de esportes, entre outros.

É importante salientar que os investimentos na educação abrangem o pagamento de pessoal, construção e manutenção das escolas, transporte e merenda, cursos e programas para docentes, discentes, funcionários, e pais, aquisição de veículos, entre outros.

Nos gráficos abaixo, pode-se constatar a aplicação dos valores e seus respectivos índices nos anos de 2000, 2007, 2010 e 2014.

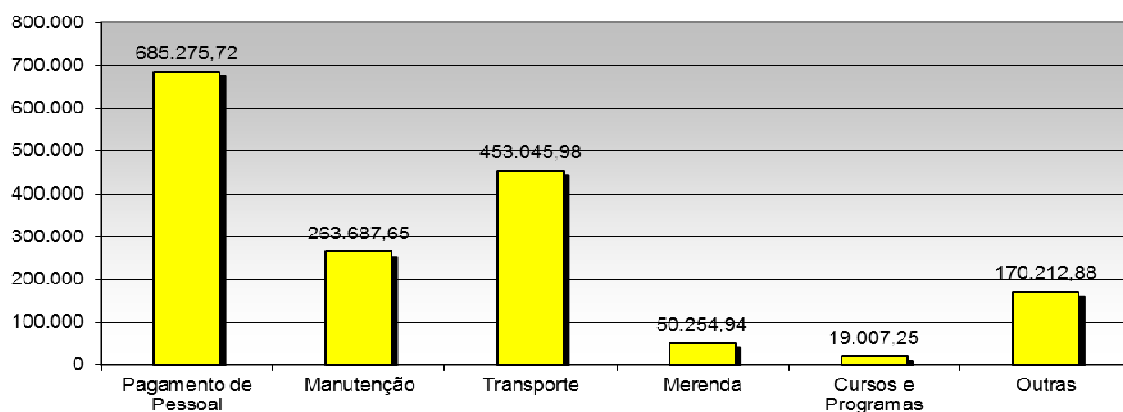


Gráfico nº. 51– Valores aplicados por setor e/ou serviço/2000.

Fonte: Dados obtidos junto à Secretaria da Fazenda.

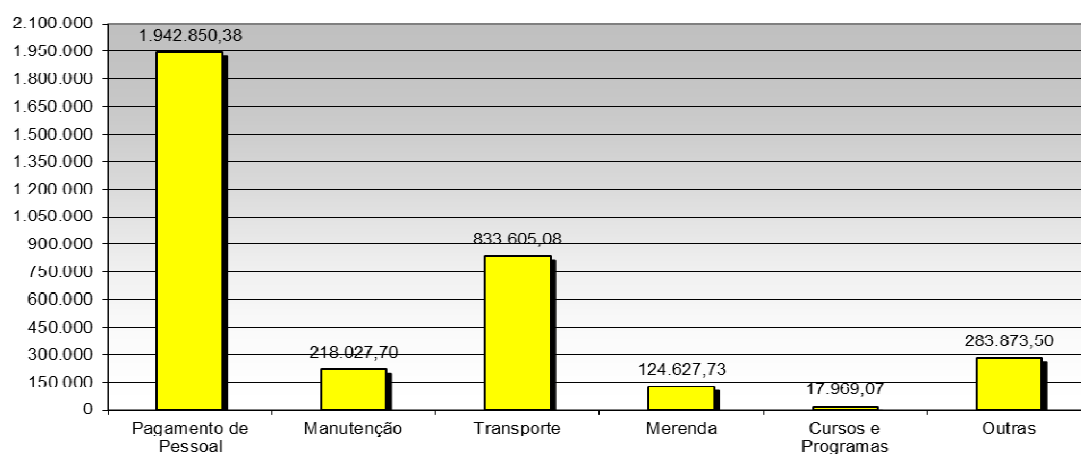


Gráfico nº. 52 – Valores aplicados por setor e/ou serviço/2007.

Fonte: Dados obtidos junto à Secretaria da Fazenda.

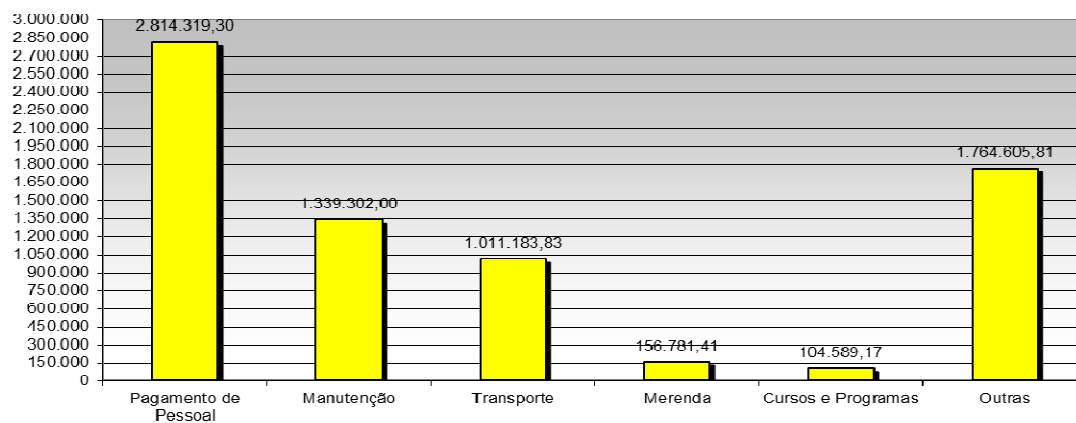


Gráfico nº. 53– Valores aplicados por setor e/ou serviço/2010.

Fonte: Dados obtidos junto à Secretaria da Fazenda.

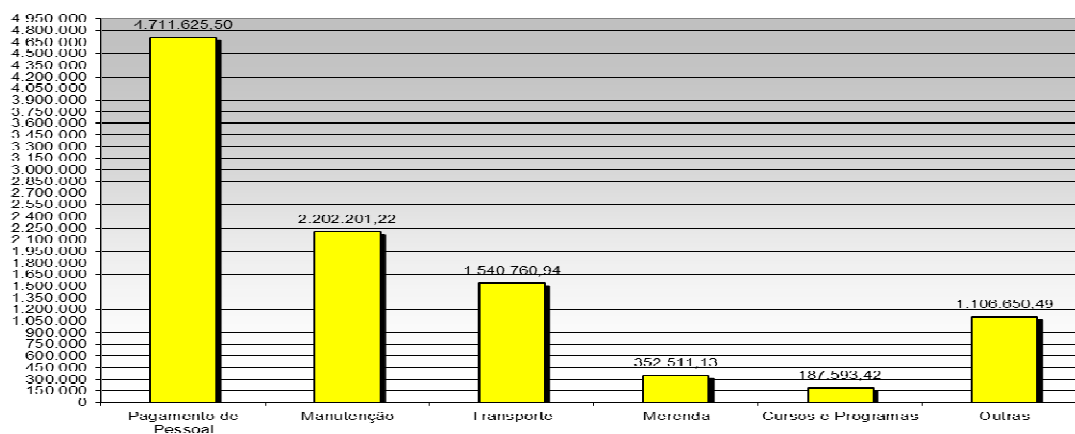


Gráfico nº 54: Valores aplicados por setor e/ou serviço/2014.

Fonte: Dados obtidos junto à Secretaria da Fazenda.

Estes indicadores demonstram que a administração pública está cumprindo com o disposto na Constituição Federal e também na Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, Fundeb, Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere às aplicações em educação atendendo as demandas locais, enfatizando, porém, que em educação não existem gastos, existem investimentos e que sempre há melhorias a fazer.

7.1.2 Diretrizes

Ao tratar do financiamento e da gestão da educação, é preciso reconhecê-los como requisitos para o exercício pleno da cidadania, para o desenvolvimento humano e para a melhoria da qualidade de vida da população. A Constituição de 1988 determinou expressamente que “a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família”, devendo ser assegurada "com absoluta prioridade" à criança e ao adolescente. Embora, a educação tenha outras dimensões relevantes, inclusive a econômica, o fundamento da obrigação do poder público de financiá-la é o fato de constituir-se um *direito*. Assim, a educação e seu financiamento não devem ser tratados apenas no seu aspecto econômico, mas como uma questão de cidadania.

Partindo deste enfoque, de nada resolveria prever a educação como dever do Estado e município e estabelecer rigorosas sanções aos agentes públicos em caso de desrespeito a este direito, se não forem dados os instrumentos para garanti-lo.

As questões referentes ao financiamento da educação, no município, devem merecer atenção, tendo como fundamento a responsabilidade do poder público em garantir o direito das crianças e dos adolescentes à Educação Básica pública de qualidade. A adequada provisão e a judiciosa aplicação dos recursos constituem requisito fundamental para a garantia desse direito. Em consequência, a lei orçamentária municipal deve prever, quando aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Executivo, a aplicação, no mínimo, do percentual constitucional estabelecido. Por outro lado, a aplicação do referido percentual da receita de impostos deve contemplar as atividades entendidas como de "manutenção e desenvolvimento do ensino", conforme definido na Lei nº9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Constata-se, que as necessidades de expansão e melhoria da qualidade da educação escolar no município, exigem mais recursos do que os disponíveis no Tesouro do Estado e União. Assim sendo, para que se atinja o padrão mínimo de qualidade, conforme o disposto na legislação vigente, é necessário ir além do valor mínimo por aluno. Para garantir a ampliação dos recursos a serem aplicados em educação no município, devem-se intensificar as reivindicações pela maior participação da União no exercício de suas funções constitucionais redistributiva e supletiva, como, no financiamento do oneroso programa de transporte escolar, prioritário para a garantia do acesso dos alunos ao Ensino Fundamental completo, especialmente no meio rural. É recomendável, também, a captação de recursos financeiros para programas e projetos junto a outros órgãos, bem como, garantir transparência na distribuição e gestão dos recursos financeiros, com o fortalecimento das instâncias de controle interno e externo, inclusive dos conselhos que atuam na área da educação.

Por fim, há que se considerar que a educação é uma prioridade estratégica para o projeto de desenvolvimento, que visa à superação das desigualdades na distribuição de renda e a erradicação da pobreza. Logo, recomenda-se a ampliação dos programas que articulem recursos técnicos e/ou financeiros de outras Secretarias para o setor educacional, principalmente, em áreas de atuação comum, como saúde, serviço social, trabalho, justiça e segurança, cultura, ciência e tecnologia, esporte, turismo e outros. Tanto na área do financiamento quanto da gestão, é indispensável priorizar o regime de colaboração entre União, Estado e município na oferta da educação escolar, prevista na Constituição Federal e na LDB. Para tanto, é imprescindível garantir eficácia na repartição de responsabilidades, no planejamento e no estabelecimento de normas, criando mecanismos de negociação, deliberação conjunta e cooperação. Daí emerge as diretrizes básicas para o financiamento e gestão da educação.

O avanço significativo dos indicadores educacionais, alcançado na década de 90, apoiou-se na vinculação de recursos, o que permitiu manter níveis razoáveis de investimentos

na educação pública, pois, somente a garantia de recursos e seu fluxo regular asseguram o planejamento educacional. A partir da criação de um fundo contábil próprio para a gestão dos recursos é que ocorreu a vinculação efetiva, constituindo a base do planejamento local. Além disso, o controle social torna-se mais eficaz e evita a aplicação excessiva de recursos nas atividades-meio e as injunções de natureza política. Com o Fundeb, foi posta importante diretriz de financiamento, estimulando a universalização do ensino. O dinheiro é aplicado na atividade-fim: recebe mais quem tem rede, quem tem alunos. Até então, aqueles que não cumprissem determinadas disposições eram punidos, agora, os que cumprem são premiados.

A equidade refere-se não só aos sistemas, mas aos alunos em cada escola. Instaurada a equidade, o desafio é obter a adequação da aprendizagem a um *padrão mínimo de qualidade*, definido em termos precisos na LDB, como "a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem". Agora, portanto, o conceito chave já não é mais o de valor mínimo, mas o de *custo-aluno-qualidade*. A Constituição Federal preceitua que à União compete exercer as funções redistributiva e supletiva, de modo a garantir a *equalização de oportunidades educacionais*. Trata-se de conceder às crianças real possibilidade de acesso e permanência na escola. É fundamental fortalecer a educação como um dos alicerces da rede de proteção social. A educação deve ser considerada uma prioridade estratégica para um projeto municipal de desenvolvimento que favoreça a superação das desigualdades na distribuição de renda e a erradicação da pobreza. As *políticas que associam a renda mínima à educação*, adotadas em alguns estados e municípios, por iniciativa própria ou com apoio da União, a partir da Lei nº. 9.533/97, ou, ainda, diretamente pela União ou em áreas que as crianças se encontram em situação de risco, têm-se revelado instrumentos eficazes de melhoria da qualidade de ensino, reduzindo a repetência e a evasão e envolvendo mais a família com a educação de seus filhos – ingrediente indispensável para o sucesso escolar. Por se tratar não propriamente de um programa educacional, mas de um programa social de amplo alcance, com critérios educacionais, é financiado com recursos oriundos de outras fontes que não somente as destinadas à educação escolar.

Observe-se a propósito que a educação é responsabilidade do Estado e da sociedade e não apenas de um órgão. Pode-se afirmar que a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto deve ter uma atuação conjunta com o órgão federal e o estadual para a qualificação e formação dos profissionais da educação. O mesmo vale para as Secretarias Municipal de Saúde e de Ação Social, no que se refere ao apoio à Educação Infantil, as medidas de prevenção à infrequência, evasão escolar e erradicação da pobreza; já os órgãos ligados ao Ministério da Justiça devem estar relacionados à Educação de Jovens e Adultos para presos e

egressos; para a área das comunicações, no que diz respeito aos recursos para a universalização da informação, deve ser disponibilizados em condições privilegiadas para as escolas públicas; da mesma forma os órgãos relacionados à cultura, esporte e turismo, ciência e tecnologia devem prever a disseminação de práticas saudáveis e de qualidade. A educação não é uma preocupação confinada a um segmento, pois envolve todo o governo e deve permear todas as suas ações.

Para que a gestão seja eficiente há que se promover o autêntico federalismo em matéria educacional, a partir da divisão de responsabilidades previstas na Carta Magna. A educação é um todo integrado, de modo que o que ocorre num determinado nível repercute nos demais, tanto no que se refere aos aspectos quantitativos quanto nos qualitativos. Ainda que consolidadas as redes de acordo com a vontade política e a capacidade de recursos de cada ente, algumas ações devem envolver estados e municípios, como é o caso do transporte escolar.

O aprimoramento contínuo do regime de colaboração deve dar-se, não somente entre União, Estado e município, mas também, sempre que possível, entre entes da mesma esfera federativa, mediante ações, encontros, fóruns e planejamento cooperativo, para que as ações tornem-se eficazes e dinâmicas.

Devem também ser fortalecidas as instâncias de controle interno e externo, órgãos de gestão nos sistemas de ensino, como os Conselhos de Educação e os órgãos de controle social e os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, cuja competência de atuação deve ser ampliada, de modo a alcançar todos os recursos destinados à Educação Básica.

O aprimoramento da base de dados educacionais e o aperfeiçoamento dos processos de coleta e armazenamento de dados *censitários e estatísticos* sobre a educação em âmbito municipal devem ser constantes. Desta maneira, poder-se-á consolidar *um sistema de avaliação* que se mostra indispensável para verificar a eficácia das políticas públicas em matéria de educação. A adoção de ambos os sistemas requer a formação de recursos humanos qualificados e a informatização dos serviços, inicialmente nas secretarias, mas com o objetivo de conectá-las em rede com suas escolas e com o Ministério da Educação.

A *desburocratização e descentralização da gestão*, nas dimensões pedagógica e administrativa devem ser concretizadas de modo a qualificar o trabalho nas instituições de ensino, posto que a gestão financeira deve manter as unidades escolares, e de forma que possam desenvolver o essencial de sua proposta pedagógica e suprir despesas de seu cotidiano, manutenção e material didático-pedagógico.

A gestão democrática deve ser desenvolvida no planodo sistema de ensino, na formação de conselhos que reúnam competência técnica e representativa dos diversos setores educacionais, nas unidades escolares, por meio da formação de conselhos escolares ou associação de pais, de que participe a comunidade escolar, garantindo a competência e o compromisso com a proposta pedagógica.

7.1.3 METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias:

- 19.1) Apoiar e incentivara formação dos membros dos conselhos relacionados com a educação garantindo a esses colegiados condições para exercer suas funções de forma efetiva;
- 19.2) Assegurar que o Fórum Permanente seja instrumento de acompanhamento e execução deste Plano;
- 19.3) Estimular, em todas as redes de educação básica, o fortalecimento de grêmios estudantis, associações de pais e conselhos escolares;
- 19.4) Assegurar que o Conselho Municipal de Educação seja instrumento de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional;
- 19.5) Estimular e promover a participação de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;
- 19.6) Manter e incentivar processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;
- 19.7) Incentivar, em regime de colaboração, a formação de diretores, a fim de qualificá-los para o desenvolvimento de uma gestão eficiente;

- 19.8) Aperfeiçoar, o regime de colaboração entre os sistemas de ensino com vistas a uma ação coordenada entre estes, compartilhando responsabilidades, a partir das funções constitucionais próprias e supletivas e das metas deste PME;
- 19.9) Zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulando os conselhos de controle social;
- 19.10) Informatizar, em regime de colaboração, todas as escolas, em cinco anos, com auxílio técnico e financeiro da União, do Estado e outros órgãos, e promover avaliação permanente destes equipamentos;
- 19.11) Consolidar e aperfeiçoar, em regime de colaboração, a coleta dos dados estatísticos nas diferentes redes: estadual, particular/privada e a municipal.

Meta 20: Contribuir para a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País até o 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias:

- 20.1) Acompanhar e fiscalizar fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;
- 20.2) Participar das mobilizações na busca por novas fontes de financiamento exclusivos para a educação;
- 20.3) Acompanhar e fiscalizar os mecanismos de arrecadação da contribuição social do salário-educação;
- 20.4) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e

controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

- 20.5) Acompanhar, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades;
- 20.6) Aderir e implantar ao programa Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;
- 20.7) Acompanhar a tramitação da lei de Responsabilidade Educacional, e participar dos debates e estudos sobre os impactos da mesma no âmbito dos respectivos sistemas de ensino;
- 20.8) Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino;
- 20.9) Elevar, através de esforço conjunto da União, Estado e Município, o percentual de gastos públicos aplicados em educação, durante a vigência deste PME;
- 20.10) Implementar mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o rigoroso cumprimento do Art. 212 da Constituição Federal, em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- 20.11) Estabelecer mecanismos destinados a assegurar o cumprimento dos Art. 70 e 71 da LDB, que definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser incluídos nesta rubrica;
- 20.12) Qualificar o funcionamento do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb, de forma a garantir o acompanhamento da aplicação dos recursos de acordo com os objetivos do fundo;

- 20.13) Manter a transparência na aplicação dos recursos do Fundeb, de tal forma que o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social possa acessar os dados e fiscalizar a aplicação dos recursos;
- 20.14) Mobilizar o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, as organizações não-governamentais e a população em geral para exercerem o acompanhamento e a fiscalização necessária para o cumprimento da aplicação de gastos na educação, conforme legislação vigente;
- 20.15) Elaborar a proposta orçamentária anual da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto com base nos levantamentos das principais necessidades da rede escolar;
- 20.16) Garantir, entre as metas dos planos plurianuais vigentes nos próximos dez anos, a previsão do suporte financeiro às metas constantes neste PME;
- 20.17) Orientar e organizar o orçamento, de modo a cumprir as vinculações e subvinculações constitucionais, em todos os níveis e modalidades de ensino, valores por aluno, que correspondam a padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos nacionalmente;
- 20.18) Garantir, em regime de colaboração, recursos para a adequação das escolas no que diz respeito à acessibilidade;
- 20.19) Ampliar as ações associadas à educação, envolvendo toda a rede, de forma a garantir o acesso e permanência na escola a toda população em idade escolar do município;
- 20.20) Garantir, além de financiamento federal, recursos próprios para a manutenção do Programa de Alimentação Escolar, melhorando sua qualidade;
- 20.21) Aplicar o mínimo de 25% da receita municipal em despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, conforme dispõe a Constituição Federal, garantindo a referida vinculação na lei orçamentária anual;
- 20.22) Assegurar programas municipais de incremento à arrecadação, combate à renúncia fiscal e à sonegação, visando à ampliação indireta dos recursos financeiros para a educação.

8 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Um plano da importância e da complexidade do PME deve prever mecanismos de acompanhamento e avaliação que lhe dêem segurança no prosseguimento das ações ao longo do tempo e nas diversas circunstâncias em que se desenvolverá. Adaptações e medidas corretivas, conforme a realidade for mudando ou assim que novas exigências forem aparecendo, dependerão de um bom acompanhamento e de uma constante avaliação de percurso.

A implantação e o desenvolvimento desse processo precisam de uma coordenação, exercidas pelos órgãos responsáveis pela Educação.

Desempenhará, também, um papel essencial nessas funções, os Conselhos que atuam na Educação, igualmente, muito importante é a participação de entidades da comunidade educacional, dos trabalhadores da educação, dos estudantes e dos pais reunidos nas suas entidades representativas.

É necessário que algumas entidades da sociedade civil, diretamente interessadas e responsáveis pelos direitos da criança e do adolescente participem do acompanhamento e da avaliação do Plano Municipal de Educação. Além da ação direta dessas organizações, há que se contar com a atuação dos conselhos governamentais com representação da sociedade civil como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Comdica, os Conselhos Tutelares, os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – Fundeb, deverão ter, igualmente, corresponsabilidade na boa condução da avaliação deste plano. O Conselho Municipal de Educação deverá coordenar as atividades de forma a viabilizar a participação de todos os conselhos, bem como de toda comunidade chapadense no processo de avaliação e acompanhamento.

A avaliação do Plano Municipal de Educação deve valer-se também dos dados e análises qualitativas e quantitativas fornecidos pelos sistemas de avaliação externos, nos diferentes níveis, como os do Sistema de Avaliação do Ensino Básico – Saeb; do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem; do Sistema de Avaliação do Ensino Superior (Comissão de Especialistas, Exame Nacional de Cursos, Comissão de Autorização e Reconhecimento), avaliação conduzida pela Fundação/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Além da avaliação contínua, deverão ser feitas avaliações periódicas, sendo que a cada dois anos serão publicados estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas, no quarto ano de vigência deste Plano serão avaliadas as metas referentes

aos investimentos públicos e até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste Plano, o Poder Executivo encaminhará o Projeto de Lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, incluindo diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias. Trabalho este a ser conduzido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Fórum Permanente e Conselho Municipal de Educação.

A organização de um sistema de acompanhamento e controle do PME não prescinde das atribuições específicas da Câmara Municipal de Vereadores, do Tribunal de Contas da União – TCU e do Tribunal de Contas do Estado – TCE, na fiscalização e controle.

Os objetivos e as metas deste plano somente poderão ser alcançados se ele for concebido e acolhido como *Plano de Município*, mais do que *Plano de Governo* e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara de Vereadores, num contexto de expressiva participação social, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e da sociedade civil e a consequente cobrança das metas nele propostas, são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança, no panorama do desenvolvimento, da inclusão social, da produção científica e tecnológica e da cidadania do povo brasileiro.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Orais

COVER, Ivânia

ECKER, Salete

PEREIRA, Sandra Regina Pereira

WALKER, Nely Molinari

Locais de Pesquisa

Arquivo Público Municipal.

Pesquisa de Campo realizada junto à população do município de Chapada, através das agentes comunitárias da saúde no segundo semestre de 2014.

Prefeitura Municipal de Chapada. Sistematização dos questionamentos do Seminário: *Repensando e Projetando a Educação Municipal*. Pesquisa de campo quantitativa Chapada, 2007.

Bibliográficas

ACHEU – Associação Chapadense de Estudantes Universitários. 2015.

ARNS, Senador Flávio. *Acessibilidade*. Brasília, 2005.

ATAS de Resultados Finais das Escolas Municipais e Estaduais/2004, 2007, 2010 e 2014.

BAYS, Sandra. *Chapada e os teuto-brasileiros*. 2001. Monografia (História) – Unijuí, Ijuí, RS, 2001.

BIANCHETTI, Lucídio. *Um olhar sobre a diferença – interação, trabalho e cidadania*. Campinas: Papirus, 1998.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. 31. Ed. São Paulo: Atlas S.A., 1988.

_____. *Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases*. Brasília: MEC, 1996.

_____. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: 2014.

_____. *Plano Municipal de Educação*. Chapada: 2009.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 3 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

_____. *Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996.

_____. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, 2000.

- _____. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, Distrito Federal, 2006b.
- _____. Lei Nº. 11.274/06 que altera a redação dos artigos. 29, 30, 32 e 87 da Lei Nº. 9.394/96, dispondo sobre a duração mínima de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.
- CADERNO DO FUNDEF –*Planos de Carreira e Valorização do Magistério*.
- CADERNO:*Estatísticas dos Professores no Brasil do Ministério da Educação*.Inep.
- CARNERIO, Roberto. A evolução econômica e do emprego. Novos desafios para os sistemas educativos no dealbar do século XXI. Texto de curso de Verão, Portugal 1995.Disponível em: <http://cursoverao.pt/C_1995>. Acesso em 25 abr. 2002.
- CARVALHO, RossitaEdler. *A nova LDB e a Educação Especial*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 774/99. Dispõe sobre A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino. CEED.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 323. Estabelece as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para o Sistema Estadual de Ensino. CEED.
- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 1/2011. Dispõe sobre o fechamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vicente José Weber. CME.
- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 2/2011. Dispõe sobre o fechamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Vargas. CME.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 11/2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. CNE/CEB.
- Decreto Municipal nº 22/2011.
- FAMURS – Federação das Associações de Municípios do RS. Disponível em: <<http://www.famurs.com.br>>. Acesso em: 21 nov. 2007.
- FAMURS. *Portal Municipal*.Disponível em: <[http:// www.portalmunicipal.org.br](http://www.portalmunicipal.org.br)>.Acesso em 06 nov. 2007.
- GUIMARÃES, Érica. Ensino Superior em ritmo de expansão. Disponível em: <<http://www.ensinosuperior.sp.gov.br/portal.php/ensino-superior>>. Acesso em: 17 out. 2007.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2007.
- INEP/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8>. Acesso em: 17 abr. 2015
- INEP/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar. Disponível em: <[HTTP://www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)>. Acesso em: 10 dez. 2007.
- JARETA, Gabriel. Problema Persistente. *Revista Ensino Superior*,edição 115, SD.Disponível em: <http://revistaensinosuperior.uol.com.br>.Acesso em: 07mar. 2008.
- Jornal de Chapada – Prova do Enem acontece neste domingo, página 4, edição 856 de 24/08/2007.
- KOOPER, Sarita. Monografia (Pedagogia). UPF, Passo Fundo, RS,1993.
- KREUTZ, Lúcio. *Os alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Editora da Ulbra, 1994. p. 149.

LEI FEDERAL nº. 10.098/2000. *Acessibilidade*.

LEI do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef – Lei 9.424/96).

LEI do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb - Lei 11.494/07).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETRO, Rosângela Gavioli. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Sammus, 2006.

MEC. Indicadores Demográficos Educacionais. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/tabelas.php>>. Acesso em: 29 abril 2015.

MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br/web/centro-da-educacao-superior>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3 ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

MOSMANN, Maria Clarice. Monografia (História) – Unijuí, Ijuí, RS, 1995.

PAIVA, 1973, p. 83 apud KREUTZ, Lúcio. *Os alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Ed. da Ulbra, 1994. p. 149.

Plano Estadual de Educação (proposta).

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, volume 2 e 3 – 1998.

Revisão de Legislação para Secretarias e Conselhos Municipais de Educação, organizado por Maristela Rodrigues Marques e Mônica Giágio; caderno 3; unidade 4; ano 2001.

RESOLUÇÃO CEB – Nº. 1, de 7 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Resolução nº. 03/97 do CNE.

Secretaria de Estado da Educação Departamento Pedagógico Divisão de Educação de Jovens e Adultos. Diretrizes Político-Pedagógicas Ressignificando a Educação de Jovens e Adultos – SE/RS.

Secretaria de Estado da Educação . Política Pública de Educação de Jovens e Adultos do RS Cadernos Pedagógicos EJA – 1.

SEMA RS – Secretaria do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2007.

SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação.

STEFFEN, Roque Jacob; STEFFEN, Inês Maria Ledur; STEFFEN, Nelson Silvestre. *Histórico do Município de Chapada*. Passo Fundo: EDIUPF, 1984.

STURMER, Sandra Bays. A caracterização do perfil das pessoas com deficiência no município de Chapada, estado do Rio Grande do Sul. Monografia. Unijuí, Palmeira das Missões, 2006.

SULZBACHER, Aline Weber. *Trabalho de Graduação de Licenciatura II*. Santa Maria, RS, 2007.

VIAN, Angelita. Monografia (Artes) – Chapada, 1991.

VIRÍLIO, Paul. *A Inércia polar*. Portugal: Dom Quixote, 1993.

WAGNER, Sirlei. Monografia (História). Unijuí, RS, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho: 1850 - 1920*. Ijuí: Ed. Unijuí. Caderno de Estudos, 1996.

A educação no Brasil. Disponível em: <http://www.vestibular1.com.br/revisao/educacao_brasil.doc> Acesso em 30 nov. 2007.

PORTO, Cláudio; RÉGNIER, Karla. *O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025. Uma Abordagem Exploratória*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundo_brasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>. Acessado em: 01 mai. 2007.

OLIVEIRA, Julio. Saiba como funciona sistema de ensino superior no Brasil. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

SISTEMA e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/educacao-superior/cursos>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

RESOLUÇÃO CEB nº 3, de 26 de junho de 1998. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*.

REGIMENTO ESCOLAR. Ensino Médio Politécnico. IEE Júlia Billiart. 2014

REGIMENTO ESCOLAR PARCIAL. Ensino Fundamental e Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. IEE Júlia Billiart. 2014

REGIMENTO ESCOLAR. Ensino Médio – Curso Normal e Curso Normal Aproveitamento de Estudos. IEE Júlia Billiart (aguardando homologação). 2014.